

DEBATES SOBRE JUVENTUDES

Victor Hugo Nedel Oliveira (org.)



GEPJUVE

Grupo de Estudos e Pesquisas
em Juventudes e Educação



DEBATES SOBRE JUVENTUDES

Victor Hugo Nedel Oliveira (org.)

2023

Diagramação e revisão final: Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Educação – GEPJUVE – UFRGS – CNPq.

Imagem da capa: *Free-Photos* – <https://pixabay.com/pt/photos/conversar-sapato-jovem-adolescente-2532903/>

A presente obra encontra-se sob os direitos da Creative Commons 4.0
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações – CC BY-NC-ND



O48debat Oliveira, Victor Hugo Nedel (org.)

Debates sobre Juventudes./ Victor Hugo Nedel Oliveira (org.). –
Porto Alegre, RS: GEPJUVE, 2023.

248 f.

ISBN – 978-65-00-60184-8

1. Juventudes. 2. Educação. 3. Sociologia. 4. Extensão. 5. Gepjuve
I. Oliveira, Victor Hugo Nedel. II. Debates sobre Juventudes.

UFRGS

CDU: 301

CDD: 300

DEBATES SOBRE JUVENTUDES

Victor Hugo Nedel Oliveira (org.)

2023

O padrão ortográfico e sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Essa obra foi desenvolvida com autofinanciamento do GEPJUVE e de seus autores. Sua distribuição é gratuita. Não é permitida sua venda ou comercialização.

Copyright © GEPJUVE/UFRGS. Todos os direitos reservados.

EXPEDIENTE – GEPJUVE

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM JUVENTUDES E EDUCAÇÃO

- Pesquisadores associados e Conselho Editorial -

Prof. Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS) – Líder
Profa. Dra. Andreia Mendes dos Santos (PUCRS)
Profa. Dra. Celecina de Maria Veras Sales (UFC)
Profa. Dra. Cérise Alvarenga (USP)
Profa. Dra. Melissa de Mattos Pimenta (UFRGS)
Profa. Dra. Miriam Pires Corrêa de Lacerda (Unilasalle)
Profa. Dra. Rosane Maria de Castilho (UEG)
Profa. Dra. Shara Jane Holanda Costa Adad (UFPI)
Profa. Dra. Tatiana Prevedello (CMPA)

- Vinculação Institucional -

Departamento de Geografia/UFRGS
Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFRGS
Pró-Reitora de Pesquisa/UFRGS
Pró-Reitoria de Extensão/UFRGS

Acesso DGP/CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/744135>

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Susana Henriques.....7

DEBATES SOBRE JUVENTUDES - APRESENTAÇÃO

Victor Hugo Nedel Oliveira.....12

POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE? ANOTAÇÕES SOBRE PROCESSOS, APRENDIZADOS E DESAFIOS

Regina Celia Reyes Novaes

Eliane Ribeiro

Severine Macedo.....17

CONDIÇÃO JUVENIL, TRABALHO E AÇÕES COLETIVAS: NOTAS A PARTIR DO CONTEXTO PANDÊMICO

Maria Carla Corrochano.....48

JUVENTUDES E RELIGIÕES: NOTAS DIALÉTICO-COMPREENSIVAS

Flávio Munhoz Sofiati.....71

JUVENTUDES E DILEMAS DA REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA

Sebastião Everton de Oliveira

Geraldo Leão.....90

JUVENICÍDIO E DIREITOS HUMANOS: EXPRESSÃO TRÁGICA DE UMA TRAJETÓRIA DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS PARA AS JUVENTUDES

Giovane Antônio Scherer

Mariane de Castro Echer.....111

SOBRE OS JOVENS AGRICULTORES FAMILIARES

Nilson Weisheimer.....138

JOVENS SECUNDARISTAS E O MOVIMENTO DAS OCUPAÇÕES DE ESCOLAS NO BRASIL EM 2015 E 2016

Luis Antônio Groppo

Livia Furtado Borges

Karoline Rebecka Siqueira Ferreira.....168

JUVENTUDES, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Maurício Perondi.....190

IMAGENS E POLÍTICAS DE JUVENTUDE NA VIRAGEM NEOLIBERAL

Vitor Sérgio Ferreira.....214

SOBRE AS AULAS.....237

SOBRE OS AUTORES.....239

PREFÁCIO

Susana Henriques

‘Debates sobre Juventudes’ é um livro que resulta de um ciclo de palestras integradas no curso de extensão Juventudes e Educação organizado pelo professor Victor Hugo Nedel de Oliveira. Aqui se encontram reunidos contributos para o aprofundamento do conhecimento de algumas dimensões muito relevantes e atuais para as juventudes.

Uma destas dimensões prende-se com as juventudes enquanto construções sociais que enformam e são enformadas pelas políticas públicas. O olhar sobre as políticas de juventude convida ao questionamento sobre os contextos e condições de vulnerabilidades, sobre as trajetórias, sobre a formação e emprego, etc. configurando um campo em permanente (re)construção.

Youth Policy Labs¹ é uma associação sem fins lucrativos que se apresenta como um grupo de reflexão global centrado especificamente na juventude. Um dos seus eixos de ação é a monitorização das políticas de juventude visando contribuir para a produção de evidências que permitam às instituições e aos próprios jovens defender a adoção das políticas mais adequadas (‘boas políticas’), assim como reivindicar a sua efetiva implementação. Os resultados desta análise denotam o envolvimento da juventude no desenvolvimento de políticas e na criação e difusão de estruturas de apoio aos níveis nacional e local (Karsen, Muir, Ohana,

¹<https://www.youthpolicy.org>

Wolszczah, 2013). Embora se tenha identificado na maioria dos países a implementação de políticas de juventude, constatou-se, no entanto, a existência de escassos recursos financeiros associados a tal implementação. Outro dos resultados aponta para uma tendência crescente de importância das organizações da sociedade civil e do setor privado na prestação de serviços aos jovens, em parceria com os governos centrais e locais. Na mesma linha, as Nações Unidas criaram o Índice de Juventude na Política², com o objetivo de verificar se os países estão a proporcionar espaços de intervenção para a juventude.

Ora, o princípio do empoderamento dos jovens pressupõe a garantia de que têm voz e de que esta se faz ouvir nas instâncias corretas. Neste sentido, são abordadas no presente livro outras dimensões que remetem para as temáticas da participação social, da representatividade e da construção da cidadania. A importância da participação ativa dos jovens nos movimentos políticos e sociais decorre do contributo que podem dar para uma adequação das medidas a cada contexto histórico e cultural (França, Ramos, 2016). Já Silva (2008) havia identificado uma pluralização dos espaços participativos da juventude alertando para as ambivalências da participação juvenil entre os espaços convencionais e não convencionais.

Mais recentemente, as tecnologias digitais têm vindo a potenciar o ativismo das juventudes em movimentos sociais. Ou seja, os processos de mobilização social coletiva, de socialização e de participação política, de tomada de decisão têm vindo a sofrer transformações por influência das tecnologias digitais (Aragão, Alves, Menezes, 2020). As tecnologias digitais promovem, pois, novas formas de democracia participativa o que assume

²<https://news.un.org/pt/story/2022/01/1777082>

aqui especial relevância pela sua importância no cotidiano e nas práticas juvenis.

Nas sociedades contemporâneas, marcadamente de tendência digital, os direitos humanos merecem particular atenção. Com especial enfoque para os direitos da juventude. As discussões sobre os direitos dos jovens iniciaram-se em 1985, quando as Nações Unidas proclamaram o Ano Internacional da Juventude, “Participação, Desenvolvimento e Paz”. Com esta proposta as Nações Unidas tinham em vista a aprovação de uma estratégia mundial com orientações adequadas ao desenvolvimento da juventude. Atualmente, na mesma linha, a organização das Nações Unidas “reconhece o valor dos jovens na construção de sociedades sustentáveis, inclusivas e mais justas para todos”³, pressupondo condições de equidade no acesso à educação, à saúde, ao emprego.

Estas abordagens encontram-se contextualizadas em condições sociais que potenciam ou constroem as vivências da juventude. Embora a juventude seja uma etapa do ciclo de vida correntemente associada à irreverência, à contestação e à transformação, a verdade é que, em todas as épocas e lugares, coexistem parcelas da juventude que reproduzem valores e normas estabelecidas. A especificidade no momento atual está ligada às diversas problemáticas abordadas nos capítulos deste livro. Não antecipando demasiado as diversas abordagens aqui integradas cabe sublinhar que os contributos teóricos e analíticos, mobilizados pelos diversos autores, fazem avançar e aprofundam os debates sobre as juventudes – como, aliás, é proposta do título.

Tomado como enquadramento os contextos de complexidade e incerteza das sociedades atuais, os capítulos que integram este livro evidenciam as

³<https://unric.org/pt/juventude/>

vulnerabilidades associadas à condição juvenil. Seja no que se refere às condições no emprego e no trabalho, na expressão cultural e religiosa, no exercício da cidadania e dos direitos cívicos, seja nas políticas públicas e no modo com dão voz aos jovens. Neste contexto, cada um destes capítulos é um convite à reflexão! Tomando como mote a necessidade de conhecimento para a compreensão de um dado fenómeno.

Termino, pois, com um convite à leitura. Este livro é imprescindível a todos os interessados nestas temáticas e é, ao mesmo tempo, um instrumento de estudo e trabalho para estudantes, professores e investigadores no campo científico dos estudos juvenis.

Referências

Aragão, C. A., Alves, P. M. B. F., Menezes, K. M. (2020). Juventude ciberativista e educação: reflexões sobre um jeito hacker de ser. *Ámbitos - Revista Internacional de Comunicación*, 50, 116-127. <https://doi.org/10.12795/Ambitos.2020.i50.08>

Bourdieu, P. (1980). La jeunesse n'estqu'un mot. In P. Bourdieu (Ed.). *Questions de Sociologie* (143-154). Editions Minuit.

França, L. C., Ramos, O. F. (2016). Juventude e participação política: reflexão historiográfica sobre c conceitos de cidadania e política. In R. Hasper, G. C. Barros, C. C. Muller (Orgs.) *Os desafios da escola pública paranense na perspectiva do professor PDE*, Volume 1. Secretaria de Estado

da Educação. Superintendência da Educação; Programa de Desenvolvimento Educacional

Karsen, A., Muir, J., Ohana, Y., Wolszczah, G. (2013). Research Handbook. Demokratie & Dialog e.V.

Silva, R. M. D. (2008). Movimentos sociais, participação política e juventude. Pensamento & Realidade 22, 67-80

Susana Henriques
Doutora em Sociologia pelo Iscte - Instituto Universitário de Lisboa
Investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)
Professora da Universidade Aberta (UAb), Portugal
Coordenadora da Especialização em Estudos Juvenis (UAb), Portugal
<http://orcid.org/0000-0002-7506-1401>
Susana.Henriques@uab.pt

DEBATES SOBRE JUVENTUDES

APRESENTAÇÃO

Victor Hugo Nedel Oliveira

A presente obra que tive a alegria de organizar e a honra de, agora, apresentar para toda comunidade acadêmica e demais interessados na temática das juventudes contemporâneas é fruto do esforço coletivo de muitas mãos. Tal livro que entregamos à sociedade somente foi possível graças aos interesses de reconhecidos pesquisadores e reconhecidas pesquisadoras das juventudes, com seus sinceros interesses de colaborar na consolidação desse campo – ainda jovem – como nosso objeto de estudo. Nessas breves palavras a título de apresentação dessa obra, nossa intencionalidade é demonstrar os caminhos pelos quais, juntas e juntos, trilhamos para chegarmos até aqui.

Era o primeiro semestre do ano de 2022. Após dois anos de pandemia e já com certo traquejo na realização de atividades online, já com o perfil no Instagram para nosso grupo de pesquisa, que existe desde 2018, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Educação (GEPJUVE), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bem como após a concretização do Ciclo de Lives “Juventudes e Educação”, que foi realizado em 2021, inteiramente pelo Instagram, com posterior publicação da obra “Dialogando sobre Juventudes”, igualmente de nossa organização, organizamos um curso de extensão, intitulado “Juventudes e Educação”.

Esse curso de extensão buscou reunir colegas pesquisadoras e pesquisadores das juventudes de distintas realidades do Brasil, com o encerramento com nosso querido colega Vitor Sérgio Ferreira, de Portugal. As aulas ocorreram quinzenalmente e as/os estudantes inscritos no curso tinham um texto base para a leitura. Os encontros foram transmitidos pelo canal do GEPJUVE e foram realizados da seguinte forma: a/o palestrante dispunha de aproximadamente 30min para a realização da aula, finalizando com outros 30min de debate com as questões da assistência. Entendemos que esse formato foi o ideal, já que o tempo limite de 1h evitava saturar a participação das pessoas inscritas no curso, haja vista o enorme tempo em frente às telas que estamos tendo. Durante a realização das aulas do curso e em conversas com os colegas participantes e com outros interessados no tema que nos procuraram, surgiu a ideia de transformar o curso de extensão que estava sendo realizado em um livro. A ideia foi ganhando corpo e hoje ganha forma – digital – a partir da presente obra.

É fundamental destacar que a obra que ora apresentamos foi organizado inteiramente pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Educação (GEPJUVE/UFRGS/CNPq) e que dados os cortes de recursos para a pesquisa – em especial para as Ciências Humanas – não foi possível obter financiamento para sua confecção, de modo que a obra foi inteiramente financiada pelo conjunto das autoras e autores e, a partir dessa generosidade que ultrapassou a acadêmica e transformou-se, também, em material, que esse belo material está sendo disponibilizado de maneira inteiramente gratuita, para que nossas vozes e palavras possam chegar a

quem interessar conhecer ou aprofundar-se nos estudos com os jovens, suas culturas e suas relações com os mais diversos espaços e tempos. Aqui, portanto, registramos nossa gratidão ao grupo das/os palestrantes do curso e autoras e autores da obra por tamanha generosidade. Obrigado: Regina Novaes; Maria Carla Corrochano; Flávio Sofiati; Sebastião Everton; Giovane Scherer; Nilson Weisheimer; Luis Antônio Groppo; Maurício Perondi e Vitor Sérgio Ferreira. Obrigado, igualmente, as/aos demais autoras/es que foram incorporados aos capítulos, posteriormente às aulas das/os palestrantes convidados!

Aproveitamos o espaço de agradecimentos para realizar nosso necessário reconhecimento à Doutora Susana Henriques, da Universidade Aberta de Portugal que, muito gentilmente, aceitou nosso convite para escrita do prefácio da presente obra. Que essa seja uma das tantas belas aproximações e das importantes trocas que estamos construindo “além-mar”.

Além desse singelo texto de apresentação e do prefácio, o livro encontra-se formado por nove capítulos, com temáticas diretamente relacionadas às aulas que foram ministradas pelos autores principais. No final, ainda, apresentamos duas outras seções: sobre as aulas, com os links dos vídeos dos encontros, que estão salvos no YouTube; e sobre os autores, com o mini-currículo daqueles e daquelas que aqui se disponibilizaram a estar conosco. Os capítulos abordam as relações das juventudes contemporâneas com diversos temas, como, por exemplo: políticas públicas; trabalho em tempos de pandemia; religiões; representatividade política; juvenicídio; agricultura familiar; ocupações secundaristas; participação social; imagens e políticas.

O curso de extensão que, inicialmente, foi pensado de maneira bastante orgânica, espontânea e natural, revelou algumas intencionalidades bastante importantes. Os contextos de origens das e dos convidados foi bastante diverso, com representantes de múltiplas regiões do Brasil e de Portugal, dando conta da necessária e importante internacionalização universitária. Quando da escrita desse texto, somados os números de acessos das aulas no YouTube, já ultrapassamos o número de 4.000 pessoas atingidas pelas provocadoras aulas que tivemos. É nosso desejo que esse livro possa levar nossas reflexões para ainda mais pessoas!

A obra que entregamos tem um de seus objetivos já explícito em seu título: debater sobre juventudes. Que as belas aulas que tivemos no Curso de Extensão Juventudes e Educação sejam estendidas para além das palavras presentes nessa obra. Que possamos ser sementes que são plantadas nos mais diversos terrenos. Que possamos ser megafones, amplificando vozes tantas e tantas vezes silenciadas. Que possamos seguir debatendo sobre, mas principalmente com as juventudes contemporâneas. Esses são nossos desejos.

Precisamos, por fim, destacar que esse livro está sendo apresentado e entregue no início do ano de 2023, um ano bastante importante para o Brasil, um ano de reconstrução após os duros anos de constantes ataques à democracia e aos princípios básicos da civilização. Apenas iniciamos a retomada das garantias de direitos para todas as pessoas, inclusive para as juventudes. Há muito trabalho pela frente. Ainda bem que tivemos, temos e seguiremos tendo muita esperança!

Fica o convite à leitura, ao debate, ao diálogo e – principalmente – à construção coletiva!

Boa leitura!

Com esperança,

Victor Hugo Nedel Oliveira
Líder do GEPJUVE/UFRGS
Departamento de Geografia/UFRGS
Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFRGS

POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE?

ANOTAÇÕES SOBRE PROCESSOS, APRENDIZADOS E DESAFIOS

Regina Novaes

Eliane Ribeiro

Severine Macedo

Como se sabe, a noção de *juventude* se modifica no tempo e no espaço, ganhando contornos específicos em diferentes culturas e sociedades. As expectativas em relação à juventude foram se alterando em consonância com as mudanças históricas das sociedades em questão. Cada geração (MANHEINN, 1982) vive determinada *condição juvenil* cujas marcas sociais comuns são condizentes ao momento histórico em que se vive.

Após a segunda guerra mundial, nas sociedades industriais, a educação se manteve por décadas como a única política pública voltada para os jovens. Na expectativa dominante na sociedade, “ser jovem” significava “ser estudante”. No plano ideal, nesta fase da vida, a escola deveria ser o epicentro e a juventude deveria estar afastada do mundo do trabalho. No plano real, essa expectativa não se realizou da mesma forma entre diferentes países e se modificou globalmente no decorrer do tempo.

De fato, em um mundo movido por rápidas transformações econômicas e tecnológicas, em vários países, principalmente após os anos de 1980, iniciaram-se ações públicas voltadas para garantir e ampliar a inserção produtiva de jovens. Começava-se, então, a falar em “políticas públicas” voltadas para a juventude.

O objetivo do presente artigo é refletir sobre o processo de reconhecimento de jovens como “sujeitos de direito”. A ideia é iniciar pelos contextos históricos internacionais que produziram a necessidade de ações públicas voltadas para esse segmento populacional para, em seguida, refletir sobre as conquistas, tensões e obstáculos que se fizeram presentes em dez anos de experiência na área das políticas públicas de juventude no Brasil (2005 -2015).

1- Juventude: moratória social, expectativas e realidades

Em uma perspectiva histórica, nem sempre a infância, a adolescência e a juventude foram reconhecidas como “fases da vida”. Como sugere Ariès (1981), o surgimento da infância na Europa acontece entre o final do século XVIII e o princípio do século XIX. Tal surgimento pode ser correlacionado com duas importantes tendências demográficas: o declínio da mortalidade infantil e das taxas de natalidade. A concepção de infância, como fase distinta de desenvolvimento, emerge entre famílias de condição social elevada, tornando-se tema de volumosos ensaios literários sobre educação infantil. Posteriormente, os “problemas sociais” associados à infância passaram a focalizar as camadas mais pobres da população reconhecendo a necessidade de assistência às crianças e de medidas legislativas que regulamentassem o trabalho infantil. Consolidava-se assim a ideia de infância como “fase de vida”.

Já a adolescência só começou a ser destacada na segunda metade do século XIX quando problemas e tensões a ela associados a tornaram objeto de “consciência social”. A “cultura adolescente” tornou-se fonte de preocupações, tanto de educadores como de políticos reformistas quando

“grupos de amigos” passaram a ter comportamentos considerados ameaçadores para a sociedade. Nos Estados Unidos, por exemplo, descobriu-se uma “perigosa” conexão entre tais comportamentos (predominantemente em comunidades de emigrantes) com formas de marginalidade social e delinquência¹.

Importante notar, que o reconhecimento dos “problemas da infância e da adolescência” provocou respostas do poder público, traduzidas em medidas políticas, tais como: o prolongamento da escolaridade; a legislação sobre trabalho infantil; a idade em que os adolescentes poderiam começar a trabalhar, bem como a proliferação de casas de correção para menores.

Já a concepção de juventude, tal como entendemos hoje, somente se delineou após a Segunda Guerra Mundial, em um momento de retomada do processo de industrialização quando se impunha a necessidade de qualificar a força de trabalho por meio da educação. A formação escolar tornou-se, então, a primeira política pública que os estados nacionais deveriam oferecer a juventude.

Nesse cenário, no mundo capitalista ocidental foi se delineando um padrão ideal de passagem da infância para a idade adulta. Esse padrão pressupunha uma sequência linear e previsível de acontecimentos no curso da vida, a saber: saída da escola, ingresso no mercado de trabalho, saída da casa dos pais, formação de um novo domicílio pelo casamento, início da vida sexual e nascimento do primeiro filho (CAMARANO, 2006).

Para garantir essa sequência de acontecimentos, aos jovens deveria ter sido concedida uma espécie de “moratória social”², isto é, um crédito de

¹ Sobre como a Escola de Chicago tratou da rápida expansão urbana do centro de Chicago e os problemas sociais daí recorrentes ver Pérez Islas (2008).

² Sobre a noção de moratória social, ver Margulis e Urresti (1996). Sobre padrões de passagem da juventude para a idade adulta, ver Camarano (2006).

tempo para que pudessem estudar e preparar sua entrada na vida adulta. Ao Estado caberia se responsabilizar pela escola pública, onde o jovem poderia garantir sua formação educacional e aquisição de treinamento para o trabalho. Entretanto, o sucesso desse “investimento em educação” variou muito entre governos e entre diferentes países.

Mesmo nos países centrais em que se concedeu aos jovens uma “moratória social”, não durou muito o *baby boom* posterior à Segunda Guerra Mundial, que prometia inserção produtiva para a juventude diplomada. Referindo-se aos anos de 1970, Bourdieu (1998) analisou a crise do sistema meritocrático francês e identificou uma “inflação de diplomas” e uma “geração enganada” pelas “vãs promessas” do sistema escolar e do sistema social.

Segundo Machado (1990), se até meados da década de 1970 a emigração contribuiu para a manutenção dos empregos na Europa, posteriormente, a partir de fluxos provenientes da inatividade, o desemprego instalou-se como “tendência duradoura” afetando particularmente os jovens. Naquele período, a literatura sociológica tornou-se farta na caracterização da flexibilização de economia, do aumento da precariedade do trabalho e da diluição de mecanismos de ascensão social. Nos anos de 1990, a dificuldade de inserção produtiva de jovens - presente na experiência de jovens de países de economias centrais - se revelou mais fortemente ainda nos países periféricos.

No desenrolar desse processo, a questão do *desemprego juvenil* passou a ocupar um novo lugar na agenda pública internacional, envolvendo agências bilaterais e governos nacionais. Não por acaso, o ano de 1985 foi decretado o Ano da Juventude pelas Nações Unidas. Em sua resolução (4014/1985), a

ONU recomenda esforços - em nível local, regional, nacional e internacional - “para promover condições de educação, atividade profissional e participação no desenvolvimento geral da sociedade”.

2-Juventude/s brasileiras: demandas da sociedade e respostas do poder público.

No Brasil, bem como na maioria dos países da América Latina, somente uma minoria de jovens pode gozar da prometida “moratória social”. Para essa parcela minoritária, “ser jovem” significava “ser estudante”. De fato, só os estudantes se encaixavam no imaginário social sobre juventude predominante na sociedade. Ou seja, a referência à juventude esteve restrita à parcela de jovens que conseguia se manter afastada do mundo do trabalho e - por isso mesmo - com oportunidades de produzir questionamentos culturais e políticos. Não por acaso, em estudos sobre as décadas de 1960 e de 1970, as expressões “movimentos estudantis” e “movimentos juvenis” são muitas vezes utilizadas como sinônimas.

De fato, no Brasil, a grande maioria dos jovens da geração pós-guerra já vinha encurtando o tempo de proteção da infância e antecipando a responsabilidade da idade adulta. Ingressando no mundo do trabalho de maneira precoce e precária, essa maioria de jovens em idade não se (auto) encaixava no perfil de juventude socialmente idealizado. Mas essa situação se agravou muito quando, mesmo com mais estudo do que seus pais, os jovens passaram a ter mais dificuldades de entrar no mundo do trabalho tornando crescentes suas dificuldades de emancipação.

Os reflexos da reestruturação produtiva global no mundo do trabalho atingiram nosso país em plena fase de transição democrática, ao fim da

ditadura militar (1964-1985). Simultaneamente, a “violência juvenil” também se tornou um tema no rol das grandes preocupações nacionais. Agências de cooperação, voltadas para a superação da pobreza e “crise internacional”, pautaram ONGs e fundações empresariais que elegeram um específico “público alvo”: “jovens em situação de risco”. Para essa parcela da juventude foram oferecidos “projetos sociais” que deveriam tanto resultar em prevenção do “desemprego juvenil”, quanto em contenção “da violência urbana”.

Tais projetos focalizavam especificamente grandes contingentes juvenis que viviam em áreas pobres e consideradas violentas pela precária presença do poder público; pela forte presença do tráfico de drogas ilícitas; pela significativa circulação de armas de fogo e pela frequente violência policial. De maneira geral aos “jovens de projeto” se oferecia “preparação para o trabalho”, muitas vezes conjugadas com expressões artísticas que contribuíssem para “afastar os jovens do crime”.

Parte desses grupos contou com a presença de mediadores que - a partir de igrejas, organizações não governamentais e fundações empresariais locais - incentivaram suas ações. Com diferentes mediadores, suas ênfases e resultados não foram homogêneos. Se existiram “jovens de projeto” que ficaram restritos aos objetivos de contenção (do desemprego e da violência), na mesma conjuntura política e econômica, também surgiram grupos de jovens que - por meio de recursos culturais próprios³ - questionavam os mecanismos de exclusão social a que estavam submetidos. Foi a partir desses jovens questionadores que, ainda nos anos de 1990, surgiram as primeiras

³ Entre os “grupos culturais juvenis” destacaram-se grupos de comunicação comunitária, de skate, teatro, dança, rock, punk, reggae, hip hop, funk, entre outros. Mais tarde - na mídia e nos trabalhos acadêmicos - participantes desses grupos tem sido identificados genericamente como “jovens da periferia”.

iniciativas de “políticas públicas para a juventude” (PPJs) em alguns municípios e estados brasileiros.

Contudo, as demandas de PPJs se avolumaram mais no início dos anos 2000, quando ficaram ainda mais fortes os ruídos no prometido (e seletivo) casamento entre educação e trabalho. Tais ruídos - certamente relacionados às rápidas mudanças tecnológicas que modificaram o mundo de trabalho - ficaram evidentes quando jovens brasileiros deixaram de conseguir emprego em nível condizente com a escolaridade por eles alcançada. Bem como quando jovens só conseguem trabalhos que estão distantes da área para a qual se estudaram.

Se antes as demandas de jovens brasileiros “estavam silenciadas ou então fixadas na ordem do não pertinente para a deliberação política” (TELLES, 1999), naqueles anos criou-se um cenário favorável para que diferentes atores sociais reconhecessem a necessidade de políticas públicas voltadas especificamente para a juventude. O que fez com que jovens participantes de redes, movimentos e grupos juvenis - enquanto “sujeitos falantes” - se posicionassem sobre questões que lhes diziam respeito exigindo “a partilha na deliberação de políticas que afetavam suas vidas” (TELLES, 1999).

No espaço público, estava em curso um processo de reconhecimento de um novo *sujeito de direitos*. Um pouco mais tarde, justamente nos meses que precederam as eleições presidenciais de 2002 - a partir de uma conjugação de iniciativas da sociedade civil - a “questão da juventude” passou a “compor a agenda governamental e mobilizar as autoridades políticas” em nível nacional (RUAS, 2008). Em 2005, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou a “Política Nacional de Juventude” (Lei N°

11.129/2005) que, sob a responsabilidade da Secretaria-Geral da Presidência da República, criava a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ); o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Com desenho semelhante, nos anos seguintes, registrou-se um aumento significativo de programas, órgãos executivos e Conselhos estaduais e municipais de juventude.

3- O campo das políticas públicas de juventude: diversidade, sobreposições e fronteiras fluidas.

Até que ponto podemos dizer que a partir de 2005 configurou-se um “campo de políticas públicas de juventude” no Brasil? A resposta será negativa se pensarmos em um campo estruturado com participantes definidos e claros objetos de disputa (BOURDIEU, 1989). Mas, podemos dizer que - pela primeira vez - se delineou um campo de interesse em torno do tema. Com fronteiras fluidas e muitas sobreposições, esse campo envolveu um conjunto de atores e demandas voltados para políticas setoriais (com destaque nas áreas de educação, trabalho, cultura e segurança), bem como incluiu demandas específicas de diferentes segmentos juvenis socialmente vulnerabilizados por determinados marcadores sociais (tais como: etnia/raça/gênero/orientação sexual/religião/deficiências).

Com efeito, lograr o reconhecimento simultâneo das desigualdades sociais (expressas em renda, escolaridade, condições de moradia, regiões do país, relações campo e cidade) e das diversidades (acima mencionadas) tornou-se desafio fundamental no processo de constituição do “campo das políticas públicas de juventude” (NOVAES, 2009). Para ilustrar tal desafio,

vejamos o mosaico que pode ser observado na composição do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve).

Composto por 60 membros, sua finalidade foi assim definida: contribuir para a efetivação dos direitos da juventude por meio de Programas e Ações públicas. Com caráter consultivo (isto é, sem ter poder deliberativo para interferir diretamente no planejamento e na execução em diferentes níveis e instâncias de governo), o Conjuve teve que construir legitimidade para ser ouvido tanto no interior dos Ministérios do próprio governo que o criou, quanto na sociedade civil onde a juventude não era (e ainda não é) vista como um singular “sujeito de direitos”.

Tratava-se então de criar uma “estratégica unidade” entre membros da sociedade civil (reunindo 2/3 dos componentes entre diferentes movimentos e grupos juvenis e organizações não governamentais) e o poder público (reunindo 1/3 das cadeiras distribuídas entre representantes de diferentes Ministérios, representante da Comissão da Juventude da Câmara dos Deputados e representante de organização municipal).

Em 2005, os 60 membros do Conjuve foram escolhidos por indicação governamental. Já nos mandatos seguintes os membros foram escolhidos por meio de edital público, inscrições de candidatos e eleição em assembleia. De sua criação até 2015, o Conselho contou com mais de 180 organizações participantes, garantindo a diversidade dos atores envolvidos, provenientes das mais diversas regiões do país.

Com efeito, no interior do Conjuve aconteceram diálogos (até então inéditos) entre: i) jovens ativistas indicados por organizações, movimentos e redes juvenis (tais como movimento estudantil, sindicatos, ambientalistas, escotismo, nos anos seguintes, também de partidos políticos); ii) jovens ligados

a grupos culturais (de início de teatro e hip-hop e, nos anos seguintes, também funk e skate); iii) jovens ligados movimentos identitários (de raça, etnia, gênero, orientação sexual); vi) jovens de diferentes religiões (de início pastorais de igrejas católicas e grupos evangélicos e, nos anos seguintes, também “jovens de terreiros”).

Com tais características e diversidades, o Conjuve logrou: a) contribuir com a Secretaria Nacional da Juventude para a implementação de *programas e ações públicas* voltadas exclusivamente para os jovens de 15 a 29 anos; b) oferecer subsídios para a elaboração de *programas e ações intersetoriais* voltados para a juventude, por meio de gestões compartilhadas entre diferentes ministérios; c) introduzir a discussão sobre a necessidade de *recorte etário* em políticas universais a cargo de outros ministérios (principalmente Educação, Trabalho, Saúde e Cultura).

Por meio de diagnósticos, campanhas e pactos, Conselheiros e Conselheiras puderam lutar por reconhecimento de demandas, disputar recursos, lograr suportes institucionais e marcos legais de regulação de direitos. Dessa maneira, Conselho funcionou como um espaço singular, onde conselheiros e conselheiras negociam e pressionam o poder público para o atendimento de diferentes demandas.

O início desse processo está bem registrado no documento *Diretrizes e Perspectivas para uma Política Nacional de Juventude*, produzido pelo Conjuve (2007), que se tornou uma referência importante para a elaboração de Programas e Ações voltadas para a juventude. A partir desse documento, transformar demandas em “direitos” (universais e geracionais) se tornou um marco diferencial nas agendas voltadas para a juventude.

Nesse contexto, a noção de “direitos” também qualificou a demanda de *participação*. O “*direito à participação*” ganhou espaço no vocabulário das PPJs, deslocando para segundo plano a noção de “protagonismo juvenil” (frequentemente mencionado em projetos sociais desenvolvidos no âmbito da sociedade civil nos anos de 1990). O “protagonismo” passou a ser visto apenas como “recurso pedagógico” e a ênfase na “participação” tornou-se fundamental para respaldar processos de construção da *autonomia* e *emancipação* juvenil⁴.

Participação, autonomia e emancipação se tornaram, portanto, as três palavras chaves acionadas para traduzir uma concepção: os jovens deveriam deixar de ser vistos como demandantes de tutela ou beneficiários das ações do Estado, antes deveriam ser pensados como atores relevantes na formulação e implementação das políticas de juventude⁵. Tais políticas deveriam ser voltadas para o presente e contribuir para trajetórias até o futuro. Voltadas para a vida presente, múltiplos programas e ações deveriam ter como objetivo o “desenvolvimento integral” de jovens. Por exemplo: para um Programa lograr *educação de qualidade* deveria estar articulado com o que se passa no mundo do trabalho; deveria ampliar com o acesso à cultura e à saúde; deveria realizar-se em boas condições de transporte, moradia e segurança. Em duas palavras, *transversalidade e integração intersetorial* estão entre os pressupostos para a implementação das PPJs.

⁴Em 2013, a Secretaria Nacional de Juventude lançou o Participatório – Observatório Participativo da Juventude – com o objetivo de incrementar a participação online.

⁵Importante mencionar aqui a atuação da SNJ na agenda internacional. Instâncias da ONU, do MERCOSUL, da BRICS e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa também abriram espaço para as políticas públicas de juventude. A Organização Iberoamericana de Juventude (OIJ) lançou um documento sobre os Direitos da Juventude (2006).

Estas ideias (presentes no documento do Conjuve acima citado) foram posteriormente complementadas e desenvolvidas em outros documentos elaborados pelo próprio Conjuve e pela Secretaria Nacional da Juventude. No conjunto, tais documentos serviram de base para propostas e resoluções durante as três Conferências Nacionais de Juventude⁶ realizadas no período aqui estudado. A 1ª Conferência aconteceu no ano de 2008, trazendo como lema *Levante a sua Bandeira*; a 2ª em 2011, com o tema *Juventude, Desenvolvimento e Efetivação de Direitos* e a 3ª, em 2015, com o tema *As várias formas de mudar o Brasil*. As resoluções das três Conferências apresentam os resultados de negociações entre o poder público, correntes políticas e uma gama variada de delegados eleitos nas etapas municipais e estaduais.

Por fim, cabe destacar ainda que o ano de 2013 - sempre lembrado por suas manifestações de junho - também foi marcado pela aprovação do Estatuto da Juventude (Lei 12.852). Para sua promulgação, contribuíram diferentes atores da sociedade civil e agentes governamentais. No capítulo inicial estão princípios e diretrizes. No Capítulo II estão as XI seções referentes aos “Direitos dos jovens”, a saber: I- Do direito à Cidadania, à participação Social e Política e à Representação Juvenil; II- Do Direito à Educação; III- Do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda; IV- Do Direito à Diversidade e à igualdade; V- Do Direito à Saúde; VI- Do Direito à Cultura; VII- Do Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão; VIII- Do Direito ao Deporto e ao Lazer; IX- Do Direito ao Território e à Mobilidade; X- Do Direito à sustentabilidade e ao Meio Ambiente; XI- Do Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça.

⁶ As Conferências foram promovidas pelo Conjuve e pela Secretaria Nacional de Juventude.

Cada um desses direitos leva em conta as específicas situações vivenciadas por diferentes segmentos juvenis, bem como a necessidade de sua participação. Por exemplo, na Seção intitulada *Do Direito à Educação*, além das conhecidas obrigações constitucionais, há determinações sobre modalidades de educação adaptadas às necessidades e especificidades da juventude, tais como jovens com deficiência, jovens do campo, jovens indígenas, negros e indígenas. Nesta mesma Seção fala-se também sobre a garantia de “participação efetiva do segmento juvenil, respeitada sua liberdade de organização em conselhos e instancias deliberativas de gestão democrática das escolas e universidades”.

Em resumo, pode-se dizer que o Estatuto da Juventude - mesmo com seus limites e imperfeições - reflete todo um acúmulo conceitual que consagra a perspectiva de jovens como *sujeitos de direitos*. Nesse sentido, embora exista um hiato entre o país legal e o país real, a existência do Estatuto da Juventude respalda iniciativas de institucionalização, oferece legalidade e legitimidade para a formulação e implantação de programas, projetos e ações voltadas para a juventude. Mas, para seguir nessa rápida reconstituição da história das PPJs no Brasil, para lembrar os sete anos que antecederam a promulgação do Estatuto da Juventude, voltemos ao ano de 2005.

4- Educação e Inclusão: um comentário sobre o ProJovem.

Em 2005, coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude, nasceu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (o ProJovem). Dirigia-se a jovens de 18 a 24 anos que não tinham completado o ensino fundamental, oferecendo certificação escolar, informática, capacitação profissional e incentivo à participação social por meio de ações comunitárias. Para tanto, o

Programa contou com a participação dos Ministérios da Educação (MEC), do Trabalho e Emprego (MTE) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O Projeto Político Pedagógico incluía um cuidadoso processo de formação de professores. O Programa também oferecia uma Bolsa de cem reais incentivando a inclusão bancária de jovens.

O material didático elaborado pelo Projovem, com viés interdisciplinar, levou em conta a linguagem, os temas e características da atual *condição juvenil*. A partir de recursos iconográficos, de notícias de jornal, poesias e letras de diferentes estilos musicais, as diferentes disciplinas buscaram meios para retratar as realidades e *situações dos jovens*, sobretudo daqueles que vivem urgências em dinâmicas produtoras de exclusão social.

Implantado em diferentes regiões do país, o Programa contou com avaliações contínuas a cargo de um conjunto de Universidades Federais, a partir das quais sofreu várias modificações, entre 2005 e 2015, entre as quais podemos destacar: a) o aumento da faixa etária superior para 29 anos, pois constatou-se que entre 24 e 29 anos havia um número expressivo de jovens sem concluir o ensino fundamental; b) a possibilidade de acolher jovens que trabalhavam com carteira assinada visando, particularmente, incluir as empregadas domésticas que não haviam concluído o ensino fundamental; c) a transferência da coordenação do Projovem Urbano⁷ para o MEC como uma modalidade de ensino; e) a criação das “salas de acolhimento” para crianças pequenas filhas de estudantes que necessitassem desse apoio para poder estudar.

As avaliações recolheram interessantes comentários de jovens participantes. Em uma das entrevistas realizadas, um jovem que frequentou o

⁷ Vale lembrar que após alguns anos, houve uma integração de Programas voltados para jovens reunindo o Projovem original que passou a ser chamado Projovem Urbano; o Projovem Adolescente (MDS); Projovem Trabalhador (MTE); Projovem Rural (MEC).

ProJovem afirmou “estudei à prestação” descrevendo suas entradas e saídas na escola e precárias relações com o mundo do trabalho. Também, segundo depoimentos recolhidos, o ProJovem - em diferentes cidades - se destacou por receber jovens gays e trans que haviam deixado de estudar por sofrer discriminação no ensino regular. Nas pesquisas quantitativas, não foram poucos os jovens que citaram professores e professoras como o diferencial do ProJovem. Em 2015, nas salas de acolhimento do ProJovem, jovens mães contaram que voltaram a estudar justamente por poder levar consigo seus filhos.

De maneira geral, o reconhecimento dos avanços na área da educação naqueles anos ficou claro na pesquisa Agenda Juventude Brasil (PINHEIRO *et al.*, 2016) pois quando indagados sobre “o que melhor aconteceu no país”, os jovens destacaram a “possibilidade de estudo”. Contudo, na mesma Pesquisa, nota-se um considerável desconhecimento dos programas para jovens que estavam sendo então ofertados. Apenas 44% dos jovens entrevistados conheciam alguma política pública voltada para a juventude, entre eles o ProJovem⁸, e os 56% restantes não conheciam nenhum Programa.

Ribeiro (2016) indaga se teria sido falha, limitada ou inadequada a divulgação sobre a oferta das ações governamentais no campo das políticas públicas de juventude. Nesse sentido, talvez o conhecimento dos Programas tenha ficado restrito apenas aos jovens diretamente beneficiados por tais iniciativas governamentais. Sendo a eles somados àquela pequena parcela de jovens ativistas que - envolvida com a “pauta de juventude” - acompanhou a

⁸Esses 44%, citaram o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); Programa Universidade Para Todos (Prouni); Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); Programa de Financiamento Estudantil (FIES); Educação de Jovens e Adultos; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec); Jovem Aprendiz e Primeiro Emprego.

elaboração e a implantação do ProJovem. De certa forma, temos aí uma evidência de um déficit de participação juvenil.

Na realidade, embora tenha garantido a conclusão do ensino fundamental para um número considerável de jovens brasileiros, o ProJovem Urbano não alcançou as metas inicialmente projetadas. Entre as explicações para os números insatisfatórios, as avaliações destacam os seguintes aspectos: a) envolvimento desigual de prefeituras conveniadas; b) resistência de diretores de escolas para acolher jovens periféricos que já haviam deixado o ensino regular; c) falta de divulgação do Programa; d) situações de violência em territórios urbanos; e) desistência do Programa pela necessidade de trabalhar.

Tomando esse último aspecto, nota-se que, mesmo que tenham aumentado as possibilidades de estudo, o trabalho continuou sendo uma necessidade premente para jovens das favelas, das periferias, das vilas, das “pontas de rua”, do campo. Ainda que, no imaginário social, a entrada no mundo do trabalho seja um evento demarcador da passagem da juventude para a idade adulta, em nosso país - tal qual a escolarização (DAYREL, 2007) - “o trabalho também faz a juventude brasileira” (SPÓSITO, 2005). Sendo assim, para melhor compreender os possíveis obstáculos para a implantação de políticas educacionais de juventude, é preciso relacioná-las com as atuais precariedades do mundo do trabalho.

5-Trajetórias juvenis: múltiplas entradas e saídas na escola e trabalho.

As crises da sociedade chegam mais rapidamente aos jovens. Cada vez mais tensos, intensos e desiguais, os percursos na educação e no trabalho se entrecruzam na juventude. São constantes entradas e saídas de jovens, tanto

na escola, quanto no mundo do trabalho. Jovens buscam conciliar estudo e trabalho, bem como alternam períodos de estudo com períodos de trabalho. Agravam-se também as questões em torno da continuidade, qualidade e intensidade do trabalho (CORROCHANO; FREITAS, 2016).

A cada trabalho encontrado, jovens se submetem a novos desafios relacionados com a intensificação de controles, com metas e até mesmo com exigências de engajamento subjetivo no trabalho (TELLES; CABANES, 2006 e LIMA, 2013). Ou seja, mesmo em situações em que há contratação formal (carteira assinada) os jovens não estão livres de viver situações de insegurança. O que pode acarretar danos à saúde minada por longas jornadas de trabalho e autoestima abalada pela alta rotatividade e baixa remuneração. Além disto, também como lembram Corrochano e Freitas (2016), as fronteiras entre o formal e o informal, o lícito e o ilícito tornam-se cada vez mais fluidas e porosas, levando mesmo ao questionamento do próprio conceito de informalidade.

Frente a esta realidade, pode-se dizer que o “medo de sobrar” (NOVAES, 2012) atravessa a vida de jovens de classes sociais diferentes, ainda que não se espalhe igualmente entre jovens do campo, jovens mulheres, gays ou trans, indígenas e negros. No que diz respeito às mulheres, várias pesquisas já indicaram que a interrupção dos estudos se dá por causa do nascimento do filho, bem como necessidade de cuidar de um irmão mais novo. Jovens das camadas populares começam a trabalhar cedo e interrompem os estudos.

Sendo assim, é preciso cuidado com a caracterização de jovens “nem-nem” (nem estudam, nem trabalham) identificados em pesquisas e cuja nomenclatura sugestiva caiu no gosto da grande imprensa. Muitas vezes as

informações que são arroladas para caracterizar os “nem, nem” mostram apenas um flash, uma fotografia estática. Mas não dão conta do filme, do movimento. Em termos de trabalho, os jovens são os que mais circulam entre empregos sazonais, contratos precários e bicos. Nesse sentido, é preciso também considerar trajetórias escolares de jovens que - sem frequentar o ensino regular- estão em outras modalidades de ensino (EJA, ProJovem, entre outros).

De fato, quando se fala em jovens “nem-nem” misturam-se distintas situações de “inatividade”, não distinguindo os que estão desempregados; os que estão em um interregno entre empregos; os que estão voltando para a escola; os que estão ocupados com “afazeres domésticos” ou outras atividades informais (ABRAMO, 2015). Do nosso ponto de vista, para compreender as causas e motivações para estudar e/ou trabalhar, é preciso, levar em conta diferenças de gênero; ordem de nascimento na família; quantidade de irmãos; tipo de configuração familiar; bem como tempo de migração e diversidade de experiências pessoais.

É nesse cenário que podemos repensar as questões de evasão ou desistência, tanto no ensino regular, quanto em modalidades alternativas voltadas para as chamadas políticas de correção de fluxo ou aceleração escolar. Já se sabe que evasão e desistência são fenômenos multicausais, que combinam fatores internos e externos. Contudo, é interessante notar como as análises disponíveis ainda não se dispõem a relacionar a desistência/evasão escolar de jovens com determinadas características do mundo do trabalho pelo qual circulam enquanto jovens (PEREGRINO, 2010). Nesse sentido, os programas e ações públicas deveriam resultar em diferentes tipos de apoio para o jovem: a) se manter na escola ou b)

combinar estudo e trabalho ou c) se inserir no mundo do trabalho. As três possibilidades deveriam ser consideradas com o objetivo de contribuir para reverter trajetórias de exclusão de jovens.

Interessante notar aqui, como tais questões estão incorporadas nas diretrizes e nos direitos do Estatuto da Juventude. A articulação entre a demanda *de educação e de trabalho* fica explícita na Seção III, intitulada *Do Direito à profissionalização, ao Trabalho e à Renda*. No Artigo 15 estão recomendados expedientes para conciliar estudo e trabalho por meio da flexibilização do sistema escolar. O Estatuto prevê condições especiais de jornada de trabalho para jovens por meio de: a) compatibilização entre horários de trabalho e estudo; b) oferta de níveis, formas e modalidades de ensino em horários que permitam a compatibilização da frequência escolar com o trabalho regular.

Também na *Agenda Nacional do Trabalho Decente no Brasil*⁹, documento da Organização Mundial do Trabalho (OIT), a educação ganha um lugar de destaque nos seguintes termos: 1) mais e melhor educação, baseada na elevação da qualidade do ensino médio, ensino técnico e qualificação profissional; 2) conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar. Delineia-se assim um cenário propício para o surgimento de novas combinações entre escola e mundo do trabalho.

6- Em busca de direitos e vida segura: “políticas territoriais” de juventude.

Na busca de encontrar explicações para o hiato entre a elaboração, implantação e alcance de Programas e Ações voltadas para a juventude, é preciso considerar que características dos territórios, tanto podem

⁹Foi construída a partir de um diálogo tripartite, que reuniu centrais sindicais, representantes dos empresários e governo federal, fomentada pela Organização Internacional do Trabalho – OIT.

interromper processos educativos, quando dificultar inserção no mundo do trabalho. Para estudar e/ou para trabalhar jovens moradores de áreas pobres atingidas pela violência - do tráfico de drogas ilícitas e das polícias - se sentem atingidos pela “discriminação por endereço” respaldada por certas representações negativas sobre a juventude que circulam na sociedade.

A ideia de “juventude violenta” evoca medo e insegurança. Na verdade, a associação entre *juventude e violência* resultou na ampliação de posturas repressivas do Estado e na disseminação da imagem do jovem pobre como um criminoso em potencial. Como se sabe, intervenções violentas de forças policiais têm resultado no extermínio sistemático de jovens, sobretudo negros nas favelas e periferias urbanas.

Frente a tais evidências, no ano de 2012, - alavancado por atores da sociedade civil e por agentes governamentais atuantes do “campo das políticas públicas de juventude” - foi lançado o *Plano Juventude Viva*. Com esse Plano, buscando superar programas de controle e repressão, a Secretaria Nacional da Juventude; o Conjuve e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) desenvolveram ações para desconstruir imagens negativas de jovens e desenvolver parcerias para ações territoriais.

O *Plano Juventude Viva* se propôs a combinar ações de prevenção à violência, campanhas de sensibilização com a integração e ampliação do acesso a programas e ações voltadas para jovens em um mesmo território. Sua implantação pressupunha colaboração entre vários ministérios e secretarias governamentais e, também, dependia da pactuação entre governo federal, estados e municípios que juntos deveriam atuar para a criação de oportunidades de inclusão educacional e societária para os jovens entre 15 e 29 anos.

Com a forte presença da Secretaria Nacional de Juventude, sob a coordenação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) foi criado o Fórum de Monitoramento do Programa Juventude Viva - FOMPI - que, além de representantes do poder público, deveria contar com a participação de conselheiros nacionais, movimentos e organizações sociais de juventude, do movimento negro, especialistas no tema de segurança pública e vida segura.

Dando prioridade aos territórios que lideravam o ranking dos homicídios no país, o Plano teve início no Estado de Alagoas que - naquele momento- ocupava o primeiro lugar no índice nacional de homicídios. Depois, gradativamente, chegou a outros Estados que também se destacavam nas estatísticas da violência que atingiam os jovens. Infelizmente, o *Plano Juventude Viva* não chegou a se desenvolver plenamente, seja porque surgiram vários obstáculos locais em sua implantação, seja porque - com a interrupção do governo Dilma Rousseff - o Plano foi sendo intencionalmente desidratado.

O *Plano Juventude Viva* poderia ter sido a realização de uma política pública de juventude pautada na concepção de “desenvolvimento integral” realizada no paradigma que ficou conhecido como “política territorial”¹⁰. Tal referencial conceitual considera as características de cada território, no qual se incentiva a “participação” de atores locais e se busca a integração entre programas e ações que contemplem diferentes dimensões da vida social, no caso da vida dos jovens.

O desenho do *Plano Juventude Viva* seria um bom exemplo para demonstrar como as demandas de educação e trabalho podem ganhar novo

¹⁰ Sobre diferentes características das “políticas territoriais”, ver Silva, 2013.

sentido e novas potencializações nos territórios, quando são articuladas com outras demandas juvenis e políticas voltadas para a interatividade e para segurança pública bem como, também, para a saúde, a cultura e o lazer.

7- Experiências de PPJs: identificando obstáculos.

Nesse artigo buscamos lembrar como, entre 2005 e 2015, se delineou uma “Política Nacional de Juventude” que se propunha ser indutora de novos programas e ações que integrassem diferentes dimensões de vida dos jovens; reconhecessem seus direitos e valorizassem sua diversidade. Lembramos como naquele cenário, a expressão “sujeito de direitos” trouxe para as demandas da juventude um potencial “contrapoder” simbólico.

Mas, como já sugeriu Rúa (1998), a implementação de políticas públicas implica sempre em novas decisões, trata-se de “um processo dotado de acentuada complexidade que articula o sistema político em suas várias dimensões com a realidade concreta das práticas políticas e sociais dos diversos interessados”.Reconhecendo tal complexidade, sem qualquer pretensão de dar conta de todas as dimensões da realidade, é importante indagar alguns dos principais obstáculos identificados na experiência passada.

Em primeiro lugar, é bom lembrar que o Estado opera dentro da lógica setorial o que dificulta a necessária transversalidade presente nos Programas e Ações no âmbito das políticas públicas de juventude. Na elaboração e implantação do ProJovem e do Plano Juventude Viva, os diferentes Ministérios e Secretarias envolvidas não deram o mesmo peso e importância para a agenda da juventude. Ou seja, mesmo fazendo parte de um mesmo governo, diferentes setores têm suas prioridades que, via de

regra, estão referidas a contingentes populacionais mais amplos ou ainda mais específicos.

Em segundo lugar, como também pode ser observado nos dois exemplos aqui citados (o Projovem e o Plano Juventude Viva), é preciso reconhecer fatores políticos que atuam nos processos locais implementação de um Programa ou Ação de escopo nacional. Disputas e desencontros de ordem político-partidária entre governantes da federação, estados e municípios dificultaram a integração e complementaridade entre os programas nos territórios onde são implantados.

Em terceiro lugar, podemos citar as resistências às mudanças de concepções de juventude entre agentes encarregados de implantar políticas públicas. Como aponta Januzzi (2001), “a implementação das políticas está sujeita ao papel crucial desempenhado pelos agentes encarregados de colocá-la em ação, que podem potencializar ou criar barreiras adicionais a sua efetivação”. Gestores encarregados de implantar Programas e Ações voltadas para a juventude, muitas vezes, trazem consigo velhas concepções sobre o papel do Estado, que enxergam os jovens apenas como “beneficiários” e não como “sujeitos de direito”.

Em quarto lugar, podemos dizer que visões negativas sobre os jovens (vistos como seres incompletos, em transição) persistem mesmo em Projetos voltados para a inclusão juvenil. Segmentos juvenis que mais necessitam de políticas públicas são vistos como “nem-nem”, violentos, drogados e desinteressados. O que cria dificuldades para efetivação de processos participativos na escola e em outros espaços de aprendizagem. Não por acaso, muitas vezes, os jovens que se inscrevem nos Programas se tornam meros

expectadores em processos educativos, mesmo quando são retoricamente chamados a participar.

Em resumo, são vários os obstáculos que podem fazer com que um Programa desenhado a partir do reconhecimento dos jovens como “sujeito de direitos” possa ser implantado na lógica da “assistência aos beneficiários”. No mesmo sentido, um Programa que pressupõe integração de políticas territoriais para garantir “vida segura” pode não conseguir articulação suficiente para evitar que prevaleça o controle repressivo sobre os jovens. Enfim, são vários os hiatos entre a formulação e a implantação de uma ação pública.

Nota final

Mesmo com seus limites e imperfeições, a década aqui analisada, marcada pela ampliação de políticas sociais, indicou um caminho promissor de conquistas de direitos da juventude brasileira com suas desigualdades e diversidades. Todo um esforço foi feito para que a categoria juventude deixasse de remeter apenas ao futuro, ultrapassando a noção de transitoriedade, do “vir a ser”, da “preparação para”, da “formação para”. Assim sendo, ao falar em “políticas públicas de juventude” estamos reafirmando que se trata do tempo presente, do aqui e agora. Nesse cenário, a juventude passa a remeter a “um período de experimentação e desenvolvimento que tem a “mesma importância que as demais etapas do ciclo vital que nunca foram chamadas de transitórias” (KRAUSKOPF, 2003).

Além disso, quando buscamos compreender a atual “condição juvenil” nunca é demais lembrar que, em tempos de globalização acelerada, em um mundo em contínua “reestruturação produtiva”, a juventude é afetada por

rápidas mudanças tecnológicas e por inédita complementariedade entre a realidade presencial e virtual (NOVAES, 2011). Segundo Barbosa (2015), as novas tecnologias da informação e da comunicação não invadiriam a instituição escolar “apenas fisicamente pela inserção dos equipamentos”. Evocando os ensinamentos de McLuhan, Barbosa lembra que as tecnologias são “extensões do humano”. Dessa forma são continuidades do corpo e de seus sentidos. Pode-se dizer então que os jovens - ainda que não estejam portando nenhum equipamento - trazem consigo as *tecnologias incorporadas*.

Mas, além de considerar as redes, as políticas públicas de juventude devem considerar também os territórios onde vivem os jovens. Considerando as diferentes situações de exclusão que se expressam no território, é preciso explorar e inovar a complementariedade entre o *presencial e virtual* seja para repensar espaços e tempos de aprendizagem, seja para inovar nas formas de inserção produtiva. Criativas (re)apropriações das conexões entre redes e territórios podem ser eficazes para retirar o foco das imagens negativas construídas em torno da chamada “juventude violenta” e de jovens “nem, nem”.

Mas, o que dizer sobre os anos que se seguiram após o período aqui estudado? A partir do impeachment da Presidenta eleita Dilma Rousseff, o ProJovem apenas sobrevive (bem pouco prestigiado) no Ministério da Educação. Também houve interrupção ou esvaziamento de outros Programas e Ações territoriais voltadas para a juventude, entre eles o Juventude Viva e Programa Estação Juventude que foi justamente projetado para tornar-se um espaço de articulação entre Programas e Ações voltadas para a juventude. A partir de 2019, a Secretaria Nacional da Juventude e o Conjuve foram alocadas ao Ministério da Mulher, da família e Direitos Humanos. O

orçamento da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) chegou ao menor patamar da história no último ano. Em 2022, segundo relatório do próprio Conselho Nacional da Juventude, a verba destinada ao órgão do governo federal responsável por articular as políticas públicas de juventude no país caiu 93,5% em relação à média dos anos anteriores.

Também não se realizaram mais Conferências Nacionais de Juventude. Frente aos retrocessos em relação ao período anterior, diferentes atores deixaram o Conjuve e novos coletivos (feministas, antirracistas e periféricos) que ganharam visibilidade nos últimos anos, não se aproximaram dos espaços de demandas por políticas públicas de juventude. Por tudo isso, podemos dizer que, nos últimos anos, diluiu-se a possibilidade de estruturação de um “campo das políticas públicas de juventude”- enquanto espaço simbólico de práticas específicas dotado de uma história própria (BOURDIEU, 2007).

O que dizer sobre os próximos anos? De maneira geral, podemos dizer que os princípios, as diretrizes e os direitos anunciados no Estatuto da Juventude, nas resoluções das Conferências e em outros documentos elaborados entre 2005 e 2015, representam um legado que deverá ser acionado para a (re)construção do campo das políticas públicas de juventude. Contudo, a experiência passada e o exame da realidade presente apontam para velhos obstáculos e novas necessidades. Com essa perspectiva, do ponto de vista do Estado, a necessária integração entre as diferentes demandas juvenis, reafirma hoje a necessidade de superação de clássicos modelos de políticas públicas setoriais. Ao mesmo tempo, é preciso repensar a composição do Conjuve considerando mudanças sociais e dinâmicas na

sociedade que deram visibilidade a novas formas de ativismo e inéditas pautas que integram demandas de igualdade e valorização da diversidade. Certamente, o primeiro passo será fazer uma análise crítica que permita compreender o que há de novo hoje na realidade juvenil. Um cuidadoso diagnóstico contribuirá para aperfeiçoar e renovar ideias sobre políticas públicas voltadas para as juventudes brasileiras. Na verdade, no futuro próximo, serão os movimentos, redes e coletivos juvenis que deverão avaliar *se e como* apostar na recomposição do “campo das políticas públicas de juventude”. Nesse sentido, o maior desafio continua sendo encontrar caminhos para garantir e inovar mecanismos e processos de *participação* de jovens. Sem dúvidas, a participação é o componente essencial para a formulação, implementação e monitoramento de Políticas Públicas para/com/de Juventude.

Referências bibliográficas

ABRAMO, H. Geração de História. *In: Empreenda-se*. Caderno 8, Globo Universidade, 2015.

BARBOSA, A. Escritas dissonantes: escolarização, letramentos, novas tecnologias e práticas culturais juvenis. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 81-107, jul./dez. 2015.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. *In: NOGUEIRA, M.A. e CATANI, A.* (Orgs.). Petrópolis, Vozes, 1998.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo, Editora UNESP, 2007.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. PPI - **Projeto pedagógico integrado do ProJovem Urbano**. Brasília: SNJ, Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano, 2008.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. Estatuto da Juventude: **Lei nº 12.852, de agosto de 2013**. Brasília: SNJ, 2014.

BRASIL, Secretaria Nacional de Juventude. **Balanco de Gestão 2011/2014**. Disponível em brochura.

CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

CASTRO, Jorge Abrahão de, AQUINO, Luseni Maria C. de e ANDRADE, Carla Coelho de(Org.). **Juventudes e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

CONJUVE. **Diretrizes e Perspectivas, Secretaria Nacional de Juventude**. Brasília, 2007.

CORROCHANO, Maria Carla & FREITAS, M. V. Trabalho e condição juvenil: permanências, mudanças, desafios. In: PINHEIRO, D. *et al.*

(Orgs). **Agenda Juventude Brasil: uma década de mudanças.** Rio de Janeiro: Unirio, 2016.

DAYREL, J. A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, v 28, n100, p1105-1127, 2007.

ELLES, V. S. & CABANES, R. (Orgs.). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios.** São Paulo: Humanitas, 2006.

HOFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais.** Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

JANNUZZI, P.M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações.** Campinas: Alínea, 2001.

KRAUSKOPF, Dina. **La construcción de políticas de juventud en América Latina.** Buenos Aires.

LIMA, J. C. **Outras sociologias do trabalho: flexibilidades, emoções, mobilidades.** São Carlos: Edufscar, 2013.

MACHADO PAIS, J. **Culturas Juvenis.** Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1996.

MANHEINN, K. (1982). **O problema sociológico das gerações.** In: FORACCHI, Marialice (org.) Sociologia. São Paulo, Ática. p. 67-95

MARGULIS, M.; URRESTI, M. **La juventud es más que una palabra:** ensayos sobre cultura e juventud. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MARQUES, Eduardo Cesar. **Redes sociais, segregação e pobreza.** São Paulo, Editora da Unesp/Centro de Estudos da Metrópole, 2010.

NOVAES, Regina. **Prefácio do livro Juventudes Contemporâneas:** múltiplos enfoques. PINHEIRO, Diógenes; ESTEVES, Luiz Carlos Gil; RIBEIRO, Eliane. (Org.). Rio de Janeiro: Editora UNIRIO, 2012.

NOVAES, Regina Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Izabel Mendes de; EUGÊNIO, Fernanda. **Culturas Jovens:** novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NOVAES, Regina Prefácio. In: CASTRO, Jorge Abrahão de, AQUINO, Luseni Maria C. de e ANDRADE, Carla Coelho de(Org.). **Juventudes e Políticas Sociais no Brasil.** Brasília: IPEA, 2009.

PEREGRINO, M. **Trajetórias desiguais:** um estudo sobre os processos de escolarização pública de jovens pobres. Rio de Janeiro, Garamond, 2010.

PINHEIRO, Diógenes; RIBEIRO, Eliane; NOVAES, Regina; VENTURI, Gustavo. **Agenda Juventude Brasil:** leitura de uma década de mudanças. Rio de Janeiro: Unirio, 2016.

RIBEIRO, E. Políticas de Juventude no Brasil: conhecimento e percepção. *In: PINHEIRO, et al. (Orgs). Agenda Juventude Brasil: uma década de mudanças.* Rio de Janeiro: Unirio, 2016.

RUAS, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. *In: Jovens Acontecendo nas Trilhas das Políticas Públicas.* Brasília: CNPD, 1998.

SILVA, Enid Rocha *et al.*(Organização). **Diálogo social e trabalho decente para a juventude no Brasil** / Internacional do Trabalho (OIT); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). - Brasília: OIT, 2015.

SILVA, S. P. Considerações analíticas e operacionais sobre a abordagem territorial em políticas públicas. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, v. 21, Brasília: Ipea, 2013.

SPOSITO, Marília. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. *In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. (Orgs.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional.* São Paulo: Instituto da Cidadania/Fundação Perseu Abramo, p. 129-148, 2005.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

CONDIÇÃO JUVENIL, TRABALHO E AÇÕES COLETIVAS: NOTAS A PARTIR DO CONTEXTO PANDÊMICO

Maria Carla Corrochano

Desde dezembro de 2019, quando os primeiros casos de contaminação pelo novo coronavírus foram identificados na cidade chinesa de Wuhan, várias análises têm evidenciado os significativos impactos sociais, ideológicos, políticos e econômicos com a expansão da covid-19 em diferentes partes do mundo, ao mesmo tempo em que explicitam as expressivas desigualdades que marcam sua disseminação e controle – ou seu descontrole, como no caso brasileiro, onde a atuação do Estado concentrou-se na administração da morte e não na gestão da vida (Mbembe, 2016).

Se os efeitos desiguais da pandemia de covid-19 podem ser observados em todas as faixas de idade, o olhar para a condição juvenil contribui para torná-los mais evidentes. Há tempos um conjunto de autores reconhece a singularidade desse momento da vida e, portanto, a importância em compreendê-lo e considerá-lo como relevante na análise social e na construção de políticas públicas, ao mesmo tempo em que explicitam diferentes e desiguais modos de inserção dos jovens na estrutura social.

A pandemia aprofundou ainda mais as distâncias entre os jovens segundo sua classe social, gênero, cor/ raça e local de moradia. Quais jovens conseguiram acessar o ensino remoto e ter condições adequadas de estudo quando as escolas foram fechadas? Quais jovens puderam permanecer em casa, quando o home office estabeleceu-se como uma das medidas para

diminuir o contágio? Quais jovens tiveram garantida sua existência não apenas por sobreviverem ao vírus, mas também à letalidade da ação policial? Na medida em que os dados iniciais indicavam que os índices de contaminação, desenvolvimento de sintomas graves e letalidade pela covid-19 atingiam pouco a população jovem, o foco de atenção dirigiu-se aos mais velhos. Aos jovens eram destinadas mensagens ambíguas, como apontaram André Sobrinho e Helena Abramo (2021): não transmitam o vírus e ao mesmo tempo responsabilizem-se pelas atividades que exigem circulação para preservar a população idosa; permaneçam em casa, mas mantenham-se ativos na escola, no trabalho e na construção de “projetos de futuro”. Tornou-se recorrente a preocupação com os jovens em função de seu “comportamento de risco”, diante do novo quadro de disseminação da doença em 2021, com maior incidência de casos sintomáticos e elevação das mortes entre pessoas mais jovens. Mesmo que o desrespeito aos protocolos possa ser evidenciado entre pessoas de diferentes segmentos etários, os jovens são retratados como os principais responsáveis pela disseminação do vírus em função da aglomeração em festas, bailes, baladas. A culpabilização atinge jovens de diferentes posições sociais, mas especialmente aqueles das periferias urbanas.

Para além de “culpados” e reforçando a ambiguidade sempre presente no olhar sobre a juventude, os jovens também são tidos como “vítimas” e “condenados” a um futuro incerto. Acentua-se o discurso sobre as graves perdas dessa geração: “geração perdida”, “geração lockdown” e “sem futuro” são expressões que se disseminam em diferentes veículos de comunicação, e nos relatórios de muitas organizações nacionais internacionais. Ainda que não seja possível ignorar os efeitos nefastos da pandemia para as gerações mais jovens, este foco acaba por relegar dois aspectos fundamentais: os

efeitos não atingem igualmente todos os jovens, e a relevância do olhar para o tempo presente.

Em primeiro lugar, considerando a clássica concepção de Karl Mannheim (1993), é possível que a desestabilização e as transformações aprofundadas pela pandemia estejam criando condições para a uma experiência geracional comum e diferenciada em comparação às gerações anteriores, com efeitos prolongados nas biografias, experiências e conexões juvenis com o mundo. Ao mesmo tempo, essa experiência comum será atravessada pela intersecção das desigualdades de classe, gênero, cor/raça, sexualidade e local de moradia, aliás, como no presente (Collins e Sirma, 2020).

Se não há futuro sem passado, na acepção de Walter Benjamin, também não há futuro sem presente. A construção do futuro das jovens gerações depende de ações tomadas no aqui e no agora, e não pode negligenciar o que os próprios jovens estão sentindo e realizando no tempo presente: experiências de estudo, trabalho, lazer e sociabilidade. Suas perdas e dores, mas também seus aprendizados, engajamentos e capacidades de ação coletiva diante dos efeitos devastadores da pandemia. Desde os clássicos estudos de Marialice Foracchi até as análises recentes sobre as ações protagonizadas por jovens diante de significativa mudança social e política – ainda que nem sempre subsumidas ao campo conflitivo democrático – pode-se destacar a importante atuação dos jovens e dos coletivos juvenis (Groppo, 2018; Sposito, Almeida e Corrochano, 2020).

Trata-se de apresentar aqui reflexões em torno de parte de resultados de pesquisas¹ realizadas no contexto pandêmico, entre os anos 2020 e 2021, junto a jovens engajados e engajadas em coletivos que buscavam gerar

¹ Projeto FAPESP 2018-12094-3 e CNPq-Produtividade nível 2:315164/2020-4

trabalho e renda, ao mesmo tempo em que também realizavam um conjunto de ações de enfrentamento da pandemia em seus locais de moradia.

Alguns dados do contexto

No contexto recente não foram poucas as transformações vividas pelas gerações jovens. Em termos de trabalho e renda, educação e acesso às tecnologias de informação e comunicação, os jovens presenciaram, em duas décadas, significativos avanços e logo uma expressiva reversão dessa trajetória desde a crise econômica e institucional iniciada em 2015. E mesmo nos momentos em que melhorias puderam ser observadas, persistiram padrões elevados de desigualdade que incidem de maneira significativa sobre os jovens, considerando níveis de renda, gênero, cor/ raça e local de moradia, ao lado de índices crescentes de violência.

Alguns dados são reveladores da piora significativa da inserção juvenil no mercado de trabalho, configurada desde antes da crise deflagrada pela pandemia, em função do aumento das taxas de desemprego, mas também da maior precariedade no trabalho, como evidenciam os indicadores de informalidade² e remuneração.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua, a taxa de desocupação de jovens entre 15 e 29 anos passou de 13,4% em 2012 para 22,2% em 2019, em escala nacional. Por seu turno, a informalidade também aumentou: em 2019, eram 49,2% de jovens entre 15 e 29 anos na informalidade, contra 43,8% em 2012. Também desde 2014 a remuneração do trabalho vem gradativamente diminuindo entre os jovens, com uma queda de 15,4% no rendimento médio real habitual entre 2014 e

² Na PNAD Contínua, trabalhadores informais são aqueles que trabalham sem carteira assinada no setor privado e público, incluindo também os trabalhadores domésticos, por conta própria e empregadores sem contribuição à Previdência Social (BRASIL, 2020).

2019. As quedas na remuneração média entre os jovens de 15 a 29 anos, empregados do setor privado com carteira assinada, ficaram em torno de 5% em nível nacional.

Mas se as taxas de desemprego e informalidade são sempre mais elevadas entre jovens quando comparadas aos adultos, em períodos recessivos esses sujeitos são atingidos de maneira mais intensa, produzindo efeitos para além das conjunturas de crise (Corseuil e França, 2020). Não por acaso o termo “geração lockdown”, a despeito das controvérsias que suscita, ganhou espaço no atual contexto (ILO, 2020). Ainda que a análise do mercado de trabalho, especialmente no contexto da covid-19, exija um olhar para “o antes e o depois”, evitando apenas fotografias instantâneas (Bridi, 2020), alguns dados são importantes. No final de 2020, tínhamos 30% dos jovens entre 18 e 24 anos em busca de trabalho, nada menos que 4,1 milhões de pessoas. Observou-se também o aumento expressivo de jovens em inatividade por desalento, especialmente entre as jovens mulheres e os jovens moradores da região Nordeste (Corseuil e Franca, 2020).

Ainda que não tenhamos como objetivo explorar aqui os dados relativos ao trabalho no contexto pandêmico, é preciso observar que as estatísticas precisam ser analisadas com certa cautela: os índices de desemprego, inatividade e informalidade não se apresentam de maneira homogênea para o conjunto da juventude, que no Brasil compreende sujeitos e sujeitas entre 15 e 29 anos. Além de revelarem diferenças considerando as faixas de idade da juventude, a região de moradia, cor/ raça e gênero, dados da Pesquisa Juventude e Pandemia do Novo Coronavírus também evidenciaram que mais do que um aumento expressivo do desalento ou do aumento do trabalho ilegal de crianças e adolescentes, a significativa

perda de renda das famílias fez com que mais da metade dos jovens entrevistados (55%) começassem a fazer bicos ou os chamados “corres”, como forma de complementar renda, sinalizando uma expressiva piora das condições de trabalho entre eles. Soma-se a isso dados de Carvalho e Nogueira (2020, p. 51) demonstrando que os efeitos da pandemia no Brasil foram ainda mais agudos para os trabalhadores sem carteira assinada, e para os trabalhadores por conta própria.

Assim, ao lado do crescente desemprego, da informalidade e do desalento, é preciso considerar a piora das condições de trabalho dos e das jovens. Muitos estiveram mais expostos à contaminação pelo novo coronavírus em função de suas condições de trabalho, sobretudo os pobres e negros, trabalhando em setores de risco, como mostra a emblemática situação dos entregadores por aplicativos, em especial os bikeboys, enfrentando grandes deslocamentos diários, considerando as distâncias entre seus empregos e suas residências e assumindo o apoio e o cuidado de pessoas adultas e idosas.

Especialmente para jovens das camadas populares, a dedicação exclusiva aos estudos, ou a combinação entre trabalho e estudos, marca da condição juvenil brasileira (Abramo, Venturi, Corrochano, 2020) também se torna mais complexa – por um lado em função do aumento da presença em trabalhos mais precários, considerando o rebaixamento da renda familiar, por outro, pelas dificuldades de conexão, acesso a equipamentos ou de retorno à escola. Especialmente para as jovens mulheres, o aumento do trabalho doméstico não remunerado também colaborou para intensificar essas dificuldades.

A expressiva piora da situação dos trabalhadores por conta própria reforça também a falácia sobre o empreendedorismo como saída estruturante para a crise da sociedade salarial. Estudos recentes com jovens empreendedores individuais evidenciam as tensões e conflitos que emergem nessas experiências: se alguns relatos juvenis destacam a possibilidade de “trabalhar no que gosta” ou de “trabalhar sem patrão”, as inúmeras dificuldades a que estão sujeitos também são cristalinas: fortes restrições financeiras, concorrência, dificuldade de acesso à informação, jornadas extenuantes e a responsabilização individual por seus fracassos, no contexto das novas configurações do trabalho e do capital (Dardot e Laval, 2012; Tommasi, 2018; Tommasi e Corrochano, 2020).

O olhar para o presente também revela significativos retrocessos frente a conquistas legais, como o Estatuto da Juventude (2013), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e as ações que constituíram o incipiente campo de políticas públicas de juventude desde os anos 2000. No campo do trabalho, a proposta da Medida Provisória 1045 pelo governo federal foi emblemática.

Para além do aprofundamento dos efeitos perversos da reforma trabalhista de 2017, o texto da Medida Provisória incluía três programas que tinha os jovens como um dos grupos etários privilegiados: o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego (Priore), o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva (Requip) e o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário. As manifestações de organizações da sociedade civil, entidades sindicais, pesquisadores e organizações juvenis demonstraram que a precariedade dos vínculos de trabalho, já tão presente na realidade juvenil, passaria a ser

estimulada por quem deveria construir alternativas para enfrentá-la, na contramão do que preconiza a Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude do Brasil (Ação Educativa, 2021; Dieese, 2021). A intensa mobilização por parte destes atores contribuiu para que a MP não fosse adiante, mas sua proposição deixou evidente o quanto os jovens estão mais suscetíveis a medidas de redução de direitos.

Diante do aprofundamento das desigualdades, de indicadores tão negativos e medidas tão devastadoras, é também preciso evidenciar que os jovens não estão em silêncio, a despeito das tantas perdas e dores. Isto não significa, vale dizer, mostrar outro lado que compensaria a gravidade do momento, seguindo o alerta do Grupo de Pesquisa Cidade e Trabalho (2020), mas sim explicitar experimentações e conflitos que se intensificam. A realidade de parte de jovens que viveu este contexto e buscou estratégias para enfrentá-lo é o que queremos apresentar aqui.

Pesquisa e perfil dos interlocutores

A pesquisa baseou-se na realização de entrevistas junto a 34 jovens que atuavam em coletivos nas periferias leste e sul do município de São Paulo, entre os anos 2020 e 2021 (Corrochano&Laczynski, 2021). O encontro com esses jovens aconteceu inicialmente por indicação de organizações e movimentos locais, prosseguindo pela técnica da bola de neve (Atkinson & Flint, 2001), na identificação de jovens envolvidos em coletivos, cooperativas ou associações, com ou sem formalização jurídica, mas que gerassem algum tipo de trabalho e renda.

Logo no início do trabalho de campo foi decretada a quarentena no Estado de São Paulo para o enfrentamento da pandemia da covid-19 (São

Paulo, 2020), impedindo sua realização presencial. Foi necessário mobilizar um conjunto de estratégias metodológicas para o trabalho de forma remota. A participação e apoio de jovens dos próprios locais onde o estudo estava se realizando já era prevista, considerando a metodologia de pesquisa entre pares (Philliber, 1999), mas tornou-se fundamental dadas as alterações do contexto. As entrevistas, de caráter compreensivo (Kauffman, 1996), realizaram-se de forma remota, pela plataforma do Google Meet, mas eram sempre antecedidas por contatos telefônicos para identificação de equipamentos e dispositivos disponíveis. Quando preciso, foram fornecidos ou acionadas entidades locais para empréstimo de computador e/ou conexão. A análise foi realizada por meio de procedimento indutivo.

Os interlocutores da pesquisa estão engajados em coletivos ou “coletivas”³ nos campos da arte e cultura, produção audiovisual, comunicação e mídia, alimentação, moda, agricultura familiar e esportes náuticos, que de diferentes modos resultam em trabalho e renda para seus participantes. Ainda que o campo da cultura seja predominante, reiterando a importância dessa dimensão para as ações coletivas juvenis (Almeida, 2009; Tommasi, 2018), outras áreas parecem emergir, mobilizando tanto a ação política como estratégias de sobrevivência dos participantes e de seus coletivos.

Em termos etários, tinham entre 16 e 29 anos, aproximando-se ao que se reconhece como juventude no país. Dialogamos com um maior número de jovens que se identificaram com o gênero feminino (19) em relação aos identificados com o gênero masculino (13) e os não binários (2); também

³ Utiliza-se aqui o termo “coletivas” tal qual emergiu nas entrevistas, especialmente entre os grupos constituídos apenas por integrantes do gênero feminino.

prevaleceu o grupo de 25 jovens autodeclarados negros (), contra 9 brancos, destacando-se a presença significativa de 14 jovens mulheres e negras.

Como evidenciado em outros estudos realizados em regiões que concentram populações marginalizadas econômica, racial e socialmente, todos identificavam-se como periféricos ou periféricas (D’Andrea, 2020 Nascimento, 2011) e a preocupação com a “periferia”, o local onde “habitavam seus corpos”, foi central em seus relatos. Como indicador relevante de sua situação socioeconômica, vale dizer que boa parte acessou o auxílio emergencial no contexto da pandemia.

Para a maior parte dos jovens entrevistados, a geração de trabalho e renda não estava presente como uma das motivações iniciais para organização em coletivos, mas ganha relevância na medida em que conseguem acesso a editais de apoio e aprofunda-se a crise no mercado de trabalho. Os relatos deixam entrever que passam a se organizar por meio de ações realizadas no bairro, na escola ou pela participação em projeto social. Nesse último caso, alguns jovens se reconheceram como “jovens de projetos” (Novaes, 2006), tanto valorizando quanto tecendo críticas a organizações que iniciavam diferentes cursos e ações, mas não ofereciam suporte para sua continuidade. As lutas por reconhecimento (Honnet, 2003), que muitas vezes mobilizaram ações e debates em torno do combate ao racismo, valorização da negritude, denúncia do machismo e sexismo, demandas e direitos da população LGBTQ+, também contribuíram para a constituição de alguns coletivos, além de ganharem centralidade nas suas ações do período recente (Facchini et al., 2020). Ainda que as formas de organização fossem variadas, à semelhança do que vários estudos têm observado entre grupos e movimentos juvenis, a valorização da ação direta, da

horizontalidade, das rodas de conversa e diálogo entre pares, bem como o rechaço à constituição de lideranças, se mostram presentes (Bringel & Sposito, 2020; Silva, 2018).

Considerando a expansão dos níveis de escolarização no Brasil, à despeito dos persistentes desafios, do total de entrevistados, 22 jovens haviam concluído o ensino médio e oito o ensino superior. Apenas quatro jovens não haviam completado o nível médio, dois deles tendo abandonado a escola em função das dificuldades de acesso no contexto da pandemia. Dos que ainda estudavam, duas jovens estavam concluindo o ensino médio e quatro o ensino superior.

A importância e presença do trabalho na vida dos jovens brasileiros também é corroborada nessa pesquisa. Todos viviam o tempo presente desafiados pela necessidade de trabalhar para sustentar-se ou apoiar suas famílias, o que se intensificou com a crise econômica. Ainda que o desejo de ganhar a vida apenas com o trabalho realizado no coletivo tenha sido mencionado por todos, poucos conseguem viver apenas das ações realizadas pelo coletivo. Como afirmou um dos jovens, “aqui na periferia somos multi, fazemos multi coisas para conseguir sobreviver”.

Os “bicos”, “tramos”, “freelas”, “corres” marcavam seu cotidiano corroborando estudos sobre as especificidades do trabalho juvenil e do próprio mercado de trabalho brasileiro, na ausência de mecanismos mais sólidos de seguridade social. Apenas duas jovens tinham emprego formal no momento da pesquisa, enquanto a construção de múltiplas estratégias para viver do trabalho realizado em seus coletivos emerge articulada a um forte engajamento para alterar a realidade presente e também futura das periferias, preocupando-se com as novas gerações.

Se o trabalho e os direitos trabalhistas associados recebem forte ataque do sistema político institucionalizado na agenda pública, pode-se dizer que esses jovens e seus coletivos têm produzido profundos questionamentos em relação aos postos de trabalho tradicionalmente reservados a eles, marcados pela precariedade, baixos salários, jornadas que interditam a realização de outras atividades e, sobretudo, a ausência de um trabalho com sentido e reconhecimento.

Sabe-se que o trabalho nunca teve um sentido unívoco entre os jovens (Corrochano, 2012; Guimarães, 2005); mais recentemente vários estudos têm evidenciado as buscas juvenis por um trabalho com sentido, conectado aos seus estilos de vida, visões de mundo e projetos políticos. Nesse sentido, Ferreira (2017, p. 489) argumenta sobre a urgência em compreender as culturas juvenis não apenas como “atividades de lazer, de consumo ou resistência ideológica”, mas também como “práticas de produção”, capazes de se constituírem em modos de ganhar a vida.

Também Tommasi (2018), ao analisar as trajetórias de jovens empreendedores no campo da cultura, em regiões periféricas do Rio de Janeiro e de São Paulo, evidencia o seu engajamento buscando articular trabalho e militância, ao caracterizar o tipo de trabalho realizado, bem como seus significados, a autora problematiza uma leitura dicotômica do empreendedorismo, ora como precarização das relações de trabalho e captura neoliberal (Dardot & Laval, 2012), ora como símbolo de autonomia e sucesso. Outros estudos focalizando coletivos também têm apontado para os modos como a participação nesses espaços afetam a transição para a vida adulta como um todo, em especial no campo do trabalho (Silva, 2018).

Ao criticarem as condições laborais encontradas pelos jovens na forma de trabalho assalariado, e buscarem um trabalho com sentido, mas também com direitos, os jovens aqui investigados tentam construir, não apenas individualmente, mas coletivamente, estratégias para que consigam outros modos de ganhar a vida. Nesse sentido, apesar da expressiva difusão do empreendedorismo como saída para o desemprego juvenil, (Tommasi, Corrochano, 2020), podemos observar a persistência de experiências que valorizam o caráter mais coletivo de geração de trabalho e renda, inclusive na perspectiva da economia solidária.

É o caso de Júlio, 28 anos, que trabalha como educador em um Centro para Crianças e Adolescentes e ao mesmo tempo participa, desde 2015, de uma iniciativa solidária no campo da permacultura e agroecologia no bairro do Grajaú e também de uma rede de jovens em economia solidária:

desde muito cedo me envolvi com geração de trabalho e renda, com economia solidária e ao mesmo tempo a gente também tenta engajar outros jovens nisso por aqui. E uma das nossas pautas é também democratizar a alimentação saudável na periferia, porque tá tudo relacionado (Júlio, Coletivo de permacultura e agroecologia).

Muito embora a economia solidária não seja a perspectiva predominante, e que a maior parte dos coletivos não se reconheça ou assuma a forma jurídica de uma cooperativa, associação ou empreendimento de autogestão, vários trazem em seu modo de organização e funcionamento os princípios do trabalho associado, como a autogestão, a definição coletiva das atividades e responsabilidades de cada um, os ritmos e intensidade do trabalho, a partilha dos resultados. A busca para que todos se apropriem do trabalho a ser realizado inclui o aprendizado coletivo das diferentes

atividades de gestão, como redação de projetos, elaboração de planilhas, prestação de contas, estratégias de comunicação. Em muitos casos aqueles que tiveram determinadas experiências de trabalho ou acessaram o ensino superior, partilham conteúdos e ferramentas específicas, em uma troca permanente de saberes. Para além da valorização de iniciativas coletivas, a demanda pela geração de trabalho e renda em seus locais de moradia também emergiu com força.

As dificuldades desses coletivos não são pequenas. Especialmente entre os coletivos de cultura os recursos são escassos, boa parte deles advindos de editais públicos, como o VAI e a Lei de Fomento à Periferia⁴, mais citados entre eles. Especificamente em relação a esses editais, cabe dizer que embora não estabeleçam como objetivos a geração de trabalho e renda, mas sim o fortalecimento de iniciativas culturais, acabam por se constituírem dentre as raras possibilidades coletivas de geração de trabalho e renda. Cabe reiterar que em nível nacional, mas especialmente no município de São Paulo, predominam iniciativas de apoio ao empreendedorismo individual no campo das políticas de geração de trabalho e renda.

O contexto da pandemia do novo coronavírus acirrou as dificuldades. Todos declararam uma perda significativa de recursos, individual ou coletivamente, ao lado da necessidade de adaptações do trabalho para o modo remoto, o que implicou em gastos com equipamentos e conexão. Aqueles que tinham recursos garantidos de editais anteriores e os que conseguiram acessar editais específicos para o contexto puderam dar continuidade às suas atividades e à geração de renda para o coletivo, em especial no campo da cultura.

⁴ O Programa para Valorização de Iniciativas Culturais (VAI) tem a finalidade de apoiar atividades artístico-culturais, principalmente de jovens de baixa renda. O Programa de Fomento à Cultura da Periferia tem o objetivo de apoiar coletivos artístico-culturais que atuam nas periferias de São Paulo.

Para além das perdas relativas ao trabalho e à renda, a impossibilidade de realizar suas atividades com a presença de público, dos encontros presenciais entre os próprios membros do coletivo ou da coletiva foi bastante sentida. Mais fortemente entre as jovens mulheres, mas também entre alguns rapazes, o aumento do trabalho doméstico e a necessidade de cuidados com outros membros da família foram relevantes. Ao mesmo tempo, muitas reinvenções foram possíveis, tais como a produção coletiva de documentários, criação de podcasts, campeonato virtual de jogos, feiras virtuais, dentre outras.

Para alguns coletivos, como os coletivos de comunicação, a quantidade de trabalho aumentou não apenas em função do aumento da demanda pelo trabalho remoto, mas também pela necessidade de disseminar informações sobre a pandemia nas periferias, dadas as profundas desigualdades, como reconhece Rita.

a gente que trabalha com comunicação na periferia... nosso trabalho aumentou, porque a gente sabia quem ia se prejudicar mais com a pandemia! E esse não estava sendo um grupo assistido pela grande mídia. Então, a gente sabia que precisava desenvolver mais informações, mais do que a nossa frequência pra tentar meio que correr contra o tempo e evitar grandes tragédias (Rita, Coletivo de Comunicação).

A busca pela construção de redes de apoio e solidariedade, já presentes antes da pandemia, tornou-se mais evidente. Quase todos os coletivos engajaram-se em ações solidárias, realizando ou apoiando campanhas de distribuição de alimentos, máscaras, produtos de higiene e limpeza, considerando o agravamento da situação de vida e de trabalho dos moradores das periferias, o que de resto também foi evidenciado em outros

contextos (Bringel & Pleyers, 2020). Ao mesmo tempo, também se fortaleceu a construção de redes de apoio entre os próprios coletivos: “O importante é correr junto, mesmo que distante”, como afirmou Cristiane, que atuava em um coletivo de produção audiovisual, sintetiza o que vários desses jovens expressaram. O distanciamento social necessário, embora nem sempre possível nas periferias, não impediu a realização de ações conjuntas: “a gente mesmo de longe se fortaleceu, tanto em questões emocionais, quanto também em conseguir outras formas de renda e de apoio para nosso trabalho e o trabalho dos nossos”.

O que a gente foi fazer? A gente foi conversar. Então, a gente chamou o coletivo, os outros grupos pra gente ouvir. Cara, se a gente não tecer redes agora, a gente não vai sobreviver! Então, começamos a dialogar com várias coletivas, vários artistas pra gente tecer essa rede, se fortalecer (Maira, coletivo de teatro).

A partir de seus negócios ou de seus coletivos, esses jovens têm conquistado o sentimento de pertencimento ao território. Não é à toa que decidem trabalhar e atuar em seus próprios locais de moradia. Como relatou um deles, esse sentimento é um processo e não é dado. Esse estar, trabalhar, viver no mesmo lugar fortaleceu a percepção de querer ficar onde está, mas poder melhorar. As iniciativas, que muitas vezes nascem sem muita pretensão e são apenas locais, se expandem e conhecem outras experiências. São jovens de bairros diferentes conhecendo outros jovens que vivem as mesmas dificuldades, mas que têm também tem perspectivas semelhantes de trabalho e renda. Mais uma vez também emerge e a necessidade de constituição de redes.

Considerações finais

Os resultados aqui apresentados evidenciam não apenas a importância do trabalho nas trajetórias desses jovens, tal como nas trajetórias de muitos outros jovens das camadas populares no Brasil, mas também um forte engajamento na busca por outro tipo de trabalho, por formas mais coletivas de geração de trabalho e renda e pelo fortalecimento de redes de apoio e solidariedade, intensificadas no contexto da pandemia do novo coronavírus.

Ainda que a busca por saídas individuais, especialmente no campo do trabalho, ganhe força tanto no campo das iniciativas governamentais, quanto das iniciativas societárias, parte dos jovens tem proposto a construção de saídas coletivas e com mais significado. Cabe, no entanto, perguntar-se se diante de um aprofundamento ainda maior da crise econômica, sanitária, social e política, essas experiências conseguirão seguir “remando contra a maré” e, quiçá, fortalecendo as lutas coletivas contra a profunda precariedade que assola o mundo do trabalho.

O que observamos no contexto pandêmico, foram muitos jovens protagonizando ações de solidariedade e também de protesto: jovens entregadores por aplicativo reivindicando direitos no campo do trabalho, jovens e organizações juvenis reivindicando participação no debate sobre o retorno às aulas presenciais, realizando ações de apoio a educadores e funcionários diante da ausência de espaços de escuta e diálogo no interior das redes de ensino, jovens que, ao lado de várias organizações e movimentos também estiveram nas ruas mobilizando-se contra o racismo, a violência policial e o genocídio negro, e em especial da juventude negra, dentre várias outras ações.

Pesquisar e construir novos modos de compreensão e também de atuação no presente, ao lado desses e dessas jovens, considerando sua capacidade de ação, de enfrentamento e de construção de saídas coletivas, torna-se cada vez mais urgente para nós, na condição de pesquisadores e pesquisadoras do campo das ciências humanas e sociais.

Referências

Abramo, H.W.; Venturi, G.; Corrochano, M.C. Estudar e trabalhar: um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. *Novos estud. Cebrap* 39. <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030004>

Ação Educativa (2021). A juventude brasileira quer trabalho decente e não mais precarização do trabalho: a MP nº1045 tenta fazer passar mais uma boiada. Editorial. Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br/editoriais/a-juventude-brasileira-quer-trabalho-decente-e-nao-mais-precarizacao-do-trabalho-a-mp-no1045-tenta-fazer-passar-mais-uma-boiada/>

Atkinson, R., & Flint, J. (2001). Accessing hidden and hard-to-reach populations: Snowball research strategies. *Social research update*, 33(1), 1-4.

Azevedo, F. F., Alió, M. À., & da Silva, R. P. (2016). Espacialidad de la economía solidaria en Brasil. *Biblio3W Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*.

Bridi, M. A. (2020). A pandemia covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. *Estudos Avançados*, 34(100), 141-165. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.010>

Bringel, B. & Sposito, M. P. (2020). Apresentação do dossiê. *Educação & Sociedade*, 41.

Bringel, B. (2017). Crisis política y polarización en Brasil: De las protestas de 2013 al golpe de 2016. Protesta e indignación global. Los movimientos sociales en el nuevo orden mundial, Buenos Aires: CLACSO, 2017, p. 141-154.

Carvalho, S. S. D., & Nogueira, M. O. (2020). O Trabalho precário e a pandemia: os grupos de risco na economia do trabalho. *Mercado de Trabalho*. Brasília: IPEA, n. 70, p. 50-68, set. 2020.

Collins, P. H.; Sirma, B (2020). Intersectionality. *Polity*, 2020.

Corrochano, M. C., & Laczynski, P. (2021). Coletivos juvenis nas periferias: trabalho e engajamento em tempos de crise. *Linhas Críticas*, 27, e36720. <https://doi.org/10.26512/lc.v27.2021.36720>.

Corrochano, M.C. (2012). O trabalho e a sua ausência: narrativas juvenis na metrópole. São Paulo. Annablume/ Fapesp.

Corseuil, C. H. L., & Franca, M. (2020). Inserção dos jovens no mercado de trabalho em tempos de crise. *Boletim Mercado de Trabalho*, 26(70), 93-104. <http://doi.org/10.38116/bmt70/dossiea1>.

D’Andrea, T. (2020). Contribuições para a Definição dos Conceitos Periferia e Sujeitas e Sujeitos Periféricos. *Novos estudos CEBRAP*, 39(1), 19-36. <http://dx.doi.org/10.25091/s01013300202000010005>

Dardot, P., & Laval, C. (2017). *A nova razão do mundo*. Boitempo editorial.
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (Dieese) (2021). Câmara aprova substitutivo à Medida Provisória n.1045 e aprofunda precarização. Nota técnica, n.262, 1-19. Disponível em [:https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec262reformaTrabalhista.html](https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec262reformaTrabalhista.html)

Facchini, R.; Carmo, Í. N.; Lima, S. P. (2020). Movimentos Feminista, Negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. *Educação & Sociedade*, 41, e230408. Epub July 22, 2020. <https://dx.doi.org/10.1590/es.230408>

Feltran, G. (2010). Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. *Revista de antropologia*, 565-610. <http://www.jstor.org/stable/41616385>

Ferreira, V. S. (2017). Ser DJ não é só Soltar o Play: a pedagogização de uma nova profissão de sonho. *Educação & Realidade*, 42(2), 473-494. <https://doi.org/10.1590/2175-623664318> PAREI AQUI

Grosso, L. A. (2018). O novo ciclo de ações coletivas juvenis no Brasil. Em A. A. F. Costa, & L. A. Grosso (Orgs). *O movimento de ocupações estudantis no Brasil* (pp. 85-119). Pedro e João editores.

Grupo de Pesquisa Cidade e Trabalho (2020). (Micro) políticas da vida em tempos de urgência. *Dilemas*. n.59, p. 1-13. <https://www.reflexpandemia.org/texto-59>.

Guimarães, N. A. (2005). Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil. *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 149-174.

Honnet, A (2003). *A luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Editora 34.

International Labour Organizatio. (2020). *Youth and COVID-19: impacts on jobs, education, rights and mental well-being: survey report 2020*. ILO, Geneva, 5.

Mbembe, A (2016). Necropolítica. *Arte e ensaios*. n. 32, 123-151. [32https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169](https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169)

Mannheim, K. (1993). El problema de las generaciones. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)*, Madrid, n. 62, p. 192-242.

Nascimento, É. P. D. (2011). *É tudo nosso! Produção cultural na periferia paulistana* (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo).

Novaes, R. (2006). Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 105-120.

Peregrino, M. Pinheiro, D. Souza, L. C. (2018). Engajamento, educação e trabalho: demandas da juventude no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, 31(42), 127-150. <https://dx.doi.org/10.26489/rvs.v31i42.6>

Philliber, S. (1999). In search of peer power: A review of research on peer-based interventions for teens. *Peer potential: Making the most of how teens influence each other*, 81-111.

Pleyers, G., & Bringel, B. (2020). *Alerta Global. Políticas, movimientos sociales y futuros en disputa en tiempos de pandemia*. Buenos Aires: Clacso, 438p. <https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2020/08/Alerta-global.pdf>. Acesso em 04 de jan. 2021.

Sposito, M. P., Almeida, E., & Corrochano, M. C. (2020). Jovens em movimento: mapas plurais, conexões e tendências na configuração das práticas (2020). *Educação & Sociedade*, Campinas, 41(e228732). <https://doi.org/10.1590/ES.228732>

Sobrinho, A. A. ; Abramo, H. W. A juventude na mira da pandemia. Folha de São Paulo. São Paulo: 25/04/2021. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/04/a-juventude>. Acesso em abr. 2021.

Silva, F. A. (2018). Coletivos juvenis e transição para vida adulta: desafios vividos por jovens da cidade de São Paulo (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Educação).

Tommasi, L. de, & Corrochano, M. C. (2020). Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. *Estudos Avançados*, 34(99), 353-371. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.021>

Tommasi, L. (2018). Empreendedorismo e ativismo cultural nas periferias brasileiras. *Entrepreneurship and cultural activism in brazilian peripheries. Hermes. Journal of Communication*, 2018(13), 167-196. DOI Code: 10.1285/i22840753n13p167.

Torino, D (2016). Questionários on-line. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo. Sesc São Paulo/ CEBRAP, p. 52-76.

JUVENTUDES E RELIGIÕES: NOTAS DIALÉTICO-COMPREENSIVAS

Flávio Munhoz Sofiati

Apresentação

Este breve ensaio é fruto da minha participação no Curso de Extensão Juventudes e Educação do Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (GEPJUVE UFRGS). Trata-se de reflexões de outrora atualizadas para minha apresentação na atividade de extensão em uma tentativa de recomposição de abordagens produzidas para fins diversos e agora articuladas sob um único olhar teórico-metódico. A ideia foi apresentar algumas considerações em torno da temática juvenil no universo religioso contemporâneo sob os marcos da sociologia dialético-compreensiva.

Este modelo teórico se fundamenta em uma perspectiva que se apropria de noções fundamentais da teoria marxiana em conjunto com a sociologia compreensiva alemã weberiana. A articulação de Marx e Weber segue a teorização de Michael Löwy (2013), que adota de forma complementar as abordagens desses autores em seus estudos sobre religião, tomando como base o conceito de afinidade eletiva. Assim, todos os fenômenos devem ser entendidos dentro da estrutura do sistema capitalista global, mas sem negligenciar a capacidade de agência do indivíduo considerado um ator social (SOFIATI, 2022). Esta abordagem permite

entender as juventudes em suas relações com o campo religioso nas suas mais variadas particularidades, articuladas em confluência com o contexto moderno global.

O texto inicia com considerações acerca dos estudos das juventudes, apresenta em seguida a concepção de religião e religiosidade que permitem entender o papel das juventudes no campo religioso e finaliza com algumas notas acerca da presença jovem no campo religioso contemporâneo.

Sociologia das Juventudes¹

Estudar as juventudes nunca foi uma tarefa fácil. Todavia, no mundo contemporâneo tem se tornado um exercício ainda mais difícil em virtude do advento das novas tecnologias da informação e comunicação e em vistas da reconfiguração - ou como prefere Anthony Giddens (1991), o desencaixe - do tempo/espaço. Esse processo tem provocado um aceleração do advento das novas gerações que surgem com novas demandas, formatações, interesses e preocupações. Vive-se um cenário que exige cada vez mais das/os pesquisadoras/es em juventude a atualização dos repertórios teóricos e conceituais. O campo tem exigido também cada vez mais novos modelos de trabalho de campo, de observação e contato com as juventudes. Ouvir os jovens tem sido o grande desafio dos estudiosos e estudiosas do fenômeno juvenil.

Os pesquisadores e as pesquisadoras do campo também possuem um diferencial, visto que em geral estão não somente interessados e interessadas em entender as/os jovens, mas possuem uma preocupação com

¹ Versão atualizada de texto publicado originalmente em MARQUES, OLIVEIRA, ALVES (2020) “Juventudes na Contemporaneidade”. Goiânia: Observatório Juventudes na Contemporaneidade.

sua condição social. Por isso que, em princípio, estes sujeitos de pesquisa são considerados como sujeitos de direitos. Por se encontrarem à margem da sociedade, a maioria das/os jovens no país vive em condições de precariedade social. A dívida social da sociedade com as juventudes, principalmente empobrecida, tem aumentado nas últimas décadas. As/os jovens retratam os piores índices de condição econômica, com o desemprego, educacional, com o alto índice de evasão nas escolas públicas, e cultural, com o déficit de aparelhos públicos de cultura e lazer nas periferias.

Este perfil do pesquisador preocupado com a condição juvenil possibilitou a criação de diversos observatórios de juventude em todo o Brasil como, por exemplo, o Observatório da Juventude da UFMG, em Belo Horizonte-MG, o Observatório Jovem da UFF, no Rio de Janeiro-RJ, o Observatório Juventudes PUCRS, em Porto Alegre-RS, o Observatório Social da Juventude da UFRB, no Recôncavo da Bahia, e o Observatório Juventudes na Contemporaneidade, vinculado às instituições de ensino superior de Goiás, além de grupos de pesquisa temáticos como, por exemplo, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Educação da UFRGS.

Os observatórios e grupos de estudos e pesquisas, em suas transversalidade e diversidade de abordagens, possibilitam a difusão das formas científicas de compreensão dos jovens em busca da superação dos olhares pré-conceituais difundidos na sociedade brasileira que costumam enxergar as novas gerações como problema social. As juventudes podem ser a solução para os problemas sociais presentes na contemporaneidade. Evidentemente são parte importante na resolução destes problemas, mas não são o problema.

Entender as novas gerações consiste em exercício coletivo que deve ser teórica e metodologicamente orientado. A existência dos observatórios e de suas articulações que ocorrem por meio de eventos, como o JUBRA – Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira, atividades acadêmicas de pesquisas, como o Curso de Extensão Juventudes e Educação do GEPJUVE UFRGS, e projetos de formação, como a Especialização em Juventude no Mundo Contemporâneo da FAJE (Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia) em Belo Horizonte, são imprescindíveis para o eficiente desenvolvimento dos estudos na área.

As pesquisas desenvolvidas pelos observatórios e grupos de pesquisa contam com a colaboração de figuras importantes no campo dos estudos de juventudes. Entre elas pode-se destacar a trajetória de José Machado Pais, pesquisador português com uma obra extensa sobre os jovens e que tem colaborado com o entendimento do fenômeno juvenil por meio da ideia de “culturas juvenis”. Pais (2003) tem sido uma referência importante no Brasil, principalmente no entendimento da dimensão dos afetos no meio juvenil.

Outro autor importante a ser considerado é o educador e sociólogo da juventude Luís Antonio Groppo, cuja obra mais recente, *Introdução à sociologia da juventude*, já se tornou uma peça chave para entender os diferentes modelos teóricos de estudos dos jovens no Brasil. Ao percorrer as várias escolas do pensamento sociológico, Groppo (2017) apresenta em seu livro as diversas possibilidades de estudos sobre juventudes.

Os Observatórios também contam com um número significativo de pesquisadores e pesquisadoras reconhecidas/os que tratam dessa temática nos mais variados campos das ciências sociais e humanas: história, psicologia,

educação, teologia, ciências da religião, sociologia, ciência política, entre outros. Destaca-se, por exemplo, a professora da UEG (Universidade Estadual de Goiás), Rosane Castilho, vinculada ao Observatório Juventudes na Contemporaneidade, que com a recente obra *Cartografias da condição juvenil* se coloca definitivamente na lista das autoras obrigatórias no campo dos estudos de juventudes no mundo contemporâneo. Imbuída de uma sólida abordagem teórica, Castilho (2019) dá voz aos jovens ao destacar em sua análise os mais variados discursos presentes no seio dessa categoria social.

Faz-se necessário também lembrar dos cânones do campo cuja referencia fundamental é a professora Marialice Foracchi com sua pesquisa sobre a militância estudantil e o papel social dos jovens na realidade social brasileira. Foracchi (1965) formulou as bases essenciais para a construção do conceito de juventude. Para a autora juventude é ao mesmo tempo uma fase da vida, uma força social renovadora e um estilo de existência.

Foracchi fora influenciada pelo pensamento de Kark Mannheim (1967), antigo professor de Sociologia da Universidade de Frankfurt, Alemanha. O autor, por meio da chave conceitual geracional, mostrou como as novas gerações são importantes para o desenvolvimento da sociedade, sendo que as sociedades estáticas são aquelas que mantêm os jovens em situação de marginalidade. Trata-se de um autor particularmente pertinente em vistas de sua teoria, influenciada pela Escola de Frankfurt, trabalhar com elementos da perspectiva dialético-compreensiva na qual utiliza referências das obras de Marx e Weber.

No que diz respeito à categoria “juventude”, Foracchi colabora com o avanço dos estudos da temática no sentido de pensar os jovens não apenas como faixa etária populacional. Ela entende a/o jovens como força

social renovadora e estilo de existência. Isso torna flexível a própria definição de faixa etária, visto que até mesmo o IBGE em seu CENSO de 2010 passa a definir juventude no Brasil compreendendo a idade de 15 a 29 anos, sendo que nos dados anteriores (CENSOS de 2000 1990) a idade considerada era de 15 a 24 anos.

Assim, os estudos de Marialice Foracchi (1965), mostram que a juventude é produto sócio-histórico do processo de transformação da sociedade. Os elementos mais importantes da autora dizem respeito ao entendimento de que: a fase da vida é mais do que idade, pois se refere ao momento de descoberta da história do indivíduo, de revelação de seu “eu”; o termo força social renovadora das/os jovens não significa considerá-las/os como agentes revolucionárias/os, mas entende-las/os como elemento de dinamização do sistema societário no qual estão inseridas/os; o estilo de existência juvenil compõe o marco de originalidade destes indivíduos na realização de seus destinos pessoais, em suas maneiras de se pronunciarem diante do real.

Enfim, o fundamental a se frisar neste ponto é que a perspectiva impressa nestas notas segue a tradição dos estudos dos Observatórios de Juventudes e entende as juventudes como sujeitos de conhecimentos e de direitos. Pois a tarefa das/os pesquisadoras/es em juventudes é, conforme entende Hilário Dick (2003), de ouvir e reverberar “os gritos silenciados, mas evidentes” das juventudes.

Sociologia das Religiões²

Para analisar a juventude no universo religioso, parte-se do pressuposto advogado por Peter Berger (2017), para o qual o pluralismo não se reduz apenas à quebra do monopólio de uma instituição religiosa sobre o campo religioso ou a perda de influência das instituições tradicionais sobre a sociedade, isto é, o declínio religioso. Para ele, o pluralismo consiste nas diversas formas de assimilar religiosamente os pressupostos seculares que dominam tanto os indivíduos quanto as instituições, o que inclui as religiosas.

Não se trata de renegar o paradigma da secularização (BERGER, 2017, p. 9-17) – que continua a ser uma interface analítica entre a modernidade e a religião – ou alardear uma dessecularização (BERGER, 2001) que releve a diferenciação das esferas sociais, ou ainda contrapor secularização ao pluralismo. Para o autor, significa se render ao fato de o mundo moderno continuar a ser muito religioso, e a secularização ter sido acompanhada de um movimento de vitalidade e revigoramento desse discurso. É reconhecer que as crenças e práticas religiosas permanecem presentes na vida das pessoas e se reorganizam a partir de novas instituições e pressupostos (CARRANZA, SOFIATI, 2018).

Também se deve levar em consideração a ideia de “religiosidade” para pensar a vivência espiritual das juventudes. Este conceito tem se mostrado capaz de contribuir com o entendimento das peculiaridades na relação dos sujeitos com a dimensão do sagrado. Em Georg Simmel (1998) compreende-se que o conceito de religiosidade é definido como uma

² Versão atualizada de texto publicado originalmente em LEMOS, SOUSA E MARTINS FILHO (2018) “JUVENTUDE E RELIGIOSIDADE: o caso de jovens universitários da PUC Goiás”. São Paulo: Fonte Editorial.

disposição do indivíduo, sendo algo diferente da religião, pois se realiza predominantemente na dimensão da subjetividade. Sua obra enfatiza as interrelações humanas, mais precisamente as interações da vida cotidiana. Esse autor afirma que a origem do fenômeno religioso está na vida social: é no cruzamento entre o social e o religioso que o indivíduo toma consciência de sua crença, sendo a dimensão religiosa algo radicalmente humano.

Para ele a modernidade não foi capaz de liquidar, silenciar os anseios religiosos dos sujeitos. Assim, a religiosidade, que vem antes da religião, torna-se preponderante no mundo moderno. Isso é resultado do próprio processo de secularização, na opinião do autor. Entretanto, adverte também que a religiosidade mesmo sendo uma disposição irreduzível e fundamental da alma, passa na contemporaneidade a dividir espaço com a dimensão da cientificidade. Todavia, somente a religiosidade tem sido capaz de produzir uma profunda unidade da existência, tornando-se uma qualidade funcional da humanidade (SIMMEL, 1998).

A fé é um estado primordial da alma: é desenvolvida no contexto das relações entre os indivíduos e se configura na dimensão estruturante das relações sociais. Trata-se de uma disposição necessária para que os sujeitos articulem os sentidos de sua existência. Simmel considera que as leis, notadamente religiosas, não são uma coação externa ao indivíduo e sim um apelo íntimo à autenticidade. Além disso, percebe-se nas leituras de Simmel e de seus principais comentadores no Brasil (RIBEIRO, 2009 e WAIZBORT, 2000) que o conceito de religiosidade, enquanto ferramenta de análise, possui uma centralidade significativa ao se pensar o contexto da religiosidade de jovens no Brasil. Apesar de se apropriarem de diferentes contribuições no campo dos estudos de religião, a ideia do autor alemão

vinculado à sociologia compreensiva aparece como referencia na abordagem que se segue.

Juventudes e religiões³

Os termos sincretismo, diversidade e religiosidade popular são a expressão primeira do contexto religioso brasileiro. O país conseguiu produzir combinações originais que dão forma para as manifestações de fé predominantes. O termo sincretismo significa a fusão de elementos culturais diferentes. No caso do Brasil, o principal exemplo pode ser identificado na forma com que o catolicismo foi forjado. Fruto da articulação entre três culturas, a perspectiva religiosa do português, mágica do africano e mítica do indígena, a Igreja Católica nasce com características muito diferentes da de sua matriz, Roma.

Como constata Lísias Negrão (2005), os portugueses trouxeram consigo seus santos e demônios, seu culto às almas. Eles conviveram no Brasil com as religiões de matriz africana e indígena, sendo que inevitavelmente tiveram que trocar deuses, crenças e rituais, articulando uma espiritualidade sincrética. E nesse processo, a magia nunca abandonou a religião em nosso continente. Mas esse sincretismo teve desde o começo uma matriz fundamental que o formatou. Trata-se do cristianismo que é a característica principal do cenário religioso no país. As pesquisas mostram que nossa nação é mais de 90% cristã (IBGE, 2010).

Entende-se que não há uma ampla diversificação religiosa no Brasil. Religiões como o islamismo, judaísmo, igrejas de matriz africana e oriental, são minoritárias. Portanto, a diversidade de Igrejas presentes no

³Versão atualizada de textos publicados originalmente nas revistas *Vida Pastoral* (2013, p. 23-32) e *Mundo Jovem* (2012, p. 19).

país é dentro dos marcos do cristianismo. Os católicos, com suas tendências internas, e os evangélicos com suas mais variadas denominações, compõem o conjunto diverso de Igrejas cristãs no Brasil.

A lógica cristã é tão forte que até mesmo religiões de matrizes diferentes, ao se estabelecerem no país, tendem a se cristianizarem. O exemplo mais evidente é do espiritismo. A antropóloga francesa Marion Aubrée (2009) tem constatado essa situação em suas pesquisas. Seus trabalhos mostram que, por conta da influência cristã, os espíritas no Brasil são bem diferentes do espiritismo na França, país de Allan Kardec, seu fundador.

Compreende-se que é no contexto popular que essa mistura, mescla, continua acontecendo na atualidade. O sincretismo e a diversificação de religiões cristãs continuam acontecendo no contexto da religiosidade popular. Por isso, o povo brasileiro está acostumado com essas misturas, sendo que as religiões possuem a lógica da inculturação na sua forma de se apresentar para os fiéis. Mesmo negando algumas características, elas estão lá presentes. É o caso, por exemplo, da Igreja Universal do Reino de Deus que demoniza os Orixás do Candomblé, mas não negam sua existência, apenas ressignifica o seu papel no mundo. O Orixá não deixa de existir: no Candomblé ele uma divindade, na Igreja Universal é visto como uma força do mal.

Nesse sentido, na atualidade, com o crescimento das Igrejas evangélicas pentecostais, além do catolicismo carismático, as/os jovens estão tendo a oportunidade de experimentar mais. Experimentar parece algo temporário quando o indivíduo está à procura de uma identidade religiosa para se firmar. Porém, no contexto pentecostal e carismático a lógica da

experimentação tende a permanecer. Por se tratarem de religiões de clientela, são pontos de atração provisória para as juventudes. Elas atraem principalmente aquelas pessoas em situação de fragilidade e aflição: doenças físicas e psíquicas, problemas de relacionamento afetivo, dificuldades familiares, crise financeira, etc.

O contexto de mobilidade religiosa e de múltiplas filiações religiosas possibilita que as pessoas, entre elas as/os jovens, procurem permanentemente formas novas de vivência da fé. Nesse contexto, as perspectivas de Igreja que propõem uma vivência mais orgânica da espiritualidade, com produção de um projeto de vida que pense o presente em direção ao futuro, tendem a não serem tão atraentes para a juventude. Assim, este é contexto atual do cenário religioso no Brasil: sincrético, diversificado, mas pouco capaz de produzir mudanças concretas e duradouras na vida dos seus fiéis, principalmente entre as/os jovens.

Diante do cenário apresentado acima, o fenômeno religioso no contexto das juventudes tem ganhado destaque nas investigações desenvolvidas por estudiosos e estudiosas do campo das ciências sociais. Isso pelo fato de as/os jovens desse início de século XXI serem socializadas/os predominantemente nos movimentos religiosos, principalmente do cristianismo pentecostalizado, católico e evangélico, mas também dos circuitos neoexotéricos e das formas religiosas mágicas caracterizadas pela fluidez, com curta temporalidade de adesão e trânsito permanente.

A novidade das juventudes na contemporaneidade está na crescente adesão aos movimentos religiosos, principalmente às igrejas e correntes do pentecostalismo católico e evangélico. A religião se consolidou como uma das principais formas de organização grupal da juventude.

Pesquisas qualitativas apontam que em média 20% dos participantes dos grupos de oração da RCC e dos cultos das igrejas pentecostais são jovens (PRANDI, 1998, 164). Além disso, diversas pesquisas quantitativas, entre elas a *Pesquisa Perfil da Juventude Brasileira* (2003), *Agenda Juventude Brasil* (2013) e *Pesquisa juventudes no Brasil* (2021), evidenciam que os jovens são organizados principalmente pelas instituições religiosas.

Assim, é possível compreender as afinidades existentes entre a realidade social da juventude brasileira e sua adesão às igrejas e correntes do pentecostalismo e dos agrupamentos mágico-religiosos. O panorama histórico apresentado a seguir, apesar de breve, mostra as afinidades de organização presentes nas diversas juventudes nos diferentes momentos históricos do país. A questão da religião é abordada aqui para descrever as afinidades eletivas existentes entre as características da juventude contemporânea e as igrejas de conteúdos predominantemente magicizados. A atual situação da educação e do trabalho aponta para um panorama de dificuldades sociais enfrentadas pelos jovens no país e desemboca na questão do distanciamento da ação política tradicional.

Enfim, ao analisar a perspectiva juvenil é fundamental inserir a questão da necessidade de uma compreensão mais aprofundada dessa realidade no Brasil, mostrando como as instituições religiosas se tornaram importantes espaços de organização das/os jovens. Além disso, o processo histórico apresentado traz à tona a questão dos motivos que levaram os jovens a mudarem seu perfil de organização. Em relação à Igreja católica, por exemplo, é preciso entender os motivos que levaram as/os jovens católicas/os, que nos anos 1980 participavam ativamente das pastorais sociais e da juventude ligados à Teologia da Libertação, na atualidade

aderiram em massa aos grupos de oração, comunidades de vida e aliança do movimento carismático católico.

Uma das respostas seria afirmar que nos anos 1970 e 1980 predominavam no país os movimentos sociais como referência para grande parte da juventude organizada. Nesse período, as pastorais da juventude tinham identificação e organização muito vinculada aos principais setores sociais da esquerda brasileira. Nos anos 1990 e 2000 há o predomínio dos movimentos comunitários cuja característica principal é “a afirmação pública de um conjunto de valores referentes a uma identidade particular e não mais a cidadania enquanto afirmação de direitos civis para todos”, predominante dos movimentos sociais (AUBRÉE, 1996, p. 77).

Nesse sentido, é “sobretudo no campo religioso que se deu a maior expressão desses ‘movimentos comunitários’ que, em muito diferem dos ‘movimentos sociais’” (AUBRÉE, 1996, p. 78). Essa mudança de contexto influenciou no método e nas opções de organização dos jovens católicos que passaram de uma organização predominantemente política, preocupada com a questão da cidadania (CEB’s e pastorais, por exemplo) para uma organização comunitária voltada para a identidade e vida pessoal, presentes nas comunidades de vida e aliança e grupos de oração do movimento carismático católico.

Além disso, faz-se necessário afirmar que a procura do religioso na vida juvenil está diretamente relacionada com a busca da autonomia, com a construção da identidade parental (conflito familiar) e social (conflito com o mundo), além do desejo de experimentação de novas sensações e de novas experiências. Esse contexto cria uma religiosidade juvenil diferenciada que pode ser retratada, por exemplo, no crescimento do movimento PHN (Por

Hoje Não vou mais pecar), setor juvenil da comunidade carismática Canção Nova, como tendência predominante dessa realidade (SOFIATI, 2012).

Considerações finais

Este breve ensaio acerca da religiosidade jovem procurou apresentar reflexões que tratam das crenças e práticas religiosas, evidenciando sua permanência na vida das juventudes e sua reorganização a partir de novas institucionalidades e pressupostos. O caso das/os jovens católicas/os, principal grupo estudado por este pesquisador, demonstra certa oscilação destes sujeitos entre uma autonomia relativa perante a bagagem institucional e um alinhamento criativo com os ensinamentos e doutrinas tradicionais da Igreja católica.

Trata-se de um cenário de trânsito e experimentações, com maior liberdade de escolha e, ao mesmo tempo, novas posturas em relação à fé, visto que a busca pelo sagrado não se limita há espaços ou autoridades, com valorização da autonomia dos sujeitos religiosos. Na acepção de Leila Amaral (2013), o ambiente sagrado vinculado às culturas religiosas errantes possibilita que novas formas de religiosidade se tornem possíveis no mundo contemporâneo, enquanto que os indivíduos passaram a exteriorizar de formas variadas essa religiosidade.

Neste processo estabelece-se um contexto de fragilização das instituições que, conforme Portier (2012), constitui-se ao mesmo tempo em individualização do crer e desinstitucionalização da crença. Com a igreja enfraquecida há a perda de autoridade das instituições religiosas frente aos seus fiéis que não se sentem mais obrigados a obedecer a regras e padrões de

conduta pré-estabelecidos. Por exemplo, as juventudes não se sentem incomodadas a expressar suas crenças, valores e sentidos, transitando em diferentes formas religiosas, dentro e fora das instituições. As/os jovens já não aceitam que as igrejas sejam as únicas produtoras de sentidos sagrados, nem portadoras exclusivas de verdades religiosas. Isso encaminha os indivíduos a não se sentirem incomodados em questionarem as decisões institucionais tomadas pela hierarquia. Ou mesmo que não questionem, podem adotar práticas e estilos condenados pela instituição na qual estão filiados. Essas práticas de enfrentamento, ainda que maquiadas, revelam descontentamento e tensão entre as gerações, pois conservam, em seu bojo, sentimentos de renovação e mudança.

Um dos resultados do processo de racionalização, secularização e desencantamento do mundo tem sido o enfraquece o processo de transmissão da tradição religiosa no ceio da instituição familiar, gerando declínio das instituições e crise nos compromissos religiosos, sendo que a juventude possui uma tendência à negação da religião herdada. Assim, a religião da juventude deixou de ser institucional para ser majoritariamente pessoal. A/o jovem do século XXI não se vê obrigado a continuar no mesmo percurso religioso dos pais, pois se percebe autônomo na configuração de sua forma de crer e não vê necessidade de estar preso a determinações e convenções, tão comuns nas religiões herdadas.

Por fim, a pesquisa desenvolvida na ocasião da Jornada Mundial da Juventude, ocorrida no Brasil em 2013 (CARRANZA, SOFIATI, 2018), caracteriza as/os jovens católicas/os como uma juventude alinhada institucionalmente que é diversificada em culturas juvenis, negocia sua adesão e mantém seu equilíbrio cognitivo em sua presença no universo

religioso. Nesse sentido, entende-se que as/os jovens experimentam sua autonomia pessoal e a adesão institucional como estanques e não conflitantes.

Bibliografia

AGENDA JUVENTUDE BRASIL (2013). **Pesquisa nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros**. Brasília-DF: Secretaria Nacional da Juventude / Participatório – Observatório Participativo da Juventude.

AMARAL, Leia (2013). Culturas religiosas errantes. In In TEIXEIRA, F. E MENEZES, R. (orgs). **Religiões em movimento: o censo de 2010**. Petrópolis-RJ: Vozes.

AUBRÉE, Marion (1996). Tempo, História e Nação (o curto-circuito dos pentecostais), In **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, nº 17 (1-2).

AUBRÉE, Marion e LAPLANTINE, François (2009). **A mesa, o livro e os espíritos: gênese, evolução e atualidade do movimento social espírita entre França e Brasil**. Maceió: EDUFAL.

BERGER, Peter. (2017). **Os múltiplos altares da modernidade: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista**. Petrópolis: Vozes.

BERGER, Peter. (2001). A dessecularização do mundo: uma visão global. In: **Religião & Sociedade**, 21 (1), abr., ISER, p. 09-23.

CARRANZA, Brenda; SOFIATI, Flávio M. (2018). Culturas juvenis católicas: aproximações teóricas às performances institucionalizadas. In **Revista Interseccões**, v. 20, n. 2, p. 330-350.

CASTILHO, Rosane (2019). **Cartografias da condição juvenil**. Goiânia: Cãnone.

DICK, Hiário (2003). **Gritos silenciados, mas evidentes**. São Paulo: Loyola.

FORACCHI, Marialice (1965). **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Nacional.

GIDDENS, Anthony (1991). **As consequências da modernidade**. São Paulo: Edunesp.

GROPPO, Luís A (2017). **Introdução à sociologia da juventude**. Jundiaí: PACO.

IBGE (2010) **Censo Demográfico**- Características Gerais da População e Instrução 2010 (resultados da amostra). Rio de Janeiro: Fundação IBGE.

LEMOS, Carolina Teles, SOUSA, MARTINS FILHO (2018) **Juventude e religiosidade**: o caso de jovens universitários da PUC Goiás. São Paulo: Fonte Editorial.

MANNHEIM, Karl (1967). **Diagnóstico de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar.

MARQUES, José Elias Domingues, OLIVEIRA, ALVES (2020) **Juventudes na Contemporaneidade**. Goiânia: Observatório Juventudes na Contemporaneidade.

NEGRÃO, Lísias N (2005). Nem “Jardim encantado”, nem “clube dos intelectuais desencantados”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, out., v. 20, n. 59, p. 23-36.

PAIS, José M. (2003). **Culturas juvenis**. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

PERFIL DA JUVENTUDE BRASILEIRA (2003). **Projeto juventude** – Pesquisa de opinião pública. São Paulo-SP: Instituto Cidadania / Fundação Perseu Abramo.

PESQUISA JUVENTUDES NO BRASIL (2021). Fundação SM. Observatório da Juventude na Ibero-america.

PORTIER, Philippe. (2012) “Pluralité et unité dans le catholicisme français”. In: C. Béraud, F. Gugelot, I. Saint-Martin. **Catholicisme en tensions**. Paris: Éditions EHESS.

PRANDI, Reginaldo. (1998) **Um sopro do espírito**: a renovação conservadora do catolicismo carismático. São Paulo: EDUSP.

RIBEIRO, Jorge C. (2009) **Religiosidade Jovem**: pesquisa entre universitário. São Paulo: Olho D'água / FAPESP / Loyola.

SIMMEL, Georg (1998) **Essays on religion**. Yale: Yale University Press.

SOFIATI, Flávio M. (2022) Catolicismo de esquerda na França: uma análise da Federação Réseaux du Parvis. In **Religião e Sociedade**, v. 42(2), p. 201-223.

SOFIATI, Flávio M. (2012). **Religião e juventude**: os novos carismáticos. São Paulo: Idéias & Letras/FAPESP.

WAIZBORT, Leopoldo (2000) **As aventuras de Georg Simmel**. São Paulo: Ed. 34.

JUVENTUDES E DILEMAS DA REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA

Sebastião Everton de Oliveira

Geraldo Leão

Introdução

Trataremos neste texto sobre algumas questões envolvidas na temática da representatividade política considerando o contexto dos movimentos sociais contemporâneos. Os aspectos abordados aqui dialogam com a pesquisa de doutorado sobre participação e representatividade juvenil em movimentos sociais (OLIVEIRA, 2022). Nessa investigação, problematizamos a ausência de representação das identidades políticas em espaços de decisão, tentando compreender como os movimentos juvenis têm refletido e vivenciado esse fenômeno em seus espaços de atuação, bem como os desafios e possibilidades de incidência política e qualificação representativa na contemporaneidade.

Partimos das noções de democracia representativa, articulando a participação social a conhecimentos sobre a sociologia das juventudes e dos movimentos sociais, com debates sobre as lutas por reconhecimento, os conflitos e as demandas por participação política e por inclusão de identidades coletivas nos espaços de poder. As identidades políticas são construções coletivas que disputam um modo de existir na esfera pública, para dar visibilidade a sujeitos subalternizados e responder às lutas e

demandas por direitos, dado que são produzidas socialmente como inexistentes numa dada hegemonia social (CIAMPA, 2009; LINO, 2017).

Nessa perspectiva, optamos por desenvolver a pesquisa com jovens por considerarmos as suas constantes queixas de não se verem representados e reconhecidos como atores políticos. Para isso, levantamos dados de ações coletivas em Belo Horizonte e Região Metropolitana, através de plataformas sobre iniciativas sociais e chamamentos públicos, que produziram informações sobre a rede local, e solicitamos indicações de atores políticos da cidade, que sucessivamente indicaram outras experiências para compor esse mapeamento. Dessas iniciativas mapeadas, chegamos a três coletivas acompanhadas de maneira mais aprofundada. A investigação utilizou análise documental, observação participante, diário de campo e conversações com a participação de 13 jovens denominadas coelaboradoras, fundamentais para as reflexões lançadas aqui.

De modo geral, os dados de campo revelaram que o reconhecimento social passa por atos comunicativos, constituintes de relações de poder, com especial atenção aos contextos socioculturais, às latências e aos efeitos dessas comunicações, das representações e estigmas formulados num sistema-mundo configurado por heranças coloniais, exclusões e continuidades históricas que se perpetuam na sociedade brasileira. Revelaram ainda sujeitos contra-hegemônicos, que estão em movimento e disputam agendas políticas e presenças nos diversos espaços sociais.

Neste caso, o estudo buscou ampliar questões em torno dos debates relacionados ao fenômeno da sub-representação/representatividade política de alguns grupos em espaços de decisão. Diante disso, emergem novas formas de organização e mobilização para o alcance da cidadania e para

efetiva inclusão de “outros sujeitos” na lógica da universalidade de direitos. Assim, seguiremos o diálogo abaixo apresentando um pouco mais sobre essa pesquisa.

Os caminhos da pesquisa

O estudo foi organizado a partir da perspectiva metodológica de pesquisa militante (OLIVEIRA E LEÃO, 2019). Essa abordagem considera como impossível a dissociação entre os âmbitos científicos e políticos (BRINGEL E VARELLA, 2016), propondo então uma ruptura com hierarquias e lugares naturalizados nas relações entre pesquisadores e pesquisados. Sendo todo conhecimento parcial, temporal e socialmente situado (GONZALEZ 1984; BRINGEL, 2011; HARAWAY, 2015), buscou-se construir uma relação de proximidade junto aos sujeitos da pesquisa, aqui, reconhecidos como produtores de conhecimento e coelaboradores da pesquisa.

Como dissemos, inicialmente mapeamos ações coletivas de Belo Horizonte e Região Metropolitana e sistematizamos informações encontradas em plataformas online ou em banco de dados sobre atuações locais. Deste levantamento, foram convidadas três experiências para acompanhamento em profundidade, por serem protagonizadas por jovens e por atuarem no campo das identidades políticas. Foram convidadas as coletivas Pretas T, DiverCidade PL e Manas. Ambas, atuam com distintas bandeiras, híbridas e relacionadas com lutas antirracistas, homoafetivas e feministas.

A coletiva MANAS é composta por 265 mulheres, de diversas orientações e territórios de Belo Horizonte e região metropolitana, que se comunicam mais fortemente por grupo de WhatsApp. É a partir deste grupo

de rede social que a mobilização entre as integrantes acontece, em que dialogam e priorizam seus campos de atuação. Nos formatos de saraus e intervenções artísticas elas possuem papéis sociais distintos, como por exemplo o papel de MC master (mestre de cerimônias), de Comunicadora digital, Slam (Mensal), de mobilizadora do Grupo no WhatsApp (mobilização e convites) etc. Por meio dessa conexão tem sido possível acompanhar e fortalecer os desafios encontrados por essas mulheres no dia a dia.

A coletiva PRETAS T é composta por uma média de seis mulheres transexuais negras. O foco principal da organização está em torno do acompanhamento das trajetórias sociais das participantes, sobretudo na inclusão dessas mulheres em espaços de trabalho e demais oportunidades no campo dos seus direitos e cidadania. O seu engajamento acontece em acionamento de uma participante para outra. Essas integrantes lidam diretamente com a participação e incidência na política institucional, sobretudo a partir de campanhas publicitárias e formação de opinião pública na mídia convencional e/ou nas redes sociais. Na relação com a política institucional, já disputaram uma candidatura ao parlamento estadual. Além disso, estão na construção de uma cooperativa de renda solidária, a Traveka. Em suas atividades de rotina organizam espetáculos performáticos e buscam também incidir nos espaços de formação e articulação comunitária.

A coletiva DiverCIDADE PL tem como perspectiva a incidência política na cidade de Pedro Leopoldo. Essa coletiva tem caráter suprapartidário sendo composta por moradores da cidade, em sua maioria jovens, que desenvolvem formação política, encontros de mobilização e reuniões em espaços públicos da cidade, além de eventos com pautas de

identidades políticas como a Parada Gay e caminhada pela vida das mulheres. Neste propósito, pressionam o poder público municipal para situações emergentes presentes no seu cotidiano.

Para a realização deste trabalho, utilizamos alguns procedimentos metodológicos, tais como “olhar, ouvir e registrar” os fatos analisados, por meio de observação participante (CARDOSO, 2000) e a promoção de conversações com as integrantes desses grupos, valorizando os significados das experiências pessoais e considerando a constituição das zonas de sentidos dessas experiências (GONZÁLES, Rey, 2005). Além disso, as redes sociais dessas coletivas foram acompanhadas visando captar as diferentes identidades online num contexto em que as relações estão profundamente marcadas por experiências online e offline (FRAGOSO, et. al., 2011). Nessa perspectiva, para o diálogo permanente com essas coletivas tivemos como estratégia a entrada nos grupos por meio de três interlocutoras, com auxílio e autorização coletiva para realização do seu acompanhamento. Como a pesquisa foi realizada majoritariamente no período da pandemia do COVID 19, algumas estratégias precisaram ser reelaboradas, especialmente em um contexto de isolamento social, seguindo as orientações das agências de saúde.

Apresentação de alguns resultados

Dos resultados encontrados, apresentamos o levantamento das iniciativas, que embasaram o trabalho de campo, seguido de apresentação dos aprendizados obtidos na relação desses dados com a temática em pauta.

No levantamento de campo, identificamos 323 iniciativas¹, grupos e ações coletivas em Belo Horizonte e RMBH. Destas, 131 estavam vinculadas a

¹ Os dados das amostras podem ser acessados no banco de dados ou podem ser solicitadas para o e-mail dos autores

questões sobre identidades políticas, na luta por reconhecimento na esfera pública. Como descrito anteriormente, a partir desse primeiro passo da pesquisa, três coletivas foram selecionadas e acompanhadas em profundidade. Utilizamos como critérios o fato de serem experiências com uma certa longevidade, alguma consolidação como atuação e estrutura e protagonizadas por jovens ou com maioria deles/as.

Neste momento do mapeamento e convite para participação dos grupos na pesquisa, nos deparamos com a não adesão de alguns grupos para a participação neste tipo de estudo. Dos contatos realizados, pelo menos duas coletivas declinaram do convite para serem acompanhadas, ainda que reconhecessem a importância do tema em pauta. Sobre isso, uma das interlocutoras comenta:

(...) paramos de responder perguntas pra TCC etc., até que a gente realmente pertença a academia. Eu infelizmente não posso, pela minha ética, passar por cima dessa decisão coletiva. (Interlocutora contatada).

Sobre isso, outras participantes também demarcaram a importância da compreensão acerca do acionamento desejado sobre suas experiências neste estudo. Algumas comentaram sobre a relação de suas experiências com a universidade, trazendo não apenas a desconfiança, mas também a relação de seus conhecimentos e a sua validade positiva no campo acadêmico.

Nossos corpos (ou corpa, como chamamos) não são violentos. Conosco está tudo bem. O problema são as pessoas. A linguagem academicista não pode ser barreira, precisa ser ponte e precisamos lidar com essa linguagem como potência. Na verdade, o que deveria ser pesquisado era a cisgeneridade, por uma reparação histórica. Os Cis não são estudados. Neste sentido, não

queremos ser reconhecidos como trans, mas como um coletivo de arte foda. Querem nos chamar de panfletários? Pode. Não gosto de categorizar. Dou tanta aula na UFMG que eu deveria ter um título de notório saber. Hoje amadureci muito e enxergo o coletivo como uma plataforma (tenho dúvidas, mas acho que é isso mesmo). Não queremos apenas sobreviver, precisamos viver. Precisamos de dinheiro para viver. Por isso, inserimos as meninas em vários espaços de trabalho. (Conversação, Juhlia, Coelaboradora Pretas T)
(...) essa questão de a gente ser pesquisada (...) eu também tenho um grande receio do caminho que a universidade nos vê. (Conversação, Giovanna, coelaboradora Pretas T).

Essas tensões foram fundamentais para redirecionar o caminho realizado na pesquisa. Como observado, essa resistência adveio porque consideram que suas inclusões são negadas e, constantemente, são praticados o uso de suas identidades políticas de forma instrumental. Essas questões suscitam leituras complexas de identificação e também desidentificação dessas sujeitas com a universidade e o modo como são teorizadas. Da mesma forma, percebemos que essas questões também atravessavam a dimensão das nomeações, produzindo contradições em classificações, especialmente no sentido de certas fixações que contestam.

Sobre isso, as nomeações aparecem como elementos comunicativos praticados para apresentarem as identidades das coletivas. Ao longo da pesquisa, foi possível perceber, por exemplo, a plasticidade desse processo, conforme trazemos abaixo.

a gente vai sendo. Então é isso, acho que é uma coisa mutável assim, mas também eu não posso garantir muito porque eu sou travesti (risadas). E preta! Porque preta eu não vou deixar de ser nunca! (risadas) (...) E

pensar que daqui a trocentos anos as pessoas vão acessar esse material e eu vou estar ali presa(ris). (Análise documental, Juhlía, Coletiva Pretas T)

Pelo que observamos, os nomes são incorporados de forma historicizada às experiências das sujeitas. Da mesma forma, também identificamos que essa fluidez da nomeação faz parte do grupo.

Como identificado, essa complexidade das nomeações tem passado também pelos movimentos sociais e políticos, por exemplo, nas distinções sobre como as ações coletivas gostariam de ser chamadas, nas distinções da ideia de grupo, de coletivo, de coletiva (como aqui se identificam), ou ainda, nas autoidentificações como ativistas, militantes ou ainda na hibridação de ambas, a depender da posição ideológica e da posição no discurso social.

Nos casos abaixo, vemos como as coletivas revelam que estão em construção, encontrando seus caminhos e suas identificações. Vejamos:

[Sobre a exclusão de “monas” do nome da coletiva] (...) Era pra dar essa abertura mesmo pras gays. Mas, não tava contemplando, sabe? Por que que a gente coloca monas se todo mundo vai olhar pra todo mundo e vai ver um tanto de mulher cis, sabe? Tipo assim... Que passa batidão, sabe? Tá ligado? É você assumir um rolê que você não tá no meio dele, sabe? Aí não tem essa necessidade. Mas era uma preocupação em ter né?(...) você olha pra ela [a coletiva], você nem sabe o quê que é. Se ela acolhe mulheres que estão em situação de abuso; se ela faz roda de conversa. Mas, o que marca as Manas é a poesia. Acho que isso ficou visível, assim (Conversação, Jazz, Coletiva Manas)

É tenso meio definir o perfil, porque a coisa está muito maluca (...) A gente tá querendo na verdade é construir junto, assim. Mas, o sistema não permite. Não quer

escutar. (...) Na política institucional existem três ou quatro famílias que governam a cidade, sem muita novidade. Poucas pessoas trouxeram uma voz diferente. Há uma falta de confiança no velho sistema político e a política para as pessoas sempre ficou a desejar. Então, acredito que a DiverCidade vem trabalhando pra isso. (Conversação, Otávio, Coletiva DiverCidade PL).

Pelo observado, as lutas sociais são marcadas por concepções que passam pelo nome, mas também nos sentidos da comunicação, onde se apresentam e representam no grupo e fora dele.

Nos significados da representação para essas sujeitas, identificamos um sentido muito vinculado à noção de justiça, com reivindicação por presença em espaços de poder e participação em processos de decisão, especialmente, por uma rejeição à ideia que outras pessoas falem por essas experiências, principalmente por não se sentirem representadas, ou por não reconhecerem que os espaços institucionais têm acolhido suas demandas e necessidades concretas.

Sobre essas experiências que vão sendo incorporadas na identidade coletiva, uma das coelaboradoras comenta:

Por volta de uns 14 anos eu conheci o Quilombo Manzo e ali eu pude me reconhecer enquanto negra. E a minha trajetória começa aí neste ativismo, na militância, a partir do reconhecimento enquanto negra, porque muitas vezes a branquitude nos rouba até esse reconhecimento. E de lá pra cá, junto com mulheres de Manzo, eu venho traçando uma história na cidade. E logo mais tarde eu me reconheço enquanto trans. E a partir de então eu começo a entender que para além do movimento negro eu tinha outra coisa e outras questões que me atravessavam. Esses corpos dissidentes, esses corpos tidos às margens da sociedade que cada vez mais

passam a ocupar o hipercentro, que passam a ocupar lugar que também nos pertencem... Então nós entendemos que é a partir daí os espaços de poder também são os nossos espaços. (...) Aí eu me lembro de uma referência minha da infância, da adolescência e até mesmo da juventude que era uma vizinha da minha tia que se chamava Júhlia e é uma mulher preta, maravilhosa, forte e que todos aqueles processos que a gente via num lugar muito distante eu comecei a analisar que eram muito próximos, mas que eu não dava muito conta. (...) Aí eu vejo uma mãe solo, muito foda. Que não tinha acesso a discurso racial, não tinha acesso a discurso feminista, mas foi uma das primeiras feministas que eu tive contato sem saber que era feminista. (Análise Documental, Juhlia, Coletiva Pretas T)

Pelo acompanhamento, percebemos que essas sujeitas praticam a política tendo como principal elemento mobilizador as suas experiências. Pelo que observamos, essa concepção, muito presente nas experiências investigadas, almejam uma autorrepresentação e também representação social mais positiva de si e do seu grupo cultural. Além disso, parecem apontar para uma qualificação das instituições no sentido de que revejam processos e canais de participação. Portanto, por não se verem representadas em diversos lugares, criam alternativas para existirem, articulando novos contratos, ainda que na ocupação e qualificação da institucionalidade que as rejeitam.

De acordo com alguns depoimentos:

A luta institucional também é um caminho a ser trilhado para garantia dos nossos direitos. A falta de representatividade é gigante e é necessário que o povo ocupe estes espaços de poder, ajudando inclusive a

quebrar por dentro essa engrenagem, que é historicamente comandada por homens, brancos e ricos. Ocupá-la, mas propondo uma outra forma de fazer política: radicalmente democrática, afetuosa, pautada pelo respeito à vida e ao meio ambiente. Uma política que não só ouça, mas seja espaço onde a população tenha real poder decisório sobre aquilo que lhe diz respeito.” (Análise documental, Coletiva DiverCidade PL, 2019)

A coletiva me representa por ser um contraponto dentro da cidade, totalmente tradicional (...) me sinto muito representada e me sinto representante dentro dela, porque é um espaço aberto. (Conversação, Ingrid, Coletiva DiverCidade PL)

(...) O que é representatividade, né? Acho que é você olhar pro outro e se reconhecer. Nem que seja um pouquinho. Então, eu olho para as mulheres que são todas artistas, a maioria. Mulheres, a maioria preta. (...) me representa sim. Sabe? (Conversação, Jazz, ColetivaManas).

Pelo que percebemos, as experiências individuais se conectam ao ponto de criarem espaços favoráveis para tratamento de suas angústias e construção de utopias. Com isso, a articulação no grupo cria oportunidades e aprendizados de outras formas de “fazer”, no qual se sentem validadas e ativas no enfrentamento ao sistema que lhes apagam. Com isso, buscam na institucionalidade laços afetivos que caminham lado a lado com as regras institucionais, numa força motriz para processos mais ampliados de participação.

Por meio da participação mais coletivizada e horizontal elas procuram denunciar as negligências e necessidades de cuidado e reconhecimento. Como verificado, os sentidos contidos nas ações coletivas passam também

por essas vivências, que disputam formas de vida menos hierarquizadas e a superação de poderes opressores. Além disso, durante o acompanhamento ficou evidente a pauta da diversidade como valor necessário para a vida em grupo.

Eu fico pensando... a gente fez a primeira marcha LGBT de Pedro Leopoldo. É uma coisa que eu jamais imaginaria, assim. A cidade retrógada do jeito que é ...A gente puxou a marcha das mulheres aqui também na cidade, sabe? A gente pauta muito essa questão da diversidade mesmo. No nosso dia a dia da militância, fraga? Então, eu acho que a gente tá dando voz pra muita gente, sabe? tipo, a gente tá incluindo os marginalizados pela sociedade leopoldence, na sociedade de novo, sabe? Eu vejo assim, essa questão. (Conversação, Gael, Coletiva DiverCidade PL)

A gente conta uma história só pra servir. Nos emocionamos ao falar das nossas histórias como candidatos negros. Eles querem a gente na luta, no embate. Mas não dizem que a gente pode. Nem sei quanto um vereador ganha. Partidos fazem sentido junto com o povo. E essa é a voz que a gente quer (Conversação com coelaboradora da pesquisa).

(...) até a própria prefeitura, vereadores assim, eles não tratam a gente tipo assim... “ah! esses bagunceiros!” Eles trocam ideia, eles não fazem piadinha. Eles falam: “você estão de parabéns. Pra esse projeto aí que vocês estão apresentando” (Conversação, Otávio, Coletiva DiverCidade PL)

Eu leio Sueli Carneiro, e entendo que a primeira condição para mim, que é inegociável é a nossa condição humana. Porque nós ainda não temos uma condição humana. Nós ainda não somos tidas como mulheres, enquanto travestis, homens trans, transexuais,

negros e negras, nós não temos ainda a condição humana. (Análise documental, Juhlía, Coletiva Pretas T).

Como trazido acima, as experiências grupais são inseparáveis das experiências vividas por cada sujeita. É nessa interlocução que vão se constituindo suas identidades coletivas, atribuindo valores sociais e sofisticações sobre suas práticas para um bem viver. De modo geral, além de denunciar as exclusões a que são submetidas, as coletivas vão criando fissuras e incidências políticas nos espaços que atuam.

Algumas reflexões em diálogo com os aprendizados de campo no sentido das represent(atividades)

Assumimos uma abordagem transdisciplinar na concepção de representação e das representatividades, pelos variados sentidos sobre essa temática, como nos estudos das ciências políticas (representação parlamentar na política institucional); os estudos da linguagem (representações simbólicas nas enunciações – semiótica); estudos da psicologia (representação social dos comportamentos e desenvolvimento de personalidades); e os estudos multiculturais (identidade representada, disputada e constituída na diferença).

Além dessa consideração, também reconhecemos a conjuntura latino-americana, onde se constituiu um padrão de dominação e representação, muito vinculada à exploração e força do trabalho como herança da colonização. Portanto, num contexto de desigualdades estruturais e raciais, nossa pesquisa também mobilizou e se sustentou teoricamente a partir dos aprendizados das noções de biopolítica e biopoder (FOUCAULT, 1979; MBEMBE, 2011), considerando que tecnologias do poder passam a serem

organizadas pelas instituições para controle dos comportamentos e regulação da vida social.

Além disso, compreendemos que as representações passam pelas vivências pessoais, mas estão diretamente associadas a causas e valores culturalmente produzidos, por isso, se faz necessário democratizá-las.

A ideia de representação trazida aqui passa primordialmente pela interação e atos de fala com produção de sentidos e transformações por meio da linguagem. Por isso, as representações não podem ser universais e nem estáticas, mas assumem formas concretas na produção de imagens e reprodução de conceitos, o que também revela que o sistema representativo não é neutro (SANCOVSKI, 2007).

Sendo assim, também descobrimos que existem diversas fontes que autorizam para que uma representação aconteça. Da mesma forma, apesar do protagonismo necessário de quem vive as opressões, também ficou evidente que a representatividade não deve ser matéria exclusiva dos grupos oprimidos. Com isso, as identidades foram tidas aqui como categorias centrais, especialmente considerando o fenômeno da estereotipagem e esses padrões que constroem valores de sujeitos inferiores e superiores, diante de sua característica identitária-bio-sociopolítica (HALL; WOODWARD, 2012)

Nesta leitura de fenômeno, identificamos que identidade social precede a identidade política. E por desviar das condutas e normas hegemônicas, as identidades políticas foram aqui reconhecidas como identidades transviadas.

Sobre isso, conforme revelaram os dados de campo, concordamos com a ideia de que as identidades se caracterizam como metamorfoses. (CIAMPA, 2009). Percebemos que suas nomeações e definições são complexas e não

podem ser consideradas fixas, pois estão em constante construção. Além disso, os múltiplos qualificadores que aparecem nessas nomeações indicam que os sujeitos fazem e se refazem numa noção de identidade que vai se alargando e nem sempre o modo como as nomeamos darão conta de representá-las.

Também estivemos atentos a ideia de representação no sentido de apenas “estar” (representação pela imagem), já que essa pode ser estratégia de produção capitalista, de sujeitos conformados, reproduzindo a mesma lógica de construção de padrões excludentes, atentando para a visibilidade como única forma permitida e até prevista para essa representação acontecer (MIRANDA, 2021). São esses padrões resultantes da ausência de determinados corpos e intelectualidades na ocupação de papéis e lugares de direito.

Da mesma forma, identificamos que a autorrepresentação é um desafio, tanto pela natureza da identidade, fluída e provisória, quanto da sua característica polifônica.

Na relação dessas coletivas com a cidade, compreendemos que as diversas representações sobre a “aparição” dos jovens nos seus territórios produzem vigilância social, criminalizando esses sujeitos, os movimentos sociais e suas culturas marginais, além da associação recorrente entre violência, drogas e juventude. Sobre isso, identificamos que essa estereotipagem e a suposta forma de lê-los, especialmente no contexto da desordem social ou da informalidade, diz muito sobre outro modo como se vêm e se organizam.

Ao mesmo tempo, essa discussão atenta-nos para o questionamento de uma postura de “tudo vale”, onde todo mundo pode falar de tudo. Ao

mesmo tempo, tenta superar a noção de que só é sujeito falante aquele que viveu determinada exclusão ou experiência violenta. Este é o melindre que se põe na experiência estrutural de fala única, que diz muito mais de romper e reparar com um silenciamento histórico do que posições isoladas das experiências individuais (RIBEIRO,2017). Pelo que analisamos, a desconfiança na democracia existe enquanto não há reciprocidade na existência de identidades subalternizadas ou silenciadas, resultando na elevação da universalidade de direitos para uns e negação da vida para outros. Com isso, é possível que haja reconhecimento de representação, mas nem sempre ela pode estar em correspondência com a representatividade de grupos subalternizados.

Nesta racionalidade política – onde se impera o politicamente correto – são percebidos sintomas sociais como na “cultura do cancelamento” e também as práticas do “eutivismo” (JESUS, 2017), propagando uma espetacularização de “si” em práticas individuais que ficam restritas ao processo de denúncia, sem articular e movimentar as instituições sociais democráticas para funcionarem. Neste caso, ainda que exista limites nas instituições e nos espaços em que estão inseridos, essas coletivas acreditam que a representação pode alterar o estado das coisas.

De modo geral, essas são algumas tensões que se colocam na relação entre sujeitos e instituições e que podem nos ajudar a refletir sobre os movimentos sociais e os dilemas da representatividade na contemporaneidade.

Conclusões

Essa pesquisa identificou que essas coletivas problematizam as orientações sobre quais sujeitos/as têm o direito de viver e existir e quais estão silenciados/as e desprotegidos/as nas sociedades contemporâneas. A representação como atividade política, mesmo limitada, foi reconhecida pelas coletivas como discurso que promove uma ampliação de direitos. No entanto, a representatividade ficou aqui endereçada à necessidade do reconhecimento dessas identidades silenciadas pelo Estado e pelas instituições sociais, numa interação e ação comunicativa que, em geral se desenvolve de maneira desigual, em que a reciprocidade não existe, bem como a valorização de suas humanidades.

Vimos nessas experiências a necessidade de valorizar o conflito e recriar formas deliberativas de resolução das divergências sobre a compreensão das leituras de mundo e de diferentes maneiras de resoluções dos problemas sociais. Como identificado, parece fazer sentido que quanto mais democrático e afetuoso forem os espaços de atuação, mais tendem a se sentirem representados. Do contrário, naquelas experiências com as quais não sentem identificados e representados, os jovens têm buscado disputar e construir contrapoderes para ocupá-los e transformá-los.

Essas coletivas incidem sobre os espaços de discussão nas cidades, trazendo questões silenciadas e dão visibilidades a corpos e modos de ser e viver transgressores, que procuram ampliar a esfera pública para além dos espaços formais e legitimados de representação e debate político, onde alguns atores com determinado perfil (homens, com maior acesso à renda e informação, etc.) socialmente mais reconhecidos.

Diante disso, ficam os dilemas se ser “porta-voz” de um grupo ou causa, e importância de complementariedade entre práticas representativas

(pelo limite de presença de todos em todos os momentos da decisão coletiva), com práticas da ação direta, que implica a não transferência da soberania para outrem.

Nas interações com a cidade também identificamos que as coletivas vinham atuando em pontos específicos da cidade, tanto para realizar seus encontros e suas reuniões como para vivenciar o lazer e outras atividades menos institucionais. Sobre isso, verificamos que esses espaços possuíam algumas características comuns, como a facilidade de acesso, presença de um contingente maior de pessoas, por concentrar gente e serem passagem de outros grupos, além de serem considerados no imaginário social como espaços marginais. Assumindo-os como lugares em que gostam de estar e onde realizam várias das suas ações (eventos, reuniões da coletiva, intervenções, etc.), as coletivas transformam e ocupam estes espaços como lugares de resistência e conexão com outros sujeitos.

Essas coletivas contestavam a ideia de “dar” voz ao invés de “ter” voz reconhecida, na superação de um discurso e de uma noção passiva sobre eles, com demanda de “autorrepresentação discursiva” no campo dos direitos. Trazem o que talvez seja central para a política, ou seja, aquilo que falta para a representação existir, problematizando a fala de si por outro sem sua autorização. (SPIVAK, 2010). Portanto, problematizam “quem são” nessa representação, o que estava relacionado ao direito de existir, uma dimensão que precede a qualquer outro interesse.

Na sua forma de atuação, as coletivas reivindicavam uma coerência e também diferença na sua identificação e sua forma de atuação, conforme uma constante necessidade de “responder” a um imperativo dos próprios

movimentos sociais, em correspondência com determinados valores da solidariedade e da não exclusão.

Referências bibliográficas

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrev. Junho de 2013, dois anos depois. Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 30, n. 88, 2015.

CIAMPA, Antônio da Costa. A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2009.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. Métodos de pesquisa para internet. Porto Alegre: Sulina, 2011. (Coleção Cibercultura).

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas. In: Cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, pp. 231-239, 2006.

GARCEZ, Regiane Lucas de Oliveira. Representação política discursiva e movimento social dos surdos: coletivização de questões como fonte de deliberação. Tese em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017

GONZÁLES REY, Fernando. Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

HALL, Stuart; WOODWARD Kathryn. Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Jaqueline Gomes de Jesus fala sobre ativismo intelectual, literatura, transfeminismo e feminicídio trans. Entrevista ao portal Desacato. 14.09.2017.

OLIVEIRA, Sebastião Everton de. Ações coletivas, identidades políticas e formas contemporâneas de representatividade juvenil [manuscrito] / Sebastião Everton de Oliveira. - Belo Horizonte, 2022.

OLIVEIRA, Igor; LEÃO Geraldo; Horizontes juvenis da luta por transporte: o Movimento Tarifa Zero em Belo Horizonte. Dossiê: Jovens e ativismo em (des)construção: socializações e (in)ações políticas. In: Praxis educativa, Ponta Grossa, Universidade Estadual de Ponta Grossa, v. 14, n. 3, pp. 1007-1026, 2019.

MBEMBE, Achille. Necropolítica y sobre el gobierno privado indirecto. España: Melusina, 2011.

MIRANDA Shirley, AVELAR Rezende, JESUS Jaqueline de. Banca de Avaliação do Relatório de Qualificação ações coletivas e formas de representatividade juvenil. Universidade Federal de Minas Gerais, 30 de abril de 2021.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017 (Coleção feminismos plurais).

RODRIGUES, Nuno. DannaHaraway e a proposta de conhecimentos situados. LES online, vol. 7, nº 1, 2015.

SANCOVSCHI, Beatriz Sobre a noção de representação em S. Moscovici e F. Varela. Psicol. Soc. 19 (2), Ago 2007.

SPIVAK, GayatriChakravorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

JUVENICÍDIO E DIREITOS HUMANOS: EXPRESSÃO TRÁGICA DE UMA TRAJETÓRIA DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS PARA AS JUVENTUDES

Giovane Antonio Scherer

Mariane de Castro Echer

O Brasil vem se destacando no mundo como um dos países que mais tem assassinado seus jovens, especialmente a juventude negra, pobre e moradoras de “regiões periféricas”. Essa trágica afirmação é reiteradamente trazida em diversos estudos e pesquisas sobre o tema. Segundo Cerqueira Et All (2021) no ano de 2019, de cada 100 jovens entre 15 e 19 anos que morreram no país, 39 foram vítimas da violência letal; sendo que entre aqueles que possuíam de 20 a 24, foram 38 vítimas de homicídios a cada 100 óbitos e, entre aqueles de 25 a 29 anos, foram 31. O mesmo estudo demonstra que dos 45.503 homicídios ocorridos no Brasil em 2019, 51,3% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos, isso é 23.327 jovens tiveram suas vidas ceifadas prematuramente, em uma média de 64 jovens assassinados por dia no país. Os números de guerra demonstram a barbárie que as juventudes vivenciam em seu cotidiano; sendo essa realidade, grande partes das vezes, invisibilizadas de inúmeras formas.

Diante dessa conjuntura, o termo *juvenicídio* surge como uma importante categoria analítica dessa realidade, sendo cunhado pelo pesquisador José Manuel Valenzuela para designar o fenômeno da

mortalidade juvenil por meio dos homicídios. Para Valenzuela (2015) o juvenicídio se constitui de diversos fatores que incluem a precarização, pobreza e desigualdade. É importante destacar que o juvenicídio se constitui na interrupção de vidas jovens, de forma violenta por meio dos homicídios, provocados, especialmente, pela condição de precarização existencial gerada pela violência estrutural que impossibilitam a construção de projetos de futuro (SCHERER, 2018).

Nesse sentido, o termo juvenicídio se relaciona a impossibilidade de construção de projetos de vida de grande parte da juventude brasileira, que diante da agudização da crise estrutural do capital, tem dificultado o seu acesso aos seus direitos básicos, o que tem impacto, de forma concreta, em suas trajetórias de vida e de morte. Neste contexto, destaca-se a necessidade de trazer o debate à defesa dos Direitos Humanos, especialmente desses segmentos sociais que vivenciam particulares formas de violações, isto implica também, na construção de estratégias para a efetivação da dignidade humana, assim, registra-se como indispensável relacionar o tema do juvenicídio com políticas públicas, uma vez que a falta de proteção social se constitui como um dos elementos propulsores da mortalidade juvenil.

A discussão que será realizada nas páginas a seguir é resultado de uma investigação realizada pelo Grupo de Estudos em Juventudes e Políticas Públicas – GEJUP, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em parceria com a Frente e Enfrentamento à Mortalidade Juvenil – FEMJUV, enquanto um movimento social que busca dar visibilidade à desproteção social juvenil no contexto atual. Em um primeiro momento, busca-se dar visibilidade para o debate acerca dos direitos humanos voltados para as

juventudes, calcado no Materialista Histórico Dialético como meio de compreensão da realidade. Em um segundo momento, serão apresentadas as principais categorias teóricas que subsidiaram a investigação, seguido do debate dos principais achados da pesquisa.

Os direitos humanos das juventudes: Entre o normativo legal e o caminho para o acesso efetivo a dignidade humana

O estágio atual do capitalismo contemporâneo, entendido por Mézáros (2002, p. 482), como crise estrutural, encontra-se no cenário de uma crise profunda, de agudas contradições, desigualdades e explorações. A ofensiva neoliberal e neoconservadora, invade drasticamente todos os campos da vida social, e especialmente de segmentos sociais que vivenciam particulares formas de violações, neste sentido, mostra-se fundamental o debate e a defesa de direitos humanos das juventudes, pois entende-se, que as desigualdades e opressões originadas pelo sistema capitalista afetam especialmente os jovens, que vivenciam processos dessa violência estrutural¹ do Capital.

A concepção dos direitos das juventudes neste estudo está ligada a uma perspectiva mais ampla dos direitos humanos, calcada para além da concepção simplista e do reducionismo a conquistas “normativa jurídica”. Neste sentido, pontua-se como fundamental a análise da sua totalidade, compreendendo as dinâmicas sociais de luta contra os processos hegemônicos, das relações de poder. Com isso, Iasi (2011) refere que a luta

¹A violência estrutural, tão presente no cotidiano da população, mas que por muitas vezes passa despercebido e sequer é considerada uma violência realmente. Veremos que esta forma de violência é fruto do modo de produção capitalista e das relações sociais que se sustentam nele. Da mesma maneira que estas relações de produção se naturalizaram no capitalismo e encobrem a exploração existente, também a violência estrutural, fruto dessa exploração, não é tida como problema da sociedade atual. (Cavalli, 2009, p. 7).

pelos direitos sociais, acontece no interior de uma ordem burguesa, até mesmo a “ação subversiva que visa a superação revolucionária” (IASI, 2011, pg.177). Desta forma, a dinâmica dos direitos humanos, e, os seus dispositivos institucionais de efetividade através das políticas públicas e sociais, como campo de luta, estão inseridos numa totalidade social, com diferentes determinações, portanto, não estão isentas das contradições expressas no cotidiano das práticas sociais (WOLFF, 2018), com profundas implicações em toda a sociedade, até mesmo, aqueles que aderiram ao compromisso ético-político emancipatório (IASI, 2011).

Neste sentido, sobre a luz das considerações de Marx e Engels (2007), o Estado corresponde a uma garantia recíproca da propriedade privada e dos interesses comuns da classe burguesa, ou ainda, como diz Marx (2003) “o poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para oprimir a outro”, assim, a classe que domina economicamente é, portanto, a classe que domina o Estado. Desta mesma forma, segue-se com todas as instituições coletivas, adquirido por meio dele uma forma política, a lei, que se afirma como força, ou, a “lei do mais forte”, legitimada pelo Estado em oposição a toda resistência (MÉSZÁROS, 2015).

Nesses termos, é importante considerar o alerta de Marx (1993), que a emancipação política não se constitui como uma forma final de emancipação humana, embora reconheça como um grande progresso, por isso, aqui impera, que o debate dos Direitos Humanos deve estar articulado ao horizonte da mudança, da transformação, em que esteja implicado o compromisso político de emancipação humana, de “restituição do mundo humano e das relações humanas ao próprio homem” (MARX, 1993, pg. 63), ou seja, por uma ordem social como uma forma de organização de sociedade,

onde todos e todas possam ter uma vida digna, portanto, num contexto de efetiva e plena liberdade.

Fica evidente que a defesa intransigente dos direitos humanos implica na luta contra a barbárie do capital, tendo a emancipação humana como bússola necessária, superando as raiz que dividem a sociedade em classes, mesmo diante das inúmeras contradições postas e dos limites presentes em uma sociedade sob égide do capital. Nesse estreito horizonte do direito burguês, é também fundamental, as lutas dos movimentos de resistência, que se articulam com a ação prática, valoriza-se neste estudo, a luta dos diversos movimentos sociais no terreno do cotidiano, ainda que seja no interior da ordem do Capital.

Ocorre que os direitos dos jovens construídos a partir dessas terminações do Estado, tem na história, um solo marcado por enfrentamentos e o reconhecimento dos mesmos, como sujeitos de direitos, o contexto e as condições em que os jovens se desenvolvem dentro processos de violência estrutural, reflexo de uma sociedade marcada pela desigualdade social. Portando, afetados pelas diversas e variadas manifestações da questão social, das múltiplas formas de discriminação, opressões e desigualdade em suas vidas cotidianas, que se fundam em padrões societários: o patriarcado, herança escravocrata, colonial e o modo de produção capitalista (MONTAÑO, 2021), ou seja, sobre a luz de Gonçalves (2018) e Saffioti (1987), o racismo e o patriarcado são base de sustentação do modo de produção capitalista, assim sendo, elementos fundamentais para o processo de exploração e opressão, e, determinantes nas condições de vidas das juventudes, a partir dessas raízes patriarcal, de herança escravocrata e colonial.

Neste sentido, as juventudes se configuram como parte da sociedade que mais vem sendo afetadas pelas diversas expressões da questão social (SCHERER, 2013). Os indicadores desse segmento social apontam para altos índices de mortalidade, desemprego, envolvimento com tráfico de drogas entre outros. Por isso, é fundamental dar visibilidade às expressões da questão social que se manifestam na realidade das juventudes, assim como, a superação da ótica do consumo de mercadorias e do preconceito, que os generalizam como “infratores”. As percepções da categoria juventude passaram por um processo de muitas transformações ao longo dos séculos, e acerca da concepção de juventude, Scherer (2013) refere-se como:

Uma categoria que se revela extremamente heterogênea, que muitas vezes é concebida de um modo peculiarmente preconceituoso, que desencadeia diversos processos perversos, esfumando a complexidade do fenômeno que se torna cada vez mais intenso na contemporaneidade: a violação de Direitos Humanos relacionados às juventudes. (SCHERER, 2013 p. 15)

Por isso, é de grande necessidade a compreensão da categoria juventude como construção social. A manifestação das juventudes no Brasil é tratada como problema social, visto como um período de transgressão.

O reconhecimento legal das juventudes como sujeitos de direitos, tem seus antecedentes concepções menoristas, cunhadas com a aprovação dos Códigos de Menores em 1927 e 1979, sendo que, mesmo com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, que promoveu um novo paradigma ético e jurídico de cuidado e proteção à infância e à adolescência, não contemplava de forma ampla a juventude, se restringindo a adolescência. A partir do ano de 2004, foram aprovados dois projetos de

lei importantes para os direitos da juventude, PL nº 4.529, que dispunha sobre o Estatuto da Juventude, e o PL nº 4.530, que propunha a implementação do Plano Nacional de Juventude, com o propósito de garantir a proteção e a materialização dos Direitos Humanos desses sujeitos (SCHERER, 2013). O ano de 2005, marca um importante acontecimento na história dos direitos da Juventude, com a criação da Secretaria Nacional da Juventude - SNJ, destinados aos jovens na faixa etária entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, e do Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE e, posteriormente, do Estatuto da Juventude (2013), propondo uma interação com o ECA.

É importante refletir que embora existam essas conjugações de compromissos, assumidos no âmbito nacional e internacional, os direitos das juventudes são cotidianamente desrespeitados e violados, nos tempos contraditórios de ampliação da desigualdade da vida das juventudes, o Estado vem negando a dignidade humana, negando o direito à vida, evidenciados através dos dados que se apresentam da realidade. Esses dados, apontam de maneira expressiva, o envolvimento de jovens como vítimas de violência ou agressores, sendo que, alguns dos aspectos que provocam a violência têm relação direta com a questão social. De acordo com o Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Atlas da Violência, produzido pelo Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), dos 45.503 homicídios ocorridos no Brasil em 2019, 51,3% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos. São 23.327 jovens que tiveram suas vidas perdidas prematuramente, em uma média de 64 jovens assassinados por dia no país.

Os trágicos dados, expõe o contexto de violações dos direitos humanos das juventudes, observa-se que a impossibilidade de efetivação dos

direitos desse segmento social está intrinsecamente ligado às determinações da totalidade, no contexto de ampliação de perspectivas neoliberais na realidade brasileira, enquanto forma ideológica de relação entre Capital e trabalho, e com enxugamento dos investimentos, nada mais é, que um “estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital” (NETTO; BRAZ, 2008, P. 227), com isso, agrava ainda mais a realidade, o estado coloca limites significativos à garantia de direitos, nesse processo de mascarar as demandas da juventude. No próximo item será debatido acerca dos dados de mortalidade juvenil, compreendido enquanto a expressão mais trágica de uma trajetória de violações de direitos para as juventudes.

O Juvenicídio para além das Aparências Fenomênicas: uma investigação sobre vidas jovens ceifadas.

O juvenicídio, compreendido como uma expressão da questão social, resultante da destruição das possibilidades de construção de perspectivas de futuro, reifica e descartabiliza diariamente corpos jovens e negros nos territórios desse país. Marcam a história de vida de muitas pessoas nas periferias brasileiras que têm as suas histórias (in)visibilizadas pela perspectiva neoconservadora, que alimenta os discursos da criminalização da pobreza, cada vez mais presente no cenário Brasileiro.

Evidentemente, tal fenômeno, apesar de adquirir maiores proporcionalidades nas últimas décadas, não é novo; se constituindo com novas roupagens da velha dinâmica de destruir vidas humanas em favor da acumulação de riquezas. O capitalismo brasileiro se consolidou por meio de um processo constitutivo de marcas profundas de seu passado colonial, enquanto uma colônia de exploração, reabsorvendo e redefinindo as

desigualdades presentes nas relações raciais do passado escravista por meio do advento do trabalho “livre” e de novas condições sócio-históricas (FERNANDES, 2008). Com o desenvolvimento das forças produtivas na realidade brasileira, que mantém intocável os privilégios de uma burguesia submissa aos desígnios do capital internacional, reforça-se a prerrogativa dos atributos das coisas em detrimento das relações sociais que as qualificam (IAMAMOTO, 2007). Reifica-se a vida humana no momento que esta é transformada em um objeto, sem utilidade, descartado na lógica da produção mercantil de valores na dinâmica do capital em seu atual momento histórico. Tal lógica é fruto das relações sociais na órbita dos interesses do capital, mas que ganham particularidades em países de desenvolvimento capitalista dependente e periférico, como é o caso do Brasil.

Nesse sentido, investigar o juvenicídio se constitui em uma tarefa necessária, a fim de desvendar, para além das aparências fenomênicas a realidade de violação de direitos em que as juventudes se inserem. Importante considerar que, apesar dos avanços no que diz respeito ao reconhecimento das juventudes como sujeitos de direitos, especialmente com a aprovação da lei nº 12/852 que institui o Estatuto da Juventude, esse segmento social vivencia um intenso processo de violação de direitos, com precárias e parcas políticas públicas. Segundo Scherer (2017) as políticas de juventude no Brasil seguem uma tendência de focalização na pobreza e inserção no mercado do trabalho, se constituindo em uma promessa civilizatória perversa, calcada em um constructo ideológico fetichizado que refere a “qualificação profissional” como único elemento para a empregabilidade e resolução das demandas juvenis. Essa concepção, ao mesmo tempo em que acarreta na ocultação das complexas relações da crise

estrutural do capital em um país de desenvolvimento tardio e periférico, também acaba por reduzir a ideia de direitos das juventudes na precária inserção laboral desse segmento social.

No âmbito desse debate, a própria compreensão de juventude, muitas vezes, mostra-se difusa e com pouca nitidez conceitual no âmago das próprias políticas públicas. No âmbito da presente análise não se desconsidera, mas buscou superar a simples análise etária do segmento juvenil. Conforme a Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. Mais do que “parâmetros etários”, fundamentais no que se referem às políticas públicas, as juventudes se constituem em uma construção social, tecida ao longo do tempo, que se relaciona a inúmeros elementos que se condensam na concepção de “juventude”. Importante considerar que as juventudes se constituem, como expressão da diversidade humana que encontra na própria relação social, pactuada e construída por dada sociedade, as formas e possibilidades de convivência e de crescimento humano, que as viabilizam ou as reprimem (CALIARI, 2021).

Ao abordar o conceito de *juventude*, é importante salientar a premissa da diversidade, já bastante consolidada nos estudos acerca da temática, como os de Dayrell (2003) e Sposito (2009), com a defesa de um olhar para as similaridades encontradas nessa parcela da população não encubram especificidades de classe, gênero e raça/etnia. Isso significa destacar a necessidade de compreender as cadeias de mediações presentes nas relações sociais tecidas no atual contexto histórico, considerando a centralidade do debate de luta de classes na análise de juventude, mas sem desconsiderar as diversas manifestações juvenis no que diz respeito a raça/etnia, gênero,

diversidade sexual, bem como diversos elementos que caracterizam esse segmento social (SCHERER, 2020).

Calçados nesses pressupostos, a investigação teve como objetivo analisar como vem se constituindo a relação entre os altos índices de mortalidade juvenil e o acesso das juventudes às políticas públicas no Rio Grande do Sul, a fim de subsidiar ações no âmbito da proteção social para esse segmento. Observa-se que no estado do Rio Grande do Sul houve aumento na quantidade de jovens assassinados, apontando o crescimento de 58% referente ao intervalo de 10 anos, entre 2006 à 2016. Nesse sentido, aponta-se que em 2006 a taxa de homicídios do estado estava em 18%, o que em 2016 sobre para 28,6%, que em números absolutos refere-se a 1983 para 3225 homicídios (IPEA/FBSP, 2018). Sendo assim, o presente estudo procurou problematizar a realidade das juventudes para além dos números anunciados cotidianamente pelos atuais meios de comunicação, buscando identificar alguns fatores que incidem nesse quadro de violações de direitos humanos. Além de levantar quantitativamente os dados acerca da realidade de Porto Alegre/RS, enquanto a cidade escolhida como amostra para esse estudo, no que se refere às mortes por homicídios das juventudes, buscou-se analisar a sua trajetória no âmbito das políticas públicas, bem como, valorizar a análise da realidade da violência homicida pelos jovens e familiares que vivenciam nos territórios com os maiores índices de mortalidade juvenil na cidade.

A pesquisa envolveu um conjunto de investigadores das áreas do serviço social, psicologia, direito, sociologia e educação; bem como integrantes de movimentos sociais que buscaram, ao longo de três anos, investigar o fenômeno do juvenicídio por meio de um cuidadoso e complexo

processo de pesquisa. A investigação foi desenvolvida a partir de uma articulação entre o Grupo de Estudos em Juventude e Políticas Públicas da UFRGS e a Frente de Enfrentamento Mortalidade Juvenil em Porto Alegre – FEMJUV; unindo esforços entre universidade e movimentos sociais, na perspectiva da construção de um saber com o intuito de incidir acerca da garantia à vida das juventudes².

A pesquisa foi constituída por meio de três etapas. A primeira etapa do presente estudo buscou aprofundar o tema, bem como buscar autorizações institucionais e éticas para a realização da investigação. Importante considerar sobre a investigação, que ao longo de todas as suas etapas e divulgação de seus resultados, observou-se com atenção as orientações e normativas éticas em vigência no país, com especial destaque para a Resolução 510/2016 na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP. A ética na pesquisa constitui elemento transversal em todo o estudo, na observância de todos os direitos dos participantes da pesquisa. Nessa etapa da investigação, com as aprovações éticas necessárias para o andamento do estudo, buscou-se realizar uma análise dos dados de mortalidade juvenil no Brasil e no Rio Grande do Sul. Para a sua realização, foram incluídos intencionalmente na investigação dados públicos e já publicados, bem como, foi realizada análise documental dos dados brutos do Sistema de Informação de Mortalidade – SIM³.

² A investigação foi possível de ser realizada por meio do financiamento público mobilizado por meio do edital ARD/2019 da Fundação de Amparo à Pesquisa no Rio Grande do Sul – FAPERGS e contou com os aportes da Bolsa Produtividade em Pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI) por meio da concessão voltada para o coordenador do estudo.

³ O Sistema de Informação Sobre Mortalidade - SIM desenvolvido pelo Ministério da Saúde, em 1975, é produto da unificação de mais de quarenta modelos de instrumentos utilizados, ao longo dos anos, para coletar dados sobre mortalidade no país. Possui variáveis que permitem, a partir da causa mortis atestada pelo médico, construir indicadores e processar análises epidemiológicas que contribuam para a eficiência da gestão em saúde (BRASIL, 2017).

No âmbito desse sistema foi realizada análise dos dados específicos de mortalidade juvenil, dos jovens de 12 até 29 anos, vitimizados na cidade de Porto Alegre nos anos de 2015 a 2019. Buscou-se realizar diversos cruzamentos de dados, com o intuito de perceber com mais profundidade como vem se constituindo o fenômeno da mortalidade juvenil (perfil dos jovens mortos, territórios onde ocorreram as mortalidades, principais causas, entre outros). A partir dos dados tabulados pelo Sistema de Informação de Mortalidade – SIM, foi possível construir uma *Cartografia* da mortalidade juvenil em Porto Alegre, levantando dados sobre a situação dos territórios mais particularmente afetados pela mortalidade juvenil. Como *locus* dessa prática cartográfica, foram selecionados os três bairros da cidade com os maiores índices de mortalidade juvenil.

A *segunda etapa* da pesquisa, buscou analisar as trajetórias de jovens vítimas de homicídios na cidade de Porto Alegre no âmbito das políticas públicas de assistência social, educação e socioeducação (no que se refere ao cumprimento de medida socioeducativa), por meio de uma análise documental nos registros de tais políticas. Para a realização dessa etapa foram selecionados, de forma aleatória, seis jovens vítimas de homicídios no ano de 2018 nas três regiões mais afetadas pela mortalidade juvenil na cidade de Porto Alegre (somando 18 jovens). Tais informações foram coletadas por meio dos dados fornecidos pela Secretaria de Saúde e presente nos bancos de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM. Com base nos dados pessoais das 18 jovens assassinados, foi realizada a análise documental nos registros das políticas públicas no âmbito dos serviços da rede de assistência social, educação, conselho tutelar e socioeducação; objetivando levantar informações acerca das trajetórias desses jovens no âmbito dessas

políticas públicas, com o intuito de analisar os acessos e as lacunas no âmbito da proteção social juvenil.

Na *terceira e última etapa da investigação*, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com vinte e três (23) participantes que contribuíram com seus relatos orais para uma compreensão mais aprofundada acerca da realidade do juvenicídio. Compuseram esse grupo nove (9) trabalhadores de políticas públicas que atuam nos territórios com maiores índices de mortalidade juvenil na cidade de Porto Alegre; três (3) responsáveis por jovens que residem em cada um dos territórios investigados e dez (10) jovens com idades entre 14 e 24 anos moradores dos territórios com maiores índices de mortalidade juvenil. A presente investigação utilizou a *Análise de Conteúdo* para interpretar os dados coletados. Por meio desse caminho metodológico foi possível compreender aspectos fundamentais acerca da mortalidade juvenil que serão apresentados, de forma sintética, no próximo item do presente capítulo.

Expressões do Juvenicídio nas Trajetórias Juvenis: Uma análise acerca da violência letal em Porto Alegre/RS

Porto Alegre está entre as capitais com maiores taxas de homicídios, sendo a que apresenta maior taxa de homicídio do Sul do Brasil, ficando à frente de cidades como Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, São Luís/MA e Vitória/ES (CERQUEIRA, 2019). A análise dos dados da investigação revela que foram 2.794 assassinatos ocorridos entre 2015 e 2018 na capital gaúcha, sendo os adolescentes de 12 a 29 anos mais vitimados do que pessoas das demais faixas etárias, apresentando 54,5% e 45,5% de homicídios respectivamente. O elevado número de homicídios de adolescentes e jovens

indica as marcas do juvenicídio na cidade de Porto Alegre, sendo observado um aumento nos índices a partir dos 15 anos de idade que se intensificam principalmente a partir dos 16 até os 23 anos de idade, com um agravamento nos índices de mortalidade aos 18 anos. Ressalta-se que, especialmente nessa faixa etária observam-se poucas e pontuais políticas de proteção social, indicando a necessidade de construção de políticas públicas que possam de forma efetiva, materializar a real proteção social para as juventudes.

Identificou-se que dos 1.523 homicídios registrados em Porto Alegre ocorridos entre os anos de 2015 e 2018 ocorreram, em números absolutos, mais homicídios de jovens e adolescentes da raça/cor branca, com 864 (56,73%); seguida da negra, com 622 (40,84%); da amarela, com 07 (0,46%); a indígena não apresentou nenhum registro de homicídio; além de 30 (1,27%) de esses homicídios terem sido registrados como “ignorado”. Contudo, há que se considerar que a população negra correspondia, em 2010, a somente 20,24% da população no município de Porto Alegre⁴. Assim, ao analisar proporcionalmente as taxas de mortalidade de adolescentes e jovens no município, considerando o índice populacional deste segmento social, constata-se que Porto Alegre segue a tendência nacional de vitimização maior de jovens negros do que brancos por homicídios: no período estudado de 2015 a 2018, os adolescentes e jovens negros vitimados representam 0,22%, ao passo que os brancos representam 0,08%.

⁴A população de Porto Alegre, segundo o Censo de 2010, contava com um total de 1.409.351 de habitantes. Destes, 79,23% se autodeclararam brancos e 20,24% de pessoas se autodeclararam negras e/ou pardas. Os dados mais recentes divulgados pelo IBGE (disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>), estimam que a população em 2020 nesse município chegava a 1.488.252 pessoas.

Nesse aspecto, observa-se que o racismo estrutural se constitui como pilar que sustenta o juvenicídio na realidade brasileira, tanto suas expressões sócio-territoriais, como nos relatos orais ao longo da investigação. O racismo se configura como uma construção social que se consolida como mediação fundamental no desenvolvimento das relações sociais na atualidade, sendo que, na perspectiva de Eurico (2020), racismo e capitalismo possui uma intrínseca articulação fortalecida pela ideologia racial, essencial para a dinâmica das relações sociais na contemporaneidade. Reconhecer que racismo é parte constitutiva das relações sociais que são produzidas e reproduzidas na realidade contemporânea, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (ALMEIDA, 2019).

Isso fica evidente ao analisar a cartografia produzida pelo presente estudo na cidade de Porto Alegre, uma vez que os bairros que concentram os maiores índices de mortalidade juvenil são as localidades com maior concentração da juventude negra da cidade. Observa-se que os bairros mais violentos para adolescentes e jovens no município de Porto Alegre, com base no período nos homicídios ocorridos de 2015 a 2018, são a Restinga (17,68%), Lomba do Pinheiro (11,17%) e Sarandi (10,41%). As análises dos indicadores sociais dos três bairros apontam para altas taxas de analfabetismo, pobreza, condições precárias de moradias, falta de acesso a políticas públicas, dentre outras estatísticas que revelam um processo constante de violações de direitos. Tais são atravessados pela dinâmica do racismo estrutural, uma vez que os dados evidenciam um maior impacto da violação de direitos para a população negra, sendo que recai sob essa

população o caráter punitivista de Estado Penal, que marca presença em uma conjuntura de avanços neoliberais.

A dinâmica do racismo estrutural como pilar do juvenicídio também se expressa nos relatos orais dos participantes da pesquisa, como na afirmação do jovem Wakanda (20 anos): *“É uma coisa que eu acho muito horrível é por ser negro, tu já ser classificado como uma pessoa ruim”* (Wakanda, 20 anos). O relato do jovem revela um traço marcante do racismo estrutural, se constituindo como expressão do processo de (in)visibilização. Na perspectiva de Soares (2007) a (in)visibilidade decorre, principalmente, do preconceito ou da indiferença, uma vez que uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre o indivíduo um estigma ou preconceito, pois a (in)visibilidade é sinônimo de solidão e incomunicabilidade, falta de sentido e valor. Esse aspecto também se expressa no relato do jovem abaixo:

– Eu sou muito adepto de música e numa delas fala exatamente isso *“No século XXI, a cada 23 minutos morre um jovem negro. E você é negro que nem eu, pretinho. Não ficaria preocupado?”* Lógico. Lógico. *É literalmente um bingo pra ver se tu morre ou não. Tipo sabe... um jogo da sorte, uma roleta russa, um... Sabe? E no final quem embaralha o jogo é a morte. Então, faz 16 anos que eu tô contrariando a estatística. Isso não é questão de sorte. Então, eu não me vejo como um sortudo, mas sim como sobrevivente, sei lá.* (José, 16 anos)

Os relatos orais coletados pela investigação evidenciam o cotidiano de insegurança vivenciado pela juventude, provocado, além das relações violentas entre facções criminais, a constante política repressiva e criminalizadora da política de segurança pública nesses territórios voltadas a essas populações. A forma violenta das abordagens, reproduzindo estigmas

que colocam sob todos os moradores desses territórios como sujeitos “suspeitos”, se constituem como um elemento constante durante as entrevistas da investigação. A forma pela qual tais ações vêm se constituindo o âmbito desses territórios está intrinsecamente relacionada à face penal do Estado, que tende a estender o seu ‘manto punitivo’ especialmente para as pessoas que mais sofrem com a dinâmica da insegurança na sociedade contemporânea, constituindo-se uma forma seletiva e pontual de tais abordagens

– Eu não gosto de polícia. Pelo fato de eles serem abusados, eles serem... Só por que eles acham...[...] Eles acham que podem fazer o que quiser com a gente, né? Amigos meus, muitas vezes... Eles pegavam, revistavam, “Ah não, agora a gente vai dar uma banda”... E... *Nessa banda, eles levavam pra um lugar esquisito, quebravam eles...* (Japa, 20 anos).

A violência policial se constitui como um dos reflexos das políticas neoliberais, retraídas da perspectiva da proteção social, mas presente em ações punitivistas, violentas e criminalizadoras das juventudes pretas, pobres e periféricas no contexto atual. Os relatos dos participantes da pesquisa revelam uma série de violências que se materializam em suas trajetórias de vida de inúmeras formas: o caráter seletivo da “guerra às drogas”, a forma violenta das abordagens policiais, a insegurança diante da desproteção dos órgãos de segurança pública e o medo perante as relações violentas entre as facções, são apenas alguns presentes nas experiências sociais dos participantes que se relacionam o mesmo fenômeno: a presença do Estado penal no enfrentamento à violência do narcotráfico nos territórios.

Nesse contexto, enquanto o Estado Penal avança se precarizam de forma intensa as políticas de proteção social para as juventudes,

especialmente após os 18 anos de idade. Os relatos orais da investigação apontam ausências de políticas públicas para o público juvenil, demonstrando que os avanços presentes no atual Estatuto da Juventude se materializam de forma pontual e pouco articulada nas trajetórias juvenis, como pode ser observado no relato abaixo de um trabalhador de políticas públicas em um dos territórios investigados:

- O que nós temos para fornecer de política pública na área da cultura, do esporte... o que nós temos? É quase nada [...] Tem que ter uma articulação da política de segurança fundamental no processo que venha a trabalhar a redução da mortalidade juvenil; a política de educação no sentido de inserir os adolescentes; a política de renda [...] realmente, nós temos essa dívida extremamente importante, grande assim... com o público jovem em situação de vulnerabilidade (PROFISSIONAL 04).

A análise dos relatos orais dos participantes da pesquisa, sendo jovens, familiares e profissionais evidenciam que a desproteção social juvenil se constitui como um dos elementos centrais para fomento do processo de juvenicídio, sendo que a falta de políticas públicas se constitui como elemento propulsores da mortalidade juvenil. A relação entre políticas de proteção social e juvenicídio é demonstrado em diversos estudos, dentre eles destaca-se a Nota Técnica Indicadores Multidimensionais de Educação e Homicídios nos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios (IPEA, 2016), onde demonstra-se que para cada 1% a mais de jovens entre 15 e 17 anos nas escolas, há uma diminuição de 2% na taxa de assassinatos. Observa-se, acerca da importância do investimento em políticas sociais para o enfrentamento ao contexto de mortalidade juvenil.

A investigação também procurou analisar os registros de acesso às políticas públicas de jovens que foram vítimas de juvenicídio na cidade de Porto Alegre revela importantes lacunas na proteção social voltada para crianças, adolescentes e jovens na capital gaúcha. As análises dos prontuários das políticas públicas evidenciam fragilidade nos registros, bem como, demonstram poucas passagens dos jovens e de seus familiares junto a políticas de saúde e assistência social. A maior parte dos registros se concentra na política de educação, sendo que as trajetórias educacionais dos jovens assassinados a presença de trajetórias escolares não lineares (com episódios de infrequência escolar, abandono e distorção idade-série) na maioria dos percursos juvenis. Observa-se fragilidade na proteção social juvenil no âmbito das políticas de saúde, assistência social e educação; por outro lado, aponta-se a presença da dimensão punitiva do Estado na maior parte dos registros estudados. Dos 10 dos 18 jovens que compuseram a pesquisa possuíam registros de atendimento socioeducativo, evidenciando a presença do avanço do Estado Penal em detrimento à perspectiva de proteção social juvenil.

Conforme aponta Wacquant (2011), a ação do Estado Penal se calca em fundamentos liberais clássicos e eugênicos, sendo uma resposta à retração do Estado Social diante do avanço neoliberal. A retração do *welfare* estendeu-se para abranger o controle punitivo do crime numa chave pornográfica e gerencialista, pois a “mão invisível do mercado” suscita o “punho de ferro” do Estado Penal, por meio de uma virada punitiva direcionada para a pobreza. (WACQUANT, 2011). Evidentemente o Brasil, enquanto país de capitalista dependente e periférico, não experimentou as experiências do *welfare* - de um Estado de Bem Estar Social, como os países de capitalismo

central, mas vivencia a forte presença do Estado Penal, com marcantes raízes punitivistas cada vez mais ampliada diante do avanço de políticas neoliberais e neoconservadoras. Arend (2020), ao analisar a constituição do Estado Penal no Brasil, afirma que sua consolidação se constitui a razão de ser da formação sócio histórica de uma sociedade punitivista, que apela ao autoritarismo frente às crises, sendo que o punitivismo é uma forma de atuação do Estado, ampliando a violência estrutural, especialmente para populações que vivenciam intensamente condições de vidas subalternas.

A fragilidade da proteção social evidencia a mão punitiva do Estado Penal, enquanto um reflexo da crise estrutural do capital. Nesse contexto, em tempos de avanço neoliberal e neoconservador, mostra-se fundamental a luta pelos direitos à vida das juventudes, sendo que as políticas de proteção social centrais nesse processo.

Considerações finais

O juvenicídio se constitui como um fenômeno presente nas trajetórias das juventudes brasileiras, sendo que o seu desvendamento é fundamental diante dos desafios postos na realidade concreta. A partir desses desafios de tempos contraditórios e de constantes embates, o presente artigo procurou apresentar importantes reflexões acerca da realidade das juventudes brasileira, articulado com a pauta de inserção dos Direitos Humanos na perspectiva crítica, que busque a construir caminhos que efetivem a dignidade humana desses segmentos sociais, reconhecendo a necessidade que essa luta esteja conectada a luta de classe.

Os dados do estudo analisado no presente capítulo apontam para diversos elementos que contribuem com o aumento da mortalidade juvenil,

considerando o juvenicídio como resultado de múltiplas precarizações provenientes da forma pela qual as relações sociais em uma sociedade capitalista são constituídas. O racismo estrutural, a precarização do mundo do trabalho (e a inclusão precária no mercado do tráfico de drogas), a violência policial e a falta de proteção social na vida das juventudes são alguns dos múltiplos elementos que compõem o juvenicídio. Apesar de distintos, todos esses elementos se relacionam à forma perversa que o modo de produção capitalista tem incidido na vida e na morte da população, especialmente diante do avanço neoliberal que tem corroído os modos e as condições de vida da classe trabalhadora.

Analisar o real em seu complexo movimento mostra-se fundamental na perspectiva de fazer enfrentamento a cortina de fumaça ideológica que naturaliza mortes e abre possibilidades para destruir a proteção social por meio dos perversos discurso neoliberais e neoconservadores, que servem, unicamente, para encharcar de sangue jovem o solo das periferias brasileiras em nome do acúmulo de capital. O juvenicídio, enquanto a expressão mais trágica de uma trajetória de violações, só poderá ser enfrentado por movimentos contrários ao avanço neoliberal e neoconservador, na direção de processos sociais emancipatórios que possam materializar direitos de forma concreta para as juventudes brasileiras.

Referências

ALMEIDA, Silvio de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

AREND, Kathiana P. **Violência, Punitivismo e Criminalização da Pobreza: as raízes do estado penal à brasileira.** Curitiba/PR: Editora CRV, 2020.

CALIARI, Hingridy Fassarela. **Uma crítica aos Estudos das juventudes a partir de Georg Lukács.** Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana)-Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2021.

CARBONARI. **Direitos humanos: uma reflexão acerca da justificação e da realização.** In: CARBONARI, P. C.; H. A. (Orgs). Direitos humanos desde Passo Fundo. Passo Fundo/RS, Brasil: Comissão de direitos humanos de Passo Fundo(CDHPF), 2004.

CAVALLI FRANÇA, M. **Violência estrutural: enfrentamentos para o serviço social.**Revista Intertemas, v. 5, p. 1-21, 2009.

CERQUEIRA, Daniel.; BUENO, Samira. (Coord.). **Atlas da violência 2021.** Brasília: Ipea; FBSP, 2021. Acesso em: 20 fev. 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>

Costa, Renata Gomes Da; Rafael, Josiley Carrijo. **Questão Social E Sua Particularidade No Brasil: Imbricação Entre Patriarcado-Racismo Capitalismo.** Revista Temporalis. .21.n. 42. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36479> Acesso em 10 setembro 2022.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. Revista Brasileira de Educação, n. 24, set./out./nov./dez.2003.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

EURICO, Márcia. **Racismo na Infância**. São Paulo/SP: Cortez, 2020

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 5.ed. São Paulo: Globo, 2006.

FLORES, Joaquin Herrera. **A (Re) invenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteaux, 2009.

HARVEY, David. **A produção capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IASI, Mauro. O direito e a luta pela emancipação humana. In: **Coletânea Direitos humanos e serviço social: polêmicas, debates e embates**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

IPEA/FBSP. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2018**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

KONZEN, Afonso. **Fundamentos do sistema de proteção da criança e adolescente**: Porto Alegre, 2012. Revista do Ministério Público do RS.

MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

_____. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo. Boitempo, 2015.

MONTAÑO, Carlos. **Identidade e classe social: uma análise crítica para a articulação das lutas de classes e antiopressivas**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021.

NETTO, José Paulo: BRAZ, Neto. **Economia política: uma introdução crítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PASSONE, Eric; PEREZ, José. **Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, v.40, n.140, p. 649-673, maio/ago. 2010

SCHERER, Giovane. **Serviço Social e arte: juventudes e direitos humanos em cena**. São Paulo: Cortez, 2013.

_____, Giovane Antonio. **Juventudes, (In)segurança e Políticas Públicas: a proteção social no Brasil**. Curitiba/PR. Ed. Juruá, 2017

SCHERER, Giovane Antonio. Notas sobre juventude, classe social e política. **Argumentum**, Vitória, v. 12, n. 1, p. 22-31, jan./abr. 2020. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/30126>. Acesso: 10 de mar. 2022

SCHERER, Giovane Antonio. Territórios Violentados e Vidas Descartáveis: a dinâmica espacial do capital diante da crise estrutural. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 18, n. 2, p. 51-265, 2018. Disponível em: <http://revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/10904/209209210378>. Acesso em: 20 mar. 2022.

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SPÓSITO, Marília Pontes. **O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. 2 v.

VALENZUELA, José Manuel. (org). **Juvenicidio: Ayotzinapa y las Vidas Precarias em América Latina y España**, NED Ediciones. Barcelona, 2015.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011

WOLF. Maria Palma. **Direitos humanos e direitos da criança e do adolescente: processo de construção e realidade brasileira. infâncias, adolescências e juventudes na perspectiva dos direitos humanos: onde estamos? para onde vamos?.** Porto Alegre. Edipucrs, 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita: **Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro**. Serv. Soc. Rev., Londrina, V. 21, N.1, P. 183-194, Jul./Dez. 2018.

SOBRE OS JOVENS AGRICULTORES FAMILIARES

Nilson Weisheimer

Introdução

O título deste capítulo visa chamar atenção para a especificidade dos jovens agricultores familiares.¹ Estes jovens são protagonistas das dinâmicas de produção e reprodução social das formas familiares de fazer agricultura, e agentes sociais estratégicos para um novo projeto de desenvolvimento rural sustentável. Atualmente representam 27% da população ocupada na agricultura familiar, equivalente a um contingente de aproximadamente 3 milhões de pessoas com idades entre 15 a 29 anos (IBEG, 2019a). Contudo, ainda persiste sobre estes jovens certa invisibilidade social, política e acadêmica, além de muito desconhecimento, que obstaculizam o seu reconhecimento como sujeito de direitos. Esta comunicação procura despertar o interesse pela produção do conhecimento sobre esses jovens.

Nosso roteiro busca situar o lugar social dos jovens agricultores familiares, ou seja, reconhecer a especificidade sociológica desta categoria. Para isso, é necessário partir de alguns fundamentos que nos permitam chegara uma compreensão objetiva da situação juvenil na agricultura familiar, no Brasil atual. “Em termos de uma perspectiva interpretativa se pretende totalizadora, histórica e participante, uma vez que enfatiza as

¹ Este capítulo é resultado da transcrição revisada pelo autor da aula intitulada Jovens Agricultores Familiares, ministrada em 01 de junho de 2022, no Curso de Extensão Juventude e Educação, promovido pelo GEPEJUVE UFRGS.

projeções de futuro” dos jovens (FORACCHI, p. 8 1965). Assim, entendo que poderemos ter respostas para os impasses na sucessão geracional na agricultura familiar, a partir da perspectiva dos próprios jovens, superando as abordagens adultocêntricas que ainda se fazem presentes neste debate.

Nesta comunicação proponho que façamos um percurso que apresente em resumo algumas categorias fundamentais da sociologia da juventude. Num segundo momento, exponha uma panorâmica da questão agrária e agricultura familiar no Brasil, pensando, principalmente, em quem ainda não está familiarizado com o tema. Por fim, os principais resultados obtidos com a agenda de pesquisa sobre a situação juvenil da agricultura familiar realizadas nos estados do Rio Grande do Sul e da Bahia. De certo modo, este capítulo, é um convite à investigação do conjunto de mecanismos e processos que presidem a constituição dos jovens agricultores familiares como categoria social, assim como, para construção de ações que transformem suas condições de existência, e viabilize seus projetos e aspirações futuras.

Algumas Categorias Fundamentais da Sociologia da Juventude

A juventude aparece como uma construção social, cultural e histórica bastante complexa. Podemos dizer que ela reflete os processos de individualização e racionalização crescentes iniciados na modernidade. O fundamental para sua construção como categoria sociológica, é ter presente que não se constitui simplesmente por meio de princípios naturais ou determinações biológicas. Como expressão da vida social, a juventude

aparece como uma categoria que não pode ser definida em função de um único aspecto ou característica².

Reconhecer a complexidade de um fenômeno sociológico não equivale a negar sua possibilidade de compreensão e sistematização, através de conceitos gerais e válidos para múltiplas realidades. Deste modo, não podemos nos furtar em sistematizar as categorias de análise necessárias ao estudo dos fenômenos juvenis. Passo agora a apresentar algumas definições sintéticas, de caráter teórico-operacional, que venho utilizando para as categorias: *juventude, jovens, condição juvenil; situação juvenil e socialização*.

Atualmente podemos compreender que a juventude é uma categoria relacional (BOURDIEU, 2019), que está em reciprocidade total com a sociedade (MANNHEIM, 1968). Conforme definição de Marialice Foracchi, trata-se de uma categorial multidimensional, visto que, “a juventude é, ao mesmo tempo, uma fase de vida, uma força social renovadora e um estilo de existência” (FORACCHI, 1965, p. 302). A juventude é, portanto, uma representação social complexa, que confere sentidos ao pertencimento a uma faixa etária, posiciona os sujeitos na hierarquia social, ao longo de uma transição que vai da situação de plena dependência da infância a almejada autonomia na vida adulta. Neste sentido, devemos buscar os sentidos da juventude como algo que é produzido em determinados contextos de interação social. Portanto, para conceber a juventude como categoria sociológica é importante “pensá-la como forma de um espaço de relações sociais” (BOURDIEU, 1998, p. 28).

O jovem é o indivíduo em circunstâncias de contato original com a sociedade. Por jovens designamos os sujeitos históricos cujas trajetórias

²Esta sessão se baseia no Capítulo 2 - Juventude como Categoria Sociológica, do livro *A Situação Juvenil na Agricultura Familiar* (WEISHEIMER, 2019a).

envolvem processos de socialização que visam efetivar a transição da condição social de dependência da infância à autonomia na “vida adulta”. Isso porque, o jovem aparece como “um ser socialmente dependente, em busca de recursos eficientes de autonomia ou de emancipação” (FORACCHI, 1965, p. 18). Logo, o jovem é o indivíduo que se encontra em uma situação social liminar e transitória.

Conforme Marília Sposito (2003), a *condição juvenil* corresponde ao modo como a sociedade constitui e atribui significados às juventudes em determinadas estruturas sociais, históricas e culturais, implicando um modo de ser jovem, determinado por estruturas sociais mais amplas (SPOSITO, 2003). Esse conceito corresponde ao modo como a sociedade posiciona os jovens em determinadas estruturas sociais. Mais do que uma faixa etária, a condição juvenil é uma posição nas hierarquias sociais, onde os jovens tendem a ocupar uma posição social subalterna aos adultos, devido à relação de dependência e manutenção (FOARACCHI, 1965). Lembrando que, esta é, ou deveria ser, por definição, uma condição transitória que se tem que superar com a passagem dos anos. Igualmente argumentam os pesquisadores da UNESCO, como WAISELFISZ (2004), que a superação da subordinação e a conquista de autonomia constituem o eixo central da trajetória que os jovens deverão percorrer.

Por sua vez, “a situação juvenil” diz respeito aos diversos percursos experimentados pela condição juvenil, ou seja, traduz as suas diversas configurações. Esta última categoria é utilizada então para referir-se aos variados processos empíricos, condições conjunturais e particularizadas das múltiplas situações em que se encontram os jovens. Estes conceitos seriam incompletos se não incorporassem a multiplicidade das formações empíricas

através dos quais o fenômeno juvenil se manifesta. Por isso, frente a diversidade das condições de vida se faz necessário pensarmos a necessidade de reconhecer múltiplas situações juvenis e diferentes tipologias de jovens, uma vez que estes vivem realidades sociais diversas, construindo experiências e identidades juvenis distintas.

Mas como podemos especificar com precisão de que jovem estamos falando? Penso que nos processos de socialização se encontram os dispositivos que irão definir a especificidade sociológica do jovem, que poderão ser representados e reconstruídos ao nível do abstrato como uma categoria de análise, como um tipo de jovem determinado. Sob tal enfoque, para conferir maior precisão analítica aos jovens como sujeitos históricos é importante considerarmos os processos de socialização nos quais eles estão inseridos. Frente a múltiplas socializações simultâneas será necessário identificar a agência socializadora predominante, que lhe confere sentido a partir de uma posição determinada no espaço das relações sociais. Isto porque, é ao longo dos processos de socialização que os jovens se constituem enquanto sujeitos históricos e como categoria social. Portanto, em termos sociológicos é a socialização que define o jovem.

Esta tomada de posição teórica rompe com as definições de caráter substancialista sobre a juventude e os jovens, possibilitando construir categorias analíticas de modo relacional (BOURDIEU, 1998), isto é, a partir de sua posição num espaço de relações sociais.

Lembramos que a socialização é uma “ampla e consciente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou setor dela” (BERGER; LUCKMAN, 1973, p. 175). Envolve processos socialmente estruturados de transmissão de saberes que permite a “produção de um

sistema de disposições que é o *habitus*, mediação entre as estruturas e a prática”(BOURDIEU, 2005, p. 296). Em vista disso, os processos de socialização são condicionados pela posição dos sujeitos na ordem social vigente, ou seja, por sua condição de classe social.

Este debate colabora para perceber a juventude como uma categoria multidimensional, que se constitui a partir de um amplo feixe de relações. Em decorrência disto, se propôs que a especificidade de cada categoria juvenil fosse apreendida por meio dos processos de socialização vividos pelos jovens. Assim, sustentamos a proposta de estudar a situação juvenil na agricultura familiar. O que requer identificar a especificidade da agricultura na formação social brasileira.

Questão Agrária e Agricultura Familiar no Brasil

Para compreender a situação juvenil na agricultura familiar é necessário considerar a questão agrária.³ Isto porque a agricultura familiar resulta diretamente do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. A questão agrária, consiste justamente na interpretação crítica dessa dinâmica do desenvolvimento do capitalismo na agricultura e da sua lei geral de acumulação. Buscando identificar a dinâmica de formação de classes sociais na agricultura; as relações entre capital e trabalho; os conflitos resultantes dos interesses objetivos desses, que engendram as lutas de classes no campo. O que apresentamos, de forma sucinta, à peculiaridade da formação social brasileira. O livro “A Questão Agrária”, de Karl Kautsky, publicado em 1899 (1980), é a referência clássica desse debate. Kautsky, examinando a realidade alemã, identificou que o desenvolvimento do capitalismo na

³Esta sessão se baseia nos artigos intitulados Capitalismo e Agricultura Familiar (WEISHEIMER, 2013), e Questão Agrária, Formação Social Brasileira e Dependência (WEISHEIMER; ARAÚJO; LEHER, 2022).

agricultura seguia o padrão já observado na industrialização, replicando a mesma lei geral de acumulação do capital - em que a produção da riqueza é indissociável da produção social da exploração, das expropriações e da pobreza. Esse desenvolvimento passava pela industrialização, pela inovação tecnológica associada à produção em larga escala na agricultura. Diante da concorrência da agricultura capitalista, os camponeses tenderiam ao esgotamento de sua capacidade de se reproduzir socialmente como produtores de mercadorias. A persistência da agricultura camponesa não seria por conta de sua eficiência técnica ou produtiva, mas pela subsunção dos camponeses ao capital em condições de vida cada vez mais precárias. Ele autor conclui que, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura desarticula o processo de trabalho camponês e suas possibilidades de autonomia impõe-lhe a proletarianização como destino inevitável.

Aqui é preciso um alerta. Esse processo descrito por Kautsky é geral e dominante no capitalismo, mas não pode ser considerado como homogêneo. No Brasil, diferentemente da Europa onde predominavam os camponeses, a estrutura produtiva no campo está assentada nas grandes propriedades fundiárias destinadas às monoculturas de exportação ou à “reserva de valor”. Portanto, nossa compreensão da questão agrária deve estar adequada às características próprias da formação social brasileira.

Para começar, é necessário considerar o processo colonizador português e o caráter que tomou a exploração agrária colonial, realizada em larga escala, através de grandes unidades produtivas, que mobilizavam um amplo contingente de escravos, para exploração dos recursos naturais destinados à produção para exportação. Como salientou Caio Prado Jr (1962), "é com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem

atenção a consideração que não fosse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira” (PRADO JR. 1962, p. 23). O que caracterizou a formação social brasileira em sua origem colonial foi o fato do processo de produção se destinar ao abastecimento do mercado internacional com produtos primários típicos das lavouras tropicais. Constantemente, incidiram determinações gerais e exteriores sobre nossas particularidades históricas, que vinculam o tipo de capitalismo dependente ao latifúndio agroexportador, desde as origens do Brasil.

Outra característica que marca a questão agrária brasileira é a sua dualidade estrutural. De um lado, o latifúndio se constituiu como uma “exploração agromercantil” que explora a mão de obra dos trabalhadores sem acesso à terra para “o fornecimento em larga escala de produtos primários aos mercados externos” (PRADO JÚNIOR, 1969, p. 11). De outro, o campesinato, descrito como “pequenos produtores que trabalham por conta própria em terras suas ou arrendadas” (PRADO JÚNIOR, 1969, p. 15), estava “voltado para a produção de gêneros de subsistência da população” (PRADO JÚNIOR, 1969, p. 13) e convertia-se, aceleradamente, em uma forma de “assalariamento disfarçado”; portanto, constituía-se como proletariado rural. (PRADO JÚNIOR, 1978).

Esta dualidade estrutural e dependência externa, que marcam o Brasil desde o período colonial, foram mantidas após a Independência. A nova nação herda, sem romper, a mesma estrutura de relações sociais de produção baseadas no latifúndio escravista agroexportador, marcando a sociedade brasileira. Mesmo após a abolição da escravatura, as forças produtivas pouco se desenvolveram. Com efeito, a formação social brasileira pode ser caracterizada, no período entre 1500 a 1930, como sendo agroexportadora.

As mudanças nas relações sociais de produção e o desenvolvimento de novas forças produtivas, principalmente após os anos 30 e até anos 2000, alteraram qualitativamente a formação econômica e social brasileira para urbano industrial. Contudo, essa nova etapa, não superou o predomínio do latifúndio e a dependência estrutural do país.

Nos anos de 1950 se elevou a compreensão de que a questão agrária precisaria ser resolvida no Brasil. O problema a superar estava na concentração fundiária remanescente do período colonial e nas relações entre o trabalho e o capital, desprovidas de direitos legais aos trabalhadores agrícolas. Entretanto, os anos de 1960 e 1970, foram marcados pela repressão aos movimentos sociais e intensificação das políticas de “modernização da agricultura”. O que significou a implementação de um novo paradigma tecnológico (a chamada Revolução Verde). Isso provocou mudanças nas relações de trabalho no campo, substituindo o trabalho dos arrendatários residentes nas fazendas por trabalhadores assalariados temporários. Remonta, também, ao ano de 1970 a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que promoveu assentamentos principalmente visando a ocupação da fronteira agrícola nas regiões centro-oeste e norte do Brasil. Esse processo resultou em uma modernização conservadora porque que não alterou a estrutura agrária.

Na década de 1980, sobressaíram as discussões em torno do grau de “integração” e “exclusão” das pequenas propriedades em relação aos complexos agroindustriais. Consideravam-se como integrados os agricultores que tinham sua produção agrícola voltada às demandas da agroindústria e do mercado consumidor. Por sua vez, os agricultores “excluídos” eram aqueles cuja produção não estava voltada aos complexos agroindustriais e que não

havam incorporado os processos de modernização agrícola (PORTO; SIQUEIRA, 1994). Outra novidade deste período foi a emergência de novos sujeitos e movimentos sociais no campo. Destacam-se as questões trazidas pela retomada das lutas pela Reforma Agrária e pelo reconhecimento dos direitos sociais e trabalhistas para as mulheres, como produtoras rurais.

Como resultado, nos anos 1990, se intensificam as mobilizações do “Grito da Terra” promovida pelos sindicatos de trabalhadores rurais. O Estado brasileiro retomou a implantação de assentamentos de reforma agrária, criando um Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF) o que resultou no aumentando quantitativo de famílias assentadas. Também promoveu novas políticas de crédito destinadas para agricultores familiares com a instituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2000.

Quando Lula da Silva assumiu a presidência da República, em 2003, a expectativa era de que houvesse um período virtuoso para a reforma agrária e agricultura familiar. Neste período ocorreram avanços institucionais e incremento de políticas públicas voltadas para produtores familiares, como a ampliação dos volumes destinados ao PRONAF. A agricultura familiar adquire estatuto legal com a Lei nº 11.326 de julho de 2006, que instituiu a categoria de agricultor familiar no Brasil, como sendo aquele que desenvolve atividades agrícolas em propriedade rural com até 4 módulos fiscais⁴; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades

⁴ O módulo fiscal é uma unidade territorial agrária, fixada por cada município brasileiro baseado na Lei Federal nº 6.746/79. O tamanho do módulo fiscal, para cada município, é determinado levando-se em consideração: o tipo de exploração predominante no município e a renda obtida com ela; outras explorações importantes (seja pela renda ou área ocupada) existentes no município; e o conceito de "propriedade familiar", definido pela Lei nº 6.746/79. O módulo fiscal varia de 5 a 100 hectares, conforme o município.

econômicas de propriedade; e possuir a maior parte da renda familiar proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural.⁵ Com isso, a agricultura familiar se constituiu como uma categoria legalmente instituída no arcabouço institucional brasileiro. Contudo, predominaram políticas nos marcos neoliberais com intuito de integrar os agricultores aos mercados através de políticas de crédito fundiário e de financiamento para os agricultores familiares.

A concentração fundiária continuou no período recente, e a reforma agrária constitui uma tarefa não realizada ao longo do processo de modernização da sociedade brasileira. Esta estrutura agrária concentrada, organizada com base no latifúndio agroexportador, inscreve-se como uma característica estrutural da formação social brasileira. Essa está organizada para atender as dinâmicas de acumulação externas do capital, resultando num tipo de capitalismo dependente e subordinando. Com efeito, a estrutura fundiária é funcional à reprodução de condicionantes fundamentais do capitalismo dependente, quais sejam: o controle do capital internacional sobre os elos estratégicos da economia e a perpetuação da segregação social, servindo de base para a formação da sociedade nacional, o que, por sua vez, trará consequências nos âmbitos econômico, social e político. Portanto, essa estrutura agrária concentrada representa um entrave ao desenvolvimento nacional soberano, que atenda aos interesses da população brasileira.

⁵ Essa lei sofreu alterações nos governos Temer, com o Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017 e no governo Bolsonaro, com o Decreto nº 10.688, de 26 de abril de 2021. São alteração dos requisitos para enquadramento das Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) e empreendimentos familiares rurais - alteração estabelece a obrigatoriedade de que o trabalho dos membros da família seja predominante em relação à mão de obra contratada. Assim como a identificação de dois grupos de pessoas jurídicas: a) Empreendimentos familiares rurais, e b) Formas associativas de organização da agricultura familiar. Alternando de no mínimo de 70% previsto na lei de 2006 para “mínimo de 50%”.

Essa subordinação adquiriu novas dimensões na etapa de mundialização dos capitais monopolistas e do neoliberalismo. Pelo avançado tempo, não poderei detalhar desses impactos. Basta por hora referir que neste novo regime e acumulação, “sob o capitalismo monopolista mundializado, a agricultura passou a estruturar-se sobre uma tríade: a produção de *commodities*, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais” (OLIVEIRA, 2015, p. 240). Como resultado, a partir do marco do neoliberalismo se aprofundaram as determinações da dependência econômica externa. Com o novo regime de acumulação neoliberal – a despeito de especificidades relevantes entre os governos de Cardoso, Lula, Rousseff e, ainda mais acentuadas, com os governos Temer e Bolsonaro – se conferiu grande centralidade ao agronegócio, obstaculizando, desse modo, a reforma agrária. Com isso, também se intensificaram as contradições entre os interesses do capital monopolista na agricultura, contra os dos agricultores familiares e trabalhadores agrícolas assalariados.

Teoricamente a agricultura familiar se caracteriza pelo fato da gestão do estabelecimento, a propriedade dos meios de produção e o trabalho se estabelecem com base em relações de parentesco (LAMARCHE 1993; ABRAMOVAY, 1998; WANDERLEY, 1999; SCHNEIDER, 2003). Nesse sentido, a família corresponde a um grupo doméstico de trabalho e de consumo, que objetiva a reprodução do processo do trabalho agrícola e a sucessão geracional da unidade de produção familiar.

Ricardo Abramovay (1998) sustenta que integração da agricultura de base familiar ao mercado capitalista implicou mudanças na vida social, na racionalidade econômica e nos processos produtivos que caracterizavam o

campesinato. Com efeito, uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os avanços técnicos e a responder às políticas governamentais, não pode ser pensada como camponesa. Isto porque, nas circunstâncias de relações mercantis plenamente desenvolvidas, se roupe a autonomia camponesa e a produção voltada para o autoconsumo. Assim, será mais adequado pensar as formas de configuração e reprodução do trabalho familiar agrícola, não do modo camponês tradicional, mas como expressão de uma agricultura moderna, em situações nas quais a propriedade dos meios de produção e a organização do processo de trabalho estão assentadas em bases familiares.

Abramovay (1998), nos chama atenção para o fato de que no capitalismo “não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão se estruturam tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a participação de mão-de-obra não-contratada seja tão importante” (ABRAMOVAY, 1998, p. 209). Em virtude disso, a agricultura familiar é um setor único da economia. O que nos leva a destacar as características do processo de trabalho familiar agrícola.

Esse processo de trabalho se caracteriza por estabelecer relações produtivas com base na reciprocidade das obrigações familiares e não por relações salariais, inexistindo a extração de mais-valia interna à unidade produtiva. Além disso, este processo de trabalho visa à reprodução social da família e da unidade econômica, tanto no ciclo curto (reprodução biológica) como no ciclo longo (reprodução geracional), e não a acumulação de capital. Portanto, esses dois aspectos conferem um caráter não capitalista, embora os agricultores familiares estejam subordinados ao modo de produção capitalista, como “*produtores simples de mercadorias*” (MARX, 1985). O

processo apresenta diferenciações sociais a partir das formas de integração mercantil dos agricultores (LENIN, 1982). Essa diferenciação também pode resultar da composição e evolução do ciclo demográfico da família, que alteram ao longo do tempo a relação entre trabalho e consumo (CHAYANOV, 1974). A composição familiar determina a forma que assumirá a divisão sexual do trabalho, culturalmente estabelecida. Com efeito, o processo de trabalho constrói, não só o espaço agrícola, mas também espaços de relações sociais de geração e gênero. O processo de trabalho constitui-se como meio de socialização das novas gerações na lógica do trabalho e da produção familiar, possibilitando a transmissão de saberes e de disposições necessárias à reprodução social do próprio processo de trabalho familiar (WEISHEIMER, 2019a). Por meio da socialização nesse processo de trabalho familiar agrícola, que dará a construção social dos jovens agricultores familiares. Assim, nesse contexto, em que vivem os jovens agricultores familiares, de uma agricultura familiar que pela própria dinâmica de concentração do capital tende a sofrer grandes restrições para produzir e se reproduzir socialmente.

O reconhecimento institucional da agricultura familiar, fruto principalmente da própria luta dos trabalhadores do campo por políticas específicas, possibilitaram avanços parciais para os agricultores familiares, porém, não representou uma democratização do campo. Constantemente, a agricultura familiar tem passado por uma retração, diminuindo em volume de área, de pessoal ocupado e de crédito. Por outro lado, se percebe uma concentração da propriedade da terra, da força de trabalho, dos recursos financeiros na mão do agronegócio.

Podemos comparar a situação da agricultura familiar e da agricultura não familiar, isto é, o agronegócio. As informações do Censo Agropecuário de 2017, revelam que a agricultura familiar representa, 77% dos estabelecimentos agrícolas, mas ocupa apenas 23% da área total de terras agricultáveis. Isso mostra a grande concentração fundiária, uma vez que 77% das áreas e encontram nas mãos de 23% de estabelecimentos. Isso revela a distorção na distribuição das áreas entre o número de estabelecimentos. Se compararmos os resultados dos censos de 2006 com 2017 veremos que houve uma redução de - 9,5% dos estabelecimentos da agricultura familiar, enquanto que a agricultura não familiar registrou um aumento de 35% do número de estabelecimentos. Se consideramos a área total ocupada pela agricultura familiar tivemos uma redução de meio ponto percentual, no período de 2006 a 2017, enquanto que a área da agricultura patronal teve um acréscimo de 7,1% de área total. No que se refere ao pessoal ocupado na agricultura, tivemos uma retração geral de -8,8%. Sendo que na agricultura familiar o pessoal ocupado foi reduzido em - 17,6%, enquanto que o pessoal ocupado no agronegócio aumentou 16,4% (IBGE, 2017b).

Podemos notar que a dinâmica da reprodução social da agricultura familiar é condicionada pela forma que assume o desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira. A estrutura agrária concentrada, organizada com base no latifúndio agroexportador é uma característica estrutural do padrão de acumulação capitalista dependente, que está organizada em conformidade com as dinâmicas de acumulação externas do capital. O latifúndio beneficiado por generosos repasses do fundo público e subordinada aos outros centros hegemônicos da acumulação capitalista, são um obstáculo para reprodução social da agricultura familiar e para as possibilidades de

desenvolvimento dos jovens agricultores familiares. Portanto, essa estrutura agrária é que determina, em última instância, as condições sociais de existência dos jovens na agricultura familiar e as possibilidades de sucessão geracional nessa atividade.

A situação Juvenil na Agricultura Familiar

Os jovens agricultores familiares se constituem como uma categoria social específica devido a sua socialização no processo de trabalho agrícola. A socialização realizada, neste contexto, produz a incorporação de saberes específicos associada às configurações de identidades sociais e profissionais ligadas à agricultura. Portanto, como eles são membros de uma unidade doméstica que também atua como unidade de produção agrícola, predomina a instituição de saberes, normas e valores do universo da família e do processo de trabalho que esta realiza.

Diferentemente de outros jovens, sua identidade social se constrói em relação ao trabalho familiar agrícola, produzindo os dilemas e as características diferenciadas de sua situação juvenil. As relações sociais que lhes conferem sentido e especificidade a esses jovens resultam da posição ocupada por eles na divisão social do trabalho, ou seja, por sua ocupação na agricultura familiar. Assim, a análise parte da centralidade da dimensão do trabalho enquanto *locus* da produção de bens materiais (produtos e serviços) e simbólicos (valores, representações e identidades sociais) (GUIMARÃES, 2005). Nesse caso, da construção de identificação como agricultor familiar.

Das práticas socializadoras na agricultura emergem os dilemas e as características diferenciadas de sua situação juvenil, tais como a ambivalência em relação ao trabalho agrícola e à herança do patrimônio familiar. Estes

jovens experimentam os impasses e as constrações das dinâmicas de reprodução social da unidade de produção familiar, uma vez que caberá a eles procederem a reprodução do trabalho familiar e a sucessão geracional de suas unidades produtivas.

Os jovens se encontram num tempo de escolhas entre os projetos profissionais de permanência ou saída da agricultura. Podemos dizer que eles vivem o que Antony Giddens (2002) descreveu como um processo de “formação reflexiva da autoidentidade”, em meio à crescente pluralidade e heterogeneidade das relações sociais no meio rural. Os projetos profissionais dos jovens funcionam como um indicador da avaliação que eles fazem das suas chances de permanência na agricultura familiar, das possibilidades de reprodução das unidades produtivas nas quais participam e da incorporação de disposições necessárias à sucessão geracional nessa atividade. Compreendo que a formulação de projetos profissionais é requerida aos jovens à medida que podem estabelecer objetivos de inserção no mundo do trabalho. Entretanto, isso não ocorre no âmbito das escolhas pessoais. Resulta, antes, do balanço entre as experiências adquiridas na trajetória de socialização dos jovens em contraste com o que aparece objetivamente como seu campo de possibilidades (VELHO, 2003), o qual atua como condicionante estrutural sobre seus projetos. Dessa forma, os projetos formulados por esses sujeitos surgem da interação de múltiplos fatores associados a uma situação juvenil objetiva.

Vale ressaltar que os projetos se transformam em paralelo com as fases da vida, deste modo, é possível identificar um conjunto de projetos juvenis. São eles: a) “o *projeto de orientação escolar* em curto prazo - trata-se do tipo de estudo almejado pelo interessado através da escolha de opções, de seções de

ensino, de habilitações de formação” (BOUTINET, 2002, p. 89) - ; b) “o *projeto de orientação profissional* em médio prazo - é o projeto de inserção profissional propriamente dito” (BOUTINET, 2002, p. 90) - e; c) “o *projeto de vida* - o projeto sentimental e familiar, que remete a um projeto de prazo maior que diz respeito ao estilo de vida que o jovem pretende ter dentro de alguns anos” (BOUTINET, 2002, p. 90) [Grifos nossos]. Estes projetos são parcialmente autônomos e se influenciam reciprocamente. Por isso, a construção de projetos permite aos jovens antecipar a sequência seguinte da sua existência em meio às constantes atualizações e transformações da transição para a vida adulta.

A agenda de pesquisa que venho desenvolvendo tem como objetivo geral realizar estudos sistemáticos sobre a juvenil na agricultura para buscar explicar os projetos profissionais elaborados por jovens agricultores familiares. Para proceder uma reconstrução sociológica da situação juvenil na agricultura familiar desenvolvi um modelo analítico-descritivo que envolve as dimensões objetivas e subjetivas da realidade juvenil, distribuídas em quatro eixos temáticos e suas variáveis-chave: a) as condições materiais (acesso à terra, renda agrícola, autonomia material⁶); b) os processos de socialização (trabalho familiar agrícola, educação formal, sociabilidades juvenis e comunitária); c) as representações sociais (trabalho agrícola e não agrícola,

⁶Para mensurar a autonomia material dos jovens agricultores familiares recorremos a um conjunto de sete indicadores: 1) Desenvolvo atividade produtiva autônoma na unidade de produção familiar; 2) Posso inscrição na Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) em meu nome; 3) Recebo remuneração em dinheiro por minha participação no trabalho familiar agrícola; 4) Tenho área de terra em meu nome; 5) Tenho conta-corrente em meu nome; 6) Tenho conta poupança em meu nome; 7) Tenho financiamento em meu nome. Para construir o índice sintético de autonomia material, esses indicadores foram agrupados, considerando as respostas positivas dos indivíduos distribuídos em três categorias: (1) com respostas positivas para até dois indicadores foram classificados como baixa autonomia; (2) com respostas positivas para três a quatro indicadores, como média autonomia; (3) com respostas positivas para cinco ou mais indicadores, como alta autonomia.

modo de vida dos pais, autoidentificação); d) os projetos juvenis (projeto de escolarização, projeto profissional, projeto de vida). Por sua vez, cada uma das variáveis tem sido submetida a uma dupla comparação, por gênero e faixa etária, uma vez que estes são fatores que produzem diferenciação entre os jovens dentro deste mesmo grupo social.

Vou mencionar alguns resultados obtidos com as investigações realizadas com base em metodologia quantitativa e representativa do universo de jovens ocupados na agricultura familiar no estado do Rio Grande do Sul e na Bahia. De maneira geral os resultados convergiram em seus resultados principais. Contudo, as disposições dos jovens para permanência na agricultura apresentaram resultados opostos, na comparação entre os casos.

Conforme à investigação realizada no Rio Grande do Sul⁷, os jovens estavam inseridos em unidades produtivas com média de tamanho de 31,4hectares. Essa agricultura é fortemente integrada aos mercados, com 83,1% da produção destinada à comercialização. Nesse contexto 54,2% foram classificados como tendo baixa autonomia material, 28,5% média autonomia material 17,3 % com alta autonomia material. Quanto a socialização, 79,6% trabalhavam em tempo integral na agricultura (seis dias de trabalho). Apenas, 28% dos jovens estavam matriculados no sistema formal de ensino. Isso revelou uma situação juvenil na agricultura familiar caracterizada por uma baixa autonomia material; por uma intensa socialização no processo de trabalho familiar agrícola e pelo predomínio de representações positivas sobre esta atividade. Quando foram perguntados se desejavam permanecer profissionalmente na agricultura, 64,5% dos jovens

⁷A base inferencial foi obtida por uma pesquisa social quantitativa e representativa do universo de jovens ocupados na agricultura familiar do Rio Grande do Sul, realizada no período de 2007 a 2008, com tamanho amostral de 681 entrevistas.

agricultores familiares responderam positivamente, confirmando sua disposição para reprodução de processo de trabalho familiar. Em decorrência disto, podemos confirmar que em situações nas quais os jovens adquiriam mais autonomia material, eles elaboravam projetos profissionais agrícolas. Também se constatou que, quanto maior a participação do jovem no processo de trabalho familiar agrícola, mais foram incorporadas as disposições necessárias para reprodução deste processo de trabalho. Além disso, as avaliações positivas sobre o trabalho agrícola e do modo de vida dos pais foram acompanhadas colaboravam para projetos profissionais agrícolas. Comparando as respostas obtidas por faixas etárias e gênero dos entrevistados, constatamos importantes diferenciações na alocação dos recursos que conferem autonomia material, nos processos de socialização no trabalho, na educação formal e no tempo de lazer, assim como, no conjunto das representações dos jovens sobre o modo de vida dos pais, o trabalho agrícola e nos projetos juvenis. Assim sendo, ficou comprovada a ocorrência de uma situação polarização entre os entrevistados opondo dos tipos, de um lado os homens jovens adultos que declararam amplamente à disposição de permanência na agricultura familiar e, de outro, as mulheres jovens adolescente entre as quais predominam projetos de ruptura com essa atividade.

Entre as evidências obtidas nos estudos realizados na Bahia⁸ consta que a área média das unidades produtivas foi de 2,7 hectares, sendo que 87,9% dos entrevistados se encontram em unidades produtivas com até 5

⁸ Tem como base inferencial três pesquisas quantitativas e representativas do universo de jovens ocupados na agricultura familiar do Território do Recôncavo da Bahia, realizada em 2012, com uma amostra de 164 casos (WEISHEIMER, 2019b); do Território de Valença, realizada em 2017 e 2018 com 138 entrevistas (SOUSA, 2018) e; do Território do Sisal, realizada no período de 2021 a 2022, com tamanho amostral de 315 entrevistas (MORAES, 2022). Esses resultados foram agrupados e apresentados os índices médios dos indicadores citados.

hectares. A agricultura familiar baiana se encontra menos integrada aos mercados, em comparação com a gaúcha, uma vez que apenas 26% das unidades a produção se destina principalmente para a comercialização. Isso indica o predomínio de um tipo de fazer agricultura mais próximo ao modelo camponês, com menor integração aos mercados ampliados e cadeias globais de produção agropecuária. Verificamos que 87,3% dos jovens se encontrava em condição de baixa autonomia material, 7,9% atingem ao nível médio e menos de 1 % atinge o nível de alta autonomia. Quanto aos indicadores de socialização no trabalho familiar agrícola, 30,5% dos jovens se dedicavam em tempo integral (seis dias de trabalho) e outros 43,3% trabalham de 4 a 5 dias na agricultura. Por sua vez, 40% estavam matriculados no sistema de ensino formal. A situação material precária caracterizada pela situação de baixa autonomia material, na quase totalidade dos entrevistados, apareceu como fator determinante para os jovens não pretenderem permanecer na agricultura familiar. As respostas a pergunta sobre o projeto profissional indicam que, 65% desejam sair da agricultura. Logo, a socialização no trabalho agrícola prevalece como principal instrumento de reprodução social na agricultura familiar, porque produz uma nova geração de agricultores familiares. Contudo, frente às condições de precariedade material observadas nos territórios estudados, a intensa participação no trabalho familiar não é suficiente para gerar nos jovens as disposições necessárias à sucessão geracional.

A interação entre representações e projetos permitem compreender melhor as dinâmicas da sucessão geracional do trabalho familiar, que depende da reafirmação não só de uma posição no mundo social, mas também de sua visão de mundo correspondente. Com efeito, a pesar de

minoritários, os projetos profissionais agrícolas são mais frequentes entre os jovens com avaliações mais positivas sobre o trabalho agrícola e o modo de vida dos pais. Destaca-se ainda, a forte homogeneidade interna dos jovens agricultores nos territórios do Recôncavo, Valença e do Sisal, revelando a pouca diferenciação social entre os entrevistados, o que ajuda explicar as tomadas de posição comum entre os jovens em relação a seus projetos profissionais. Desse modo, explica a tendência destes jovens de não quererem reproduzir o processo de trabalho familiar agrícola. Em contrapartida, a homogeneidade do grupo, não descarta haver diferenciações por gênero e idades no conjunto das variáveis, visto que as jovens adolescentes e os jovens adultos assumem posições opostas.

Com base nos resultados obtidos, é possível sustentar que a situação juvenil na agricultura familiar se caracterizaria por uma baixa autonomia material e por uma intensa socialização no processo de trabalho familiar agrícola. Ficou constatado que os projetos juvenis são influenciados pelas oportunidades objetivas de reprodução das unidades produtivas, que atua como determinação objetiva sobre a construção das disposições juvenis para a reprodução ou a ruptura com o trabalho familiar. A Socialização no trabalho agrícola pode ser percebida como principal dispositivo de reprodução social na agricultura familiar, porque produz uma nova geração de agricultores. Contudo, frente a precariedade material, a socialização no trabalho familiar não é suficiente para gerar nos jovens as disposições necessárias à sua reprodução de geração a geração. Efetivamente, nas situações nas quais os jovens adquirem mais autonomia material, e são mais intensamente socializados no trabalho familiar, eles tendem a elaborar com maiores frequências projetos profissionais agrícolas. Por sua vez, em

situações econômicas precárias, caracterizadas por uma baixa autonomia material dos jovens aparece como fator determinante para a ruptura com a agricultura familiar.

Considerações finais

Propusemos, neste capítulo, apresentar aspectos considerados relevantes para a identificação e análise dos traços distintivos dos jovens agricultores familiares como categoria social. A Sociologia da Juventude forneceu uma base conceitual inicial de uma agenda de pesquisa capaz de revelar as condições sociais que balizam o comportamento e as representações sociais dos jovens que vivem no contexto da agricultura familiar. Com apoio dessa posição teórica, identificamos que a construção social dos jovens agricultores familiares resulta de uma socialização específica no processo de trabalho familiar agrícola.

Os jovens agricultores familiares se vinculam à ordem social vigente através das dinâmicas produtivas e reprodutivas das unidades de produções familiares. O desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo na agricultura resultou em concentração fundiária e determinou as transformações nas condições de reprodução da força de trabalho na agricultura familiar. Ao mesmo tempo, derivou em uma modernização conservadora, que tornou o espaço social rural mais complexo, sem democratizar o acesso à terra, que permanece concentrada. A reforma agrária persiste como uma tarefa não realizada. Sob tais condições, as novas gerações de agricultores familiares tiveram cada vez mais restringidas suas possibilidades de permanência nesta atividade. Como o acesso aos recursos e

às disposições dos jovens nem sempre coincidem, instaura-se uma série de impasses na sucessão geracional entre os agricultores familiares.

A situação juvenil na agricultura familiar registra como traço distintivo a intensa socialização no trabalho familiar agrícola, quase sempre acompanhada de baixa condição de autonomia material. Entre os jovens agricultores familiares a superação da dependência e a construção da autonomia referem-se à obtenção de condições materiais que possibilitam a eles construir espaços próprios no processo de trabalho familiar agrícola e obter recursos que possam gerir de forma independente. Essa contradição principal é ainda mais agravada com as diferenciações sociais de gênero e etárias. Por isso, em decorrência desta situação, muitos jovens não encontram oportunidades de obter independência e autonomia para construir suas vidas na agricultura.

A explicação para crise sucessória dessas unidades produtivas não se encontra exclusivamente na porteira para dentro dos estabelecimentos familiares, tão pouco pode ser explicada pelas subjetividades dos agentes envolvidos. Antes emergem determinadas formas de subordinação do trabalho ao capital na agricultura brasileira. O que tem impactos relevantes nas dinâmicas internas das unidades produtivas familiares e no modo de ser jovem nesse espaço social. Podemos concluir que os jovens não estão abandonando o trabalho na agricultura por livre escolha pessoal, pelo contrário, são excluídos e expropriados da agricultura. Em suma, a crise sucessória da agricultura familiar está principalmente relacionada à falta de condições para que os jovens tenham assegurado sua autonomia material nessa atividade econômica.

O desenvolvimento de uma agenda de pesquisas com os jovens

agricultores familiares contribui para dar mais visibilidade a essa categoria social. Conhecer adequadamente esta realidade é uma pré-condição para encontrar alternativas e soluções que revertam a exclusão dos jovens agricultores familiares. Isso porque, nesse campo de estudos, a construção do conhecimento, dos sujeitos sociais e das políticas públicas se encontram mutuamente relacionados. Por fim, renovo o convite para que mais jovens pesquisadores venham dedicar-se a esse campo de estudo. Da mesma forma, defendo a construção um amplo movimento de jovens agricultores familiares, por reconhecimento social e conquista de autonomia material, para realizar os projetos juvenis na agricultura familiar.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Campinas: Hucitec / Unicamp, 1998.

BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**: tratado de Sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1973.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 2019.

BOUTNET, Jean-Pierre. **Antropologia do Projeto**. Porto Alegre: Artimed, 2002.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidade económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

FORACCHI, Marialice M. **O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira**. São Paulo: Nacional, 1965.

GIDDENS, Antony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. **Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação PercecuAbramo, 2005.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017: Resultados definitivos**. Brasília, IBGE. DF, 2019a. Disponível em:

https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 14 out. 2022.

IBGE. **Censo Agro 2017**: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%. Agência IBGE. Brasília. 2019b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-88>. Acesso em: 14 out. 2022.

KAUTSKY. Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Editora Proposta, 1980.

LAMARCHE, Hugues (coord). **A agricultura Familiar**: comparação internacional. Campinas: Unicamp, 1993. v.1.

LENIN, Vladimir Ilyich. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANNHEIM, Karl. O Problema da Juventude na Sociedade Moderna. In: BRITTO Sulamita de. **Sociologia da Juventude I**: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 69-94.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Difel, 1985.

MORAES. Sabrina Silva. **Juventude e Agricultura Familiar no Território do Sisal: condições materiais, socialização de gênero e projetos profissionais**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira, 2022.

OLIVEIRA, A. U. A Mundialização do Capital e a Crise do Neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/102776>>. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2015.102776>.) Acesso em: 30 mai. 2021.

PORTO, Maria S. Grossi; SIQUEIRA, Deis E. A Pequena Produção do Brasil: entre os Conceitos Teóricos e as Categorias Empíricas. **Cadernos de Sociologia**, n. 6, Porto Alegre: PPGS, UFRGS, 1994. p.76-88.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1962.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

PRADO JUNIOR, Caio. Contribuição para a Análise da Questão Agrária Brasileira. In: **Agricultura Subdesenvolvida**. Petrópolis: Vozes, 1969.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n 51, p. 99-121, fev. 2003.

SOUSA, João Paulo Aguiar de. **Projetos profissionais de jovens agricultores familiares no município de Valença-BA**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira, 2018.

SPOSITO, M. Trajetória na Construção de Políticas Públicas de Juventude no Brasil. In: **Políticas Públicas: juventude em pauta**. FREITAS, Maria V. et al. (org). São Paulo: CORTEZ, 2003. p. 57-74.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003**. Brasília: UNESCO, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org). **Agricultura Familiar Realidade e Perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 1999.

WEISHEIMER, Nilson; ARAÚJO, Michele. S. R. de; LEHER, Roberto. Questão agrária, formação social brasileira e dependência. **Princípios**, v. 41, n. 163, p. 240 - 265, 7 fev. 2022.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Curitiba: CRV, 2019a.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventude e agricultura familiar no Recôncavo da Bahia**. Cruz das Almas: EDUFRB, 2019b

WEISHEIMER, Nilson. Desenvolvimento Rural, Capitalismo e Agricultura Familiar. **Revista Olhares Sociais**. V. 2 N 1. Cachoeira. Maio, 2013. Disponível em <https://www3.ufrb.edu.br/olharessociais/wp-content/uploads/Desenvolvimento-rural-capitalismo-e-agricultura-familiar.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2021.

JOVENS SECUNDARISTAS E O MOVIMENTO DAS OCUPAÇÕES DE ESCOLAS NO BRASIL EM 2015 E 2016¹

Luís Antonio Groppo

Lívia Furtado Borges

Karoline Rebecka Siqueira Ferreira

Introdução

Este capítulo, que tem como tema a constituição de jovens estudantes do ensino médio em sujeitos políticos – as e os secundaristas, ou apenas secundas -, procura apresentar reflexões sobre a condição juvenil e análises sobre as experiências de tais jovens, conforme relataram para a pesquisa “Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016: formação e auto-formação das e dos ocupas como sujeitos políticos”.² Nesta pesquisa, 80 secundas de 10 diferentes estados concederam entrevistas, registrando sua trajetória escolar, sua formação política, a experiência da ocupação e as experiências pós-ocupação.

1 Esse capítulo se baseia em aula ministrada em 14/06/2022 com o título “Juventudes, processos formativos e movimentos estudantis” para o curso de extensão “Juventudes e Educação”, promovido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Educação (GEPJUVE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no dia 14 de junho de 2022, com a mediação de Victor Hugo Nedel Oliveira (professor da UFRGS), bem como na aula inaugural com o título “Sociologia da Juventude e movimentos juvenis” ministrada em 05/04/2022, para o Programa de Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO), com a mediação de Ana Luisa Fayat Salsas (professora da Universidade Federal do Paraná).

2 Pesquisa realizada entre março de 2019 e fevereiro de 2022, financiada pelo CNPq, contando com o apoio da Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Em um primeiro movimento, o capítulo trata da categoria sociológica da juventude, em destaque como os movimentos juvenis contemporâneos reafirmam a dialética da condição juvenil. A seguir, o capítulo trata do conceito de subjetivação política, de acordo com Jacques Rancière, procurando compreender o quanto a própria juventude é também uma categoria política. O terceiro movimento do capítulo traz alguns dados gerais da pesquisa nacional “Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016”, acerca das principais influências de ter sido secunda – e, dessa forma, sujeito político – para suas trajetórias escolares e pessoais.

Finalmente, duas mestrandas que participaram da pesquisa nacional, coautoras desse capítulo, contam acerca de suas dissertações de mestrado, que fazem parte da pesquisa nacional supracitada.

Juventude e a dialética da condição juvenil

Pode se afirmar que, ao longo do século XX, constitui-se na sociologia uma concepção “clássica” ou tradicional de juventude, a qual afirmava que a juventude: era uma categoria etária determinada biologicamente; tinha caráter transitório e propedêutico, assim como a educação escolar era tida como notoriamente propedêutica; cumpria uma função de socialização secundária, de inserção do indivíduo na estrutura social determinada; e era composta por grupos e indivíduos sujeitos a inúmeros riscos e desvios.

A teoria sociológica dominante em meados do século passado, o estrutural-funcionalismo de Talcott Parsons (1968), foi o principal informante desta concepção clássica ou tradicional de juventude. Dois grandes limites devem se destacar nesta concepção: 1) o uso das categorias

etárias, em especial a juventude, para disfarçar ou mesmo ocultar a desigualdade de classes, afirmando que as instituições escolares equalizavam as oportunidades de inclusão e ascensão social; 2) a avaliação das resistências e revoltas de indivíduos e grupos juvenis como disfunção, desvio ou patologia.

Para a superação destes dois grandes limites da concepção clássica de juventude, dois momentos se destacam. Primeiro, as Teorias críticas da juventude, em especial os estudos culturais em suas origens, que superam o primeiro limite. (HALL; JEFFERSON, 1982). Elas demonstram a necessidade do cotejo entre categorias etárias e a estrutura de classes sociais e outros marcadores sociais, como gênero, etnia, raça, condição urbano-rural, religião etc. Ajudam a afirmar que, concretamente, existem juventudes, não uma única juventude homogênea acima das diferenças de classe social.

A concepção dialética de juventude busca superar o segundo limite da concepção clássica – o que desvalorizava as ações autônomas e rebeldes das juventudes. Ela se inspira, primeiro, em Karl Mannheim (1982), com sua releitura das rebeldias juvenis como potencialmente renovadoras da sociedade. Mas também na interpretação da socióloga brasileira Marialice Foracchi (1972), precursora da sociologia da juventude no Brasil.

A concepção dialética da juventude reconhece duas faces, contraditórias, da condição juvenil. (GROPPO, 2017). Primeiro, a face da socialização e/ou institucionalização, pela qual a juventude é uma categoria etária e, assim, parte da estrutura das categorias etárias da sociedade moderna, categorias que dotam os sujeitos de funções e papéis na ordem social. Segundo, a face da autonomia, que reconhece a particularidade da juventude em relação às demais categorias etárias, dada a possibilidade de

sujeitos e grupos juvenis efetuarem um deslocamento ou ruptura do sentido socialmente dado de juventude, pensando e praticando outros valores sociais que não os hegemônicos, negando o padrão ideal de adulto apresentado pela sociedade, constituindo seus próprios grupos e vivências que podem se opor às instituições vigentes.

Essas e outras críticas à concepção clássica de juventude vão constituir novas concepções de juventude dentro da sociologia. Essas novas concepções: reconhecem a diversidade e a heterogeneidade da condição juvenil, ou seja, afirmam que existem de fato “juventudes” no plural; valorizam as experiências vividas de jovens, como tendo valor em si mesmas, não somente como preparação à condição adulta e, portanto, a educação escolar também deveria responder a interesses e necessidades presentes das e dos jovens, para além de seu caráter estritamente propedêutico; reconhece que a socialização é um processo no qual as e os jovens são sujeitos ativos, tomam e precisam tomar decisões acerca de seus percursos a caminho da condição adulta e de suas formas de se inserir nas estruturas sociais; por outro lado, a modernidade tardia ou sociedade contemporânea, dadas a liquefação das instituições, o avanço das políticas neoliberais e o estado de crise constante, levam a transições múltiplas, instáveis e reversíveis entre juventude e vida adulta; e, enfim, há um reconhecimento de jovens como sujeitos plenamente sociais, com pontos de vista sobre tempo e mundo sociais únicos e valiosos, que fazem delas e deles, enfim, sujeitos políticos em plenitude.

As novas concepções de juventude foram desenvolvidas, sobretudo, pela aplicação de teorias pós-críticas – pós-modernistas, pós-estruturalistas e as da “segunda modernidade” (flexível, líquida, do risco, reflexiva etc.) - para

pensar e pesquisar a condição juvenil. No Brasil, a sociologia da juventude teve grande desenvolvimento, especialmente a partir das teorias pós-críticas da “segunda modernidade”. Entre pesquisadoras e pesquisadores, destaco aqui Juarez Dayrell (2003) e seu belo texto “O jovem como sujeito social”, como demonstração do potencial da sociologia da juventude nacional recente.

Retomando a dupla condição juvenil segundo a dialética da juventude, podemos dizer que as teorias da segunda modernidade fazem releituras a respeito do polo da socialização e da transição à idade adulta, pelo reconhecimento do papel ativo dos sujeitos em sua própria socialização e inclusão nas esferas da vida social. Mas, como se vê em “O jovem como sujeito social” (DAYRELL, 2003), a ênfase do olhar sociológico recai sobre o cotidiano, o dia-a-dia de jovens em seus espaços de cultura e lazer, sua família, escola, trabalho e amizade, a forma como se constituem como jovens, constroem (ou não) projetos de vida e realizam suas transições à idade adulta.

Trata-se de um olhar de grande importância, que abarca mesmo, boa parte do tempo social das juventudes. Entretanto, ao menos desde as Jornadas de 2013, parece que o extra-cotidiano, o tempo das revoltas, protestos, manifestações e até mesmo o contingente ganham necessário espaço no pensamento sobre as juventudes.

Nesse sentido, a concepção dialética da juventude, em sua ênfase sobre a condição contraditória juvenil, entre a socialização e a autonomia, parece voltar a ter grande relevância. Pode-se dizer que temos novas expressões da dialética da juventude no Brasil, quando nos perguntamos sobre: a relação entre os limites e contradições das políticas públicas de

juventude e as Jornadas de Junho de 2013; as políticas estaduais regressivas na educação escolar e a primeira onda de ocupações estudantis em 2015/2016; e as políticas regressivas do Governo Temer e a segunda onda de ocupações estudantis no segundo semestre de 2016; e, ainda, poderíamos pensar protestos e manifestações contra o avanço da extrema-direita no Brasil e o seu governo, como o Ele Não! em 2018, protestos contra os cortes na educação em 2019 e manifestações antifascistas em 2021.

No encontro com o filósofo francês Jacques Rancière, por intermédio das pesquisas de Lúcia Rabello de Castro (2009), conhecemos a potência do seu conceito de subjetivação política. Ele permite uma reconfiguração da concepção dialética da juventude, que partia da juventude como uma categoria etária, ancorada em processos cotidianos de institucionalização das juventudes – que, em reação, como resistência ou exercendo sua condição de sujeitos sociais plenos, poderiam reconstruir e deslocar as funções de socialização esperadas pelas instituições vigentes. Agora, a juventude pode ser pensada também, como nos protestos citados acima, sobretudo, como uma categoria política.

Rancière (2014) chama de subjetivação política o fenômeno de constituição de sujeitos políticos (coletivos) entre pessoas que se veem como iguais, assim como as demais pessoas, durante o momento verdadeiro da política, ou seja, o dissenso. Nos momentos, ainda que breves, do dissenso, a subjetivação política revela a igualdade fundamental entre todos os seres humanos; desafia, rompe e reconfigura a comunidade política e os temas à mercê do debate coletivo. Ainda que por um momento, todas e todos têm capacidade de falar e agir, todos os temas de interesse coletivo devem estar à disposição do debate, da opinião e da ação da totalidade das pessoas.

Nas ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016, tema de nossa pesquisa nacional, estudantes de escolas públicas, especialmente do Ensino Médio, se tornaram “secundas”, ou seja, adolescentes e estudantes que ocupam suas escolas e que angariam diversos apoios entre os mais diversos sujeitos e organizações; as meninas ocupam posição central e majoritária entre as secundas; pessoas LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transsexuais, Queer, Intersexos, Assexuais, Pansexuais e mais) são a maioria delas e deles. Identidades mantidas em posição secundária ou à margem no cotidiano – o tempo da ordem social e das desigualdades supostamente fundadas na natureza ou no mérito – ganham posição central, num coletivo temporário que vive a igualdade política.

Secundas enfrentam a “polícia”, tanto em seu sentido usual de forças de repressão, quanto em seu sentido ampliado dado por Rancière (2014), para se referir, na verdade, a quase tudo que costumamos associar à política (institucional): instrumentos e procedimentos de comando, gestão, poder, força, repressão, manipulação e dissuasão, tentando garantir a linha que divide quem tem direito a participar das decisões (tendencialmente, poucas pessoas) e quem não tem. Secundas, na verdade, constituem o momento da política como dissenso quando enfrentam as medidas “policiais” de governos estaduais e federal. Elas e eles – principalmente elas – se opõem a medidas neoliberais na educação e de restrição aos direitos sociais. Para a “polícia”, estas medidas teriam sido tomadas por critérios técnicos de eficiência, por especialistas, e que, por isso, deveriam ser mantidas distantes do debate público. Tão ou mais importante que a eficácia da resistência das e dos secundas, é o próprio processo do dissenso: as ocupações ampliam o círculo de quem pode participar da política e o que pode ser discutido

politicamente, ou seja, quem pode ser sujeito político (todas e todos) e o que pode ser tema do litígio e debate. Cria-se novo sujeito político, as e os secundas, por deslocamentos de identidades pré-existentes, como discente, adolescente e mulher. (GROPPO; SILVEIRA, 2020).

Subjetivação política e o movimento das ocupações secundaristas

Os efeitos, influências ou impactos do processo coletivo de subjetivação política são intensos e marcantes. Reconstituem, inclusive no plano individual, sujeitos e identidades. (GROPPO; OLIVEIRA, 2021). Quando foi pedido a secundas que definissem a experiência da ocupação em uma palavra, o que encontramos foi uma vigorosa nuvem de palavras com sentimentos e emoções, que evocam processos marcantes de aprendizado e de experimentação política, conforme a Figura 1.

A pesquisa encontrou inúmeros registros sobre as formas de aprendizado nas ocupações, modo que parece mais evidente para demonstrar as influências do movimento nas trajetórias das e dos secundas. Entretanto, se percebe que as práticas políticas também foram intensamente formativas. Na verdade, as práticas formativas também eram políticas, não apenas nos conteúdos, mas também nas suas formas – valorizando a participação, a horizontalidade, a busca do consenso, a escolha coletiva dos temas e pautas.

Há um *continuum*, assim, na verdade, entre “aulões”, oficinas, debates, atividades culturais, artísticas e esportivas, assembleias, comissões, a busca de apoio, o estabelecimento de alianças e o próprio fato da luta e resistência.

Figura 1: Palavras-chave escolhidas por secundas para definir o movimento



Fonte: Pesquisa Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016.

Analisando as entrevistas, pudemos encontrar o que foi mais influenciado por esta experiência política e pedagógica das ocupações, nas vidas e trajetórias de secundas. Destacam-se: projetos para a Educação Superior; reconstrução das relações de gênero; autoconhecimento sobre a orientação sexual e a não discriminação de pessoas LGBTQIAP+; a politização de si e da vida (não necessariamente, engajamento militante e ativista); e, até mesmo, efeitos em campos que parecem distantes de uma luta política pautada na educação, como as relações com as famílias e a concepção de religião e filiação religiosa.

Trataremos, aqui, dos aspectos que tiveram influências mais fortes e evidentes, justamente, as trajetórias educacionais, as relações de gênero e a

orientação sexual. A tabela 1 traz a situação educacional das e dos jovens que entrevistamos quatro ou cinco anos depois das ocupações.

Tabela 1: Situação educacional no momento da entrevista de secundas

Situação educacional	n.	%
Cursa a Educação Superior (ES)	59	73,75
Apenas concluiu o Ensino Médio (EM)	11	13,75
Frequentou a ES, mas evadiu	4	5
Ainda cursa o EM	2	2,5
Cursa o Ensino Técnico	2	2,5
Evadiu do EM	2	2,5
Totais	80	100

Fonte: Pesquisa Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016

Constituiu-se uma verdadeira “política pública rebelde” de acesso à educação superior, principalmente quando se compara os quase 2/3 de secundas que foram para a educação superior com os dados da população de 18 a 24 anos em geral em nosso país. A política também é a da permanência e conclusão do Ensino Médio, já que apenas 2 secundas tinham evadido desse nível quando concederam a entrevista.

Quanto aos temas das relações entre gêneros e orientação sexual, os comentários acima sobre a subjetivação política vivida no movimento das ocupações já trouxeram aspectos fundamentais. Os relatos a seguir corroboram os comentários, quando tratam da assunção de identidades marginalizadas e revelam que a maioria das secundas e das lideranças eram mulheres, bem como a maioria das e dos secundas eram LGBTQIAP+.

A gente percebeu que, majoritariamente, quem ocupava a escola eram mulheres, mulheres negras e LGBTQIAP+. Quem estava à frente das ocupações eram essas pessoas, com essas identidades, o que é muito interessante. Elas e eles são os maiores marginalizados dentro da escola, mas que naquele momento disputaram a ativa e dirigiram a ocupação. (Gustavo, Paraná).

Todo mundo era horizontal, mas as meninas acabavam sendo mais ativas lá dentro. Pelo que eu li, tenho estudado, isso não é algo só lá de Diadema, mas em todas as ocupações. Não só as meninas, mas os homossexuais também. As meninas também e os meninos LGBTQIAP+ geralmente estavam à frente, são mais ativos. Não sei por que, mas a gente é que tomava à frente mesmo das coisas e já ia organizando e foi o que aconteceu. (Su, Diadema/SP).

Os relatos das pesquisadoras, a seguir, jovens pesquisadoras que são também professoras de escolas públicas da Educação Básica, trazem outros pontos de grande relevância sobre as ocupações secundaristas e as formas como secundas viveram estas experiências singulares.

Ocupações secundaristas em São Paulo em 2015³

A dissertação de mestrado “Ocupações secundaristas em São Paulo em 2015” tem tratado de ações coletivas nas quais adolescentes e jovens se envolveram, despertando uma potência para sua construção como sujeitos políticos. É necessário conhecer em mais detalhes os processos que estudantes das escolas públicas vivenciaram e quais foram os impactos nas

3 Item elaborado a partir do relato e da pesquisa de mestrado da coautora Livia Furtado Borges.

subjetividades desses sujeitos, em um movimento que visava a transformação das escolas e despertou ou fortaleceu anseios de transformação pessoal e social.

As entrevistas foram realizadas após quatro anos do acontecimento das ocupações, nesse sentido, a subjetividade é uma categoria valorosa para analisar o impacto que as ocupações tiveram na vida dos sujeitos. Para isso, utilizo dos estudos de Rey (2010) para pensá-la. Segundo o autor, a subjetividade é um sistema de significações e de sentidos subjetivos, o qual não se esgota no indivíduo, já que é um sistema aberto em desenvolvimento, que constitui os processos sociais, ou seja, é um sistema complexo e dialético no qual o indivíduo se estabelece.

As entrevistas foram realizadas em formato *online*, parte pela disponibilidade e distância das pessoas entrevistadas, pois uma delas residia no Ceará, enquanto que em outras três entrevistas foram necessárias permanecer *online* em decorrência da pandemia. A conjuntura era de medo, tensão e estávamos em alerta, pois ainda não tínhamos de fato informações sobre a COVID-19. É essencial frisar as dificuldades de se realizar entrevistas desse porte sem materiais adequados, tanto para os entrevistados quanto para a entrevistadora. A entrevista foi realizada em um quarto, com um gravador de celular; um dos entrevistados utilizou o espaço da universidade da cidade em que reside e outro utilizou um *tablet* emprestado; por diversas vezes as entrevistas tiveram participação incidental dos que moravam nas residências de ambas as partes, além das falhas na conectividade.

A autogestão foi uma característica marcante nas escolas ocupadas, mostrando a apropriação do espaço público para construir a horizontalidade do movimento, sem a concentração de poder de grupos específicos. Nesse

período, *fakenews* foram divulgadas na tentativa de deslegitimar o movimento das ocupações, a fim de fomentar uma opinião desfavorável da população.

Os veículos de comunicação repercutiram as ocupações, mas tensionavam o acontecimento em favor do governo; efetivamente, apenas por meio das mídias alternativas era possível saber de fato como eram as mobilizações dos estudantes. Segundo as autoras Cardenas e Perez (2017), a deslegitimação é um instrumento de ação por parte de governos e das mídias locais. Primeiro, há uma distorção dos fatos, em um segundo momento, as fontes oficiais e as mídia buscam influenciar a opinião da população para que repudiasse o movimento.

Na pesquisa foi delimitado duas escolas para realizar a análise, a Escola Estadual (E.E.) Fernão Dias, situada em São Paulo, e a E.E Diadema, na cidade de Diadema. As experiências de ocupação tiveram um marcador de classe importante, sobretudo na E.E. Diadema. Diferente de outros lugares, a dinâmica das atividades acontecia conforme a disponibilidade das e dos estudantes, geralmente aos finais de semana, pois assim estudantes conseguiam participar com efetividade, já que não estariam no trabalho. As e os secundaristas de Diadema eram estudantes de estratos populares.

Para chegar a essa conclusão, analisamos os dados e critérios socioeconômicos utilizados para criar o perfil das e dos estudantes. As categorias utilizadas para essa análise foram renda familiar, escolarização de responsáveis e profissão de responsáveis. Já entre secundas que entrevistamos na E.E. Fernão Dias, predominam os estratos médios, que se mostravam indignados com a realidade nacional e com o que o governo de São Paulo vinha realizando nas escolas públicas.

Quanto à atuação política, as e os secundas em sua maioria eram independentes e a ocupação foi o primeiro movimento em que participaram, mas no qual desempenharam papéis importantes. Embora fosse a primeira vez que construíram um movimento, estudantes atuavam de forma independente, mas em algum momento de sua vida já dialogaram com outros movimentos. Das sete pessoas entrevistadas, quatro tiveram relação com movimentos como anarquistas, anarcopunks, grupo autônomos de secundaristas e o coletivo O Mal-Educado.

Em relação a sua atuação na ocupação, cinco atuaram na base do movimento e dois na liderança – uma das lideranças atuava de forma organizada em outros movimentos, e a outra era independente. O processo de formação política segue diversos caminhos, nos relatos aparecem a família, grupos religiosos e a escola. As instituições tiveram um papel importante nesse processo, pois o mesmo lugar que contribuiu para seu entendimento de justiça social, foi o mesmo que rompeu relações e contribuiu para a construção da sua consciência política.

As emoções estruturam as narrativas de jovens que ocuparam as escolas. De acordo com Jasper (2012), as emoções são fundamentais para a construção dos movimentos sociais, pois é por meio delas que podemos observar o desejo de transformação. A partir das motivações que levaram estudantes a ocupar, é possível visualizar como as emoções possuem uma capacidade de fazer com que os sujeitos criem vínculos, fazendo com que, ao participar de um grupo, compartilhem um projeto em comum, que pode alimentar o orgulho em pertencer a um determinado lugar e coletivo.

Esses sentimentos são importantes no processo de formação política, visto que não há uma ação social sem um elemento emotivo. As emoções

perpassam por diversos momentos da ocupação, mas quanto às motivações ao ocupar, elas aparecem como pertencimento a um grupo, a busca pela justiça, o afeto, a indignação com injustiça, o vínculo com a escola e a lealdade. As emoções aparecem como positivas e negativas ao mesmo tempo, por exemplo, o que começa como uma vergonha, em um determinado momento se torna orgulho. Essa combinação de dois polos diferentes é denominado por Jasper (2015) como baterias morais; ela desperta a identificação e faz com que os sujeitos promovam um compromisso para persistir no que estão fazendo.

“Entre minas e manas”⁴

A dissertação de mestrado intitulada “Entre minas e manas: Experiência feminina e subjetivação política nas ocupações secundaristas de 2015 e 2016” se desenvolve a partir dos dados construídos pela pesquisa nacional, “Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016: Formação e autoformação das e dos ocupas como sujeitos políticos” (GROPPO, 2018), desenvolvida em parceria entre a UNIFAL-MG (Universidade Federal de Alfenas) com universidades de todo o Brasil.

Temos como objetivo geral conhecer a atuação das meninas durante as ocupações secundaristas, identificando como essa experiência coletiva se relacionou com seus processos de auto-constituição como sujeitos políticos e sociais, bem como também de suas subjetividades, a partir da análise dos dados coletados, que compõem o acervo da pesquisa nacional anteriormente citada.

4 Item elaborado a partir do relato e da pesquisa de mestrado da coautora Karoline Rebecka Siqueira Ferreira.

Nesse momento, temos realizado o levantamento, a leitura e a documentação das publicações já desenvolvidas sobre as ocupações, em especial, as que tratam da atuação das meninas. Para tanto utilizamos o banco de dados da pesquisa nacional, disponibilizada através do site <https://www.unifal-mg.edu.br/ocupacoessecundaristas/>, bem como também a plataforma eletrônica ScientificElectronic Library Online – SCIELO e o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A partir da leitura dos artigos, dissertações e teses já desenvolvidos por pesquisadoras e pesquisadores de todo o Brasil, pretendemos iniciar o conhecimento sobre as trajetórias das meninas nas ocupações secundaristas. Em paralelo, temos realizado a leitura das entrevistas que compõem a pesquisa nacional, que foram colhidas por pesquisadoras e pesquisadores de todo o Brasil, deixando para uma segunda fase a sua codificação e análise.

Como primeiros resultados, obtidos a partir da análise da bibliografia já acessada, conseguimos destacar que a atuação das meninas nas ocupações secundaristas de 2015 e 2016 foi marcada pelo seu protagonismo. Elas foram a maioria em número, dentre as e os participantes das ocupações, com um perfil predominantemente secundarista e de origem nas camadas populares. As meninas assumiram papéis de relevância política e organizativa no movimento, conseguindo imprimir suas demandas e posicionamentos, a partir do questionamento dos papéis sociais designados para mulheres, não sem conflitos e tensões, mas garantindo desta forma a sua participação em postos de liderança e de importância para o movimento. (GROPPO; SILVEIRA, 2019, LEITE, 2017).

O protagonismo feminino verificado nas ocupações secundaristas pode ser relacionado com a ascensão feminista verificada no ano de 2015, tendo em vista as fortes mobilizações que ocorreram nesse ano, em torno do feminismo, contra o preconceito de gênero, em favor da igualdade de direitos e salários, assim como também contra a retirada de direitos já conquistados. Através de mobilizações nas ruas, mas também pela internet e redes sociais, as mulheres fizeram ecoar suas críticas e pautas, através das hashtags #MeuAmigoSecreto, #PrimeiroAssédio e #AgoraÉqueSãoElas, tornando público casos de machismo, violência contra mulheres e pedofilia, e fazendo surgir denúncias de crimes cometidos. (BRITO, 2017.)

Uma grande onda de manifestações feministas ocorreu nas ruas e na Internet naquele ano, reverberando nas ocupações daquele ano até 2016. Sua influência foi sentida nas ocupações por meio de uma estrutura organizativa que atendesse às necessidades de participação das meninas nas esferas de poder decisório, além da constituição de um feminismo interseccional, que buscava o debate e a construção de relações de igualdade entre todas e todos, atendendo a particularidades de gênero, raça e classe, buscando assim o empoderamento de todos os grupos ali representados. (ALEGRIA, 2017, SANTOS, 2017, MIRANDA, 2017).

Podemos resumir nossas primeiras aproximações acerca do estudo sobre a atuação das meninas nas ocupações secundaristas de 2015 e 2016 como a construção do sujeito político “Menina de Luta”, que rompe com as limitações impostas pela sociedade machista e heteronormativa e se consolida como agente de transformação da própria história, negando a precariedade imposta pelo Estado e reivindicando melhores condições para sua vida e de seus pares. (BARBOSA, 2018, CERES, 2018).

Considerações

A oportunidade de comunicar a pesquisa “Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016” durante o Curso de extensão “Juventudes e Educação” foi o mote desse capítulo. Para além do que foi apresentado naquela aula, quisemos trazer um pouco do diálogo da pesquisa nacional com as dissertações de mestrado de duas integrantes da equipe dessa pesquisa.

Neste capítulo, quisemos apresentar também uma dada trajetória da noção de juventude na sociologia, tendo como fio condutor a dialética da condição juvenil. A dialética da juventude ajuda a romper os limites da concepção clássica – que exacerba o polo da socialização e da institucionalização da juventude –, e ganha nova vida diante dos ciclos de revoltas juvenis no século XXI. Ganha novos sentidos como encontro da noção de subjetivação política de Rancière. A juventude se forja, agora, também como categoria política.

A e o jovem como sujeito político ganha proeminência com o movimento das ocupações estudantis de 2015 e 2016 no Brasil. Estudantes que estão no início da sua juventude – a adolescência –, de escolas públicas, em geral periféricas, filhas e filhos de classes trabalhadoras, principalmente mulheres e pessoas LGBTQIAP+ se tornam protagonistas de um movimento. Seu dissenso desarranja as fronteiras estabelecidas da ordem social e política, já que trazem os marcadores de quem tende a ser visto como sujeito “não político” ou “pré-político”. Constituem as e os secundaristas como sujeitos políticos em plenitude.

Referências

ALEGRIA, P. "Lute como uma mina!": gênero, sexualidade e práticas políticas em ocupações de escolas públicas. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11**, Florianópolis, 2017. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499467699_ARQUIVO_PaulaAlegria_TextoCompleto_MM_FG.pdf. Acesso em: 28/07/2022.

BARBOSA, F. S; CERES, K. B. O vazio ocupa um espaço imenso: ocupações secundaristas e as habilidades necessárias para se mover na crise. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**. v 25. 245-268. 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/11542/8134>. Acesso em: 28/07/2022.

BRITO, M. Primavera Feminista: A Internet e as Manifestações de Mulheres em 2015 no Rio de Janeiro. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, 2017, Florianópolis, UFSC, **Anais ... Florianópolis: UFSC/Instituto de Estudos de Gênero**, 2017. p. 1-11.

CÁRDENAS, C.; PÉREZ, C. Representación mediática de la acción de protesta juvenil: la capucha como metáfora. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, 15 (2), pp. 1067-1084, 2017. <https://doi.org/10.11600/1692715x.1521814092016>

CASTRO, LúciaRabello de. Juventude e socialização política: atualizando o debate. **Psicologia: Teoria e Pesquisas**. v. 25, n. 4, p. 479-487, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n4/a03v25n4.pdf>. Acesso em 10 mar. 2016.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. set./dez. 2003,

DOS SANTOS, A. P.; MIRANDA, C. M. Lute como uma menina: questões de gênero nas ocupações das escolas de São Paulo em 2016. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 417-444, 21 maio 2017.

FORACCHI, Marialice M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira, Edusp, 1972.

GROPPO, L. A. **Introdução à sociologia da juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

GROPPO, L. A.; OLIVEIRA, M. A. Ocupações secundaristas em Minas Gerais: subjetivação política e trajetórias. **Educação & Sociedade** [online]. 2021, v. 42 e240770. <https://doi.org/10.1590/ES.240770>

GROPPO, L. A.; SILVEIRA, I.B. Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. **Argumentum**. Vitória, v. 12, n. 1, p. 7-21, jan./abr. 2020. <http://10.18315/argumentum.v12i1.30125>

GROPPO, L. A; SILVEIRA, I. As Ocupas e as ocupações secundaristas: feminismo, política e interseccionalidade. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v.8, n. 14, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeducplings/article/view/6531/4552>. Acesso em: 28/07/2022.

HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony (orgs.). **Resistance through rituals**. Youth and subcultures in post-war Britain. Londres: Hutchinson; Birmingham: Universidade de Birmingham, 1982.

JASPER, James. Las emociones y los movimientos sociales: veinte años de teoría e investigación. **Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad**, v. 4, n. 10, p. 46-66, 2012

LEITE, M. S. No “colégio dos alunos, por alunos, para alunos”: feminismo e desconstrução em narrativas das ocupações. **ETD - Educação Temática Digital**, [S. l.], v. 19, p. 23-47, 2017 <https://doi.org/.20396/etd.v19i0.8647807>.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice M. (org.). **Mannheim**. São Paulo: Ática, 1982, p. 67-95. (Col. Os Grandes Cientistas Sociais, n. 25).
n. 24, p. 40-52.

OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS NO BRASIL EM 2015 E 2016. Página da Pesquisa na Internet. <https://www.unifal-mg.edu.br/ocupacoessecundaristas/>

PARSONS, Talcott. A classe como sistema social. In: BRITTO, Sulamita de (org.). **Sociologia da juventude**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 47-76.

RANCIÈRE, Jacques. **Nas margens do político**. Lisboa: KKYM, 2014.

REY, F. G. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**. Os processos de construção da informação. São Paulo: CengageLearning, 2010.

JUVENTUDES, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA¹

Maurício Perondi

Introdução

A reflexão realizada neste texto advém de uma pesquisa de doutorado (PERONDI, 2013), realizada na área da Educação, que buscou compreender quais são os sentidos produzidos a partir da participação social de jovens em diversos coletivos. O objetivo da mesma não se deteve em examinar as organizações em si mesmas, seus projetos e resultados, nem quantificar as experiências ou verificar o tempo de participação dos integrantes o grupo. O interesse principal foi o de abordar, de modo particular, os elementos que emergem das narrativas dos jovens a respeito de suas experiências de participação social em tais grupos, bem como os sentidos produzidos para suas vidas, a partir dessas experiências.

Partiu-se do pressuposto de que, contrariamente ao que se percebe, em muitos casos, no senso comum e na grande mídia, a preocupação dos jovens com as questões sociais não deixou de acontecer. Autores como Abramo (2004), Melucci (2001), Novaes e Vidal (2005) atestam que aconteceu uma mutação na participação dos jovens. Esta modificou-se consideravelmente

¹ Trabalho apresentado originalmente na XI ANPED-SUL – Reunião Científica da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação). Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. UFPR, Curitiba/PR. 24 a 27 de julho de 2016.

diante das práticas que eram desenvolvidas por jovens em outros períodos históricos, mas continua acontecendo de formas diversas.

O estudo baseou-se numa metodologia qualitativa, concretizada através da proposta de narrativas juvenis, que tem inspiração no conjunto amplo das histórias de vida, do campo da sociologia compreensiva (KAUFMANN, 1996), das teorias microssociológicas e da etnometodologia (LAPASSADE, 1996).

Para a realização da pesquisa foram selecionados quatro coletivos que contam com a participação expressiva de jovens em seu meio. Na área ecológica foi escolhido o Instituto Ingá; na área da educação popular foi escolhido o cursinho Pré-Vestibular Zumbi dos Palmares; na área da valorização das diferenças étnico-raciais, optou-se pelo Instituto Cultural Afro-Sul/Odomodê e na área da violência/direitos humanos decidiu-se pela Campanha Nacional Contra a Violência e o Extermínio de Jovens, das Pastorais da Juventude do Brasil.

Na sequência do texto serão aprofundados dois aspectos principais. No primeiro será discutido como a participação nos coletivos contribui para a construção das identidades individuais dos jovens e que sentidos se produzem em suas trajetórias. No segundo, serão abordados os elementos relativos ao crescimento pessoal que os jovens vivenciam a partir de sua participação nos grupos.

A construção das identidades juvenis a partir da participação social

Um dos temas que emergiu através da pesquisa realizada diz respeito aos processos de identização, que corresponde ao processo de produção de identidade que os jovens realizam junto aos grupos nos quais participam.

Independente dos motivos que os levaram a ingressar em tais grupos, os jovens revelam uma identificação com a caracterização destes coletivos, que passam a produzir sentidos para as suas vidas.

Tal fenômeno pode ser compreendido a partir da perspectiva de que, de modo mais incisivo, a partir do final do século XX e início do século XXI, os indivíduos sentem a necessidade de encontrar respostas a respeito de si mesmos, questionando suas identidades e seu lugar no mundo. Se, nos períodos anteriores, as gerações aceitavam com menos questionamentos as heranças recebidas e significados construídos por outrem, as gerações das últimas décadas buscam construir os próprios significados, pois:

Em períodos precedentes o homem vivia numa atmosfera de crenças em que nada o levava a se auto-avaliar. Vivia sem preocupar-se em saber como vivia. Aceitava a fé, o conhecimento e a ação assim como aceitamos a própria vida. O homem de épocas anteriores vivia fora do tempo, sem necessidade de refletir sobre as condições de sua existência. Para nós, a inteligibilidade tornou-se essencial. Procuramos dar nome não só ao conhecido, mas também ao desconhecido. (MANNHEIM, 2008, p. 69).

O autor refere à necessidade humana de refletir sobre as condições de sua existência, nominando tanto os aspectos conhecidos, tanto como os desconhecidos. Neste processo reflexivo é que acontece a produção de sua identidade.

Os jovens participantes da pesquisa, ao narrarem suas experiências realizam processos de identificação em diferentes âmbitos, produzindo sentidos para as suas vidas. Um dos aspectos associados a este tema é a

produção de identidade associada à vivência cultural, indicada no fragmento que segue:

Eu já conhecia o trabalho [do grupo Afro Sul-Odomodê], tinha alguma experiência visual de ter visto, de ter acompanhado um pouco do trabalho e pela questão de que eu gostava muito da dança, me identificava com a questão da cultura negra. Não tinha nada de conhecimento e achei uma porta importante para me aproximar e aprender um pouco mais da cultura. Eu sempre me identifiquei com a dança, desde pequena eu sempre gostei de dançar, sempre tive essa proximidade, essa ligação com a música, com o canto. A minha família é muito musical, por mais que ninguém seja artista, todos têm na veia muito isso; minha mãe principalmente tinha muito isso. (Leticia², Grupo Afro Sul-Odomodê).

O relato da jovem Leticia demonstra uma identificação com o seu contexto familiar e cultural, que é acrescida de sentido a partir de sua participação no grupo. Destaca a sua forte ligação com a música, com a dança e com o canto, pois sua família era “muito musical” e este fator contribuiu para tal processo.

A sua identificação com o grupo e com a sua etnia demonstra que este coletivo lhe acolhe e produz sentido para sua participação. No entanto, esta é uma situação que não é vivenciada pela maior parte dos jovens negros brasileiros. De acordo com os dados do Projeto Juventude³, estes,

²O nome dos/as jovens participantes foi trocado para preservar as suas identidades.

³O Projeto Juventude foi desenvolvido pelo Instituto da Cidadania, entre 2003 e 2004, com o objetivo de projetar o tema juventude na agenda política do país. O projeto procurou situar a questão em um patamar profundo de discussão, explorando os distintos cenários e refletindo sobre as alternativas propostas. Entre as ações do projeto está a pesquisa intitulada “Perfil da juventude brasileira”, que constituiu num amplo levantamento quantitativo de dados sobre os jovens de 15 a 24 anos do país. Os dados e análises da pesquisa foram divulgados em duas obras: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005 e NOVAES, Regina; VANUCHI, Paulo. (Orgs.). *Juventude e sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e*

encontram maiores dificuldades sociais que os jovens brancos, na mesma fase da vida, pois convivem diariamente com situações de discriminação, principalmente no mundo do trabalho e da educação (SANTOS; SANTOS; BORGES, 2005, p. 296).

Outro tema ressaltado na pesquisa foi a identificação política⁴. O fragmento do relato de um dos participantes demonstra como ela se desenvolve:

O Zumbi atendeu as minhas expectativas. Uma das coisas que eu levei em conta para procurar o Zumbi é porque eu queria uma experiência que fosse mais politizada, tivesse um sentido político (...). Eu, pessoalmente, estava interessado tanto em dar aula de Física, que é a minha área, tava interessado em participar de algum movimento social, se é que esse aqui pode ser considerado um movimento social, ter algum tipo de atuação política, e principalmente, tava interessado em juntar essas duas esferas da minha vida, juntar a minha formação em Física e estar participando de algum movimento social. (Nicolas, Cursinho Zumbi dos Palmares).

O jovem Nicolas relata que procurou o Zumbi para dar aulas por dois motivos: o interesse em dar aulas de física, que é a sua formação, e o desejo de atuar em um movimento social politizado. Aponta para uma consciência anterior à própria participação no grupo, pelo sentido “politizado” que ele imaginava ter.

Sua experiência também realça um tópico importante aqui discutido que é a participação social dos jovens, constituindo-se num exemplo do que já foi abordado no primeiro capítulo, em que diversas pesquisas apontam

Participação. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004. Também é possível encontrar mais informações através do site: www.projetojuventude.org.br

⁴ Expressão utilizada pelo jovem Nicolas, do Cursinho Zumbi dos Palmares.

para a atuação de muitos jovens em diversos espaços sociais. Interessante também perceber que, por mais que o jovem tenha dúvida se o cursinho é um movimento social, ele caracteriza-o como um espaço de “atuação política”.

Outro aspecto proeminente na questão da identificação é aquele relativo à condição social, em que os jovens participantes do Cursinho Zumbi se encontram. Apontam para os desafios enfrentados para ingressar no Ensino Superior, gerados por sua condição social desfavorecida, que limita uma melhor preparação para os processos seletivos. Tal condição gera no grupo um espírito coletivo mobilizador, que é referido pelos jovens participantes da pesquisa. Relatam uma sintonia, em virtude de sua condição social, em que cada um busca ajudar os demais a superar seus limites e fomentar o ingresso na universidade.

O fragmento a seguir descreve esta sintonia:

Eu vi uma matéria num jornal sobre os pré-vestibulares populares e dentre eles tinha o Zumbi e um pouco da sua experiência. Tinha também sobre a inscrição; tava com as inscrições abertas. Aí eu me interessei porque eu tava procurando um pré-vestibular. Minha mãe também me incentivou bastante “Vai porque a gente não tem dinheiro para pagar um curso pago, vai”. Devido a essa minha experiência eu vi como é difícil, assim, tu ingressar no ensino superior, tu vir de movimentos populares, como é mais árduo o trabalho. Então eu resolvi ajudar o pessoal, porque as mesmas dificuldades que eu passei, todos iam passar, então eu, com a minha experiência até aquele momento, eu poderia dar alguma ajuda para o pessoal. (Igor, Cursinho Pré-Vestibular Zumbi dos Palmares).

Igor relata seu percurso, desde antes de entrar no cursinho, onde, sem dinheiro para pagar um curso privado, incentivado pela mãe, encontra no Zumbi uma alternativa de preparação para o vestibular. Ele tem consciência de que não é um caso isolado, pois sabe que a dificuldade é a mesma para outros jovens oriundos das classes populares. A experiência foi significativa ao ponto de, após ingressar na universidade, ainda durante seu curso de graduação, resolver retornar ao cursinho para contribuir com outros jovens que buscam uma alternativa semelhante à sua.

A experiência deste jovem, e dos demais estudantes do cursinho, inscreve-se num cenário mais amplo, em que milhões de jovens brasileiros se ressentem da falta de oportunidades, devido ao modelo social vigente. Tal situação pode ser compreendida, a partir da observação que:

Na sociedade do capitalismo global, observa-se um recrudescimento de tendência totalitária em razão do avanço das forças produtivas e das relações de produção que acirram a contradição do desenvolvimento tecnológico atrelado à reprodução da miséria e das desigualdades sociais [...] Reproduz-se a sociedade competitiva na qual não há lugar para todos. Para os jovens da periferia, crescer é uma empreitada que ele deve enfrentar sozinho, um salto no escuro, geralmente sem a ajuda da sociedade. (ABRAMOVAY; FEFFERMANN, 2007, p. 46 e 54).

A universidade pode ser referida com um dos espaços sociais onde não há lugar para todos, conforme apontam as autoras. Os jovens de condição econômica precária são os que mais sofrem as consequências deste sistema, pois não encontram estruturas sociais que lhes ajudem a superar tais obstáculos. Neste contexto de competição, de falta de apoio e de “um salto no escuro”, onde cada jovem é impelido a buscar soluções sozinho, percebe-

se no cursinho um grande empenho dos jovens para ajudar a outros colegas que enfrentam a mesma condição que a sua, numa tentativa de superação dos limites que a sociedade do capitalismo global lhes impõe.

Outra dimensão referida pelos jovens é a identificação afetiva. Os excertos abaixo expressam como a mesma se constitui no âmbito dos coletivos:

Eu me encantei com o tipo de relacionamento que eles tinham entre eles e que demonstravam o tanto de respeito e confiança, inclusive nas outras pessoas, que tavam chegando ali pra participar e que nunca tinham se visto né. Então foi o grupo mesmo, as pessoas, que me encantaram, assim. (Érica, Instituto InGá).

Tava meio difícil me encontrar no espaço eclesial, aí eu conheci o grupo de jovens de uma comunidade que me acolheu e é a comunidade que eu to até hoje. O grupo de jovens foi para mim este espaço de acolhimento, foi casa, foi carinho, foi cuidado. O grupo fez este papel de me incluir neste espaço da comunidade, de conhecer os trabalhos, de conhecer a realidade social, a realidade eclesial ali da área onde eu tava. Eu fiz aquilo que tanto se fala nos documentos, o processo de educação na fé, gradual. (Giovani, Campanha contra a Violência e o Extermínio de Jovens).

No primeiro excerto, Érica frisa que aspecto afetivo, através de elementos como a confiança e o respeito no modo de se relacionar, lhe encantaram e tais aspectos passaram a fazer sentido para que ela se identificasse com o grupo. Melucci (2004) sugere que o desejo de identificar-se com o outro revela uma necessidade intrínseca de socialização que perpassa a vida de todos os indivíduos. Em suas palavras

Para poder reconhecer as nossas necessidades como indivíduos precisamos estar integrados às redes comunicativas que lhes dão origem. O grupo torna-se a regra obrigatória em que precisamos nos inserir para saber quem somos (MELUCCI, 2004, p. 41).

A ênfase do autor ao fato de que o grupo contribui para responder ao questionamento de “quem somos” coaduna com a perspectiva da identificação da jovem com o coletivo do qual faz parte, o InGá, contribuindo para o seu encantamento com tal proposta. Pode-se ainda inferir que tal identificação confere sentido à sua participação neste espaço, pelas relações que ela afirma ter estabelecido no grupo e pelo encantamento que teve pelos demais participantes.

Na contemporaneidade são inúmeros os grupos e espaços sociais em que os jovens podem participar, seja de forma passageira, ou mesmo de longa duração. No entanto, há certos grupos que se tornam uma referência para as suas vidas, pois apresentam determinadas características com as quais os jovens se identificam, conforme sugere uma das participantes:

No InGá, com certeza foi o momento em que eu realmente integrei todas estas questões ecológicas que hoje em dia o InGá trabalha e outras entidades trabalham. Com certeza se não fosse o InGá, provavelmente eu também não estaria em outra entidade ambientalista porque eu vejo que o InGá é bem a minha cara. Existem outras, não desmerecendo nenhuma delas, mas cada uma tem as suas características, então não sei se eu teria me envolvido com outra entidade ambientalista. (Paloma, Instituto InGá).

A jovem destaca que encontrou no InGá características que correspondem ao seu anseio de participação na causa ambientalista. Ao enfatizar que o grupo é a “sua cara” ela confere um sentido especial para este coletivo em suas opções, frisando, que talvez não participaria de outro grupo, mesmo que este também tivesse um cunho ambientalista que é a sua área de atuação. Fica implícita a ideia de que não é apenas a “temática” (no caso aqui, a ecológica) que outorga sentido para a participação. São necessários outros elementos que criem a identificação entre os participantes e que possibilitem a coesão grupal. Ao referir sobre redes grupais e identidades juvenis, Pais (2003), a partir de pesquisa sobre culturas juvenis e modalidades de passagem para a vida adulta, destaca:

A coesão interna dos grupos estabiliza-se a partir de traços de identificação conjuntamente compartilhados; no entanto, esses traços funcionam também como suporte de formação e reconhecimento de identidades grupais entre si diferenciadas. (p. 119)

O apontamento do autor enfatiza que as características compartilhadas pelos integrantes do grupo fortalecem a sua coesão interna e possibilitam a diferenciação deste, frente a outras identidades grupais. No relato de Érica torna esta identificação é mencionada quando afirma que não sabe se teria se envolvido em outro coletivo, dada a coesão estabelecida com o seu atual grupo.

Os processos de crescimento pessoal realizados nos coletivos

Quem experimenta a mudança de suas próprias circunstâncias não se percebe em termos fixos e definitivos. Sua visão nunca se torna compacta, por

desprender-se de qualquer esquema antes de cristalizar em torno de uma imagem nítida do mundo. A autosuficiência inabalável também já não pode mais ser um ideal. Bastar-se a si próprio é o ideal de uma sociedade firmemente arraigada ao passo que o tipo representativo de nossa era tem as características de Proteu, sempre a transcender e reconstruir a si próprio, impulsionado pelas forças da renovação e da reforma. (MANNHEIM, 2008, p. 69-70).

De acordo com Mannheim, uma das principais características dos sujeitos contemporâneos (segunda metade do século XX) pode ser associada ao mito de Proteu e sua capacidade constante de metamorfose diante das necessidades que lhe aparecem. Tal situação é referida pelos jovens participantes da pesquisa, ao destacarem que a experiência nos grupos oportuniza mudanças significativas em suas vidas, contribuindo para o crescimento pessoal.

Um dos jovens participantes da pesquisa arrola diversas mudanças que aconteceram a partir do seu envolvimento com o coletivo do qual é integrante:

Acho que a partir do momento que a gente faz uma escolha pastoral, os nossos hábitos mudam, nossa forma de pensar, de refletir, de agir e em consequência disso, nós também mudamos né. Às vezes a gente não consegue perceber essas mudanças, mas aqueles que estão em contato direto conosco podem perceber. Acredito que foi uma mudança muito positiva que aconteceu comigo. (Ulisses, Campanha contra a Violência e o Extermínio de Jovens).

Em sua narrativa o jovem aponta para alguns aspectos concretos de sua vida, que foram modificados a partir de sua inserção no grupo,

principalmente quanto às atitudes, entre as quais, destaca a forma de pensar, de refletir e de agir. Ulisses sugere que tais aspectos geraram uma mudança pessoal, que, inicialmente, não foi percebida por ele, mas, posteriormente foi reconhecida pelas demais pessoas com as quais tem contato. Finaliza acrescentando que considera positiva a mudança que aconteceu consigo a partir de sua participação no grupo. Tais percepções acontecem, pois “os narradores comunicam como eles veem a si mesmos e como eles são vistos pelos outros” (ERRANTE, 2000, p. 142).

O relato aponta para a dimensão positiva que o grupo tem para o sujeito jovem, visto que ele mesmo, com ajuda de pessoas de sua relação, consegue perceber as mudanças pessoais operadas nas relações grupais e o sentido que este coletivo passou a ter em sua trajetória.

Os relatos dos jovens acerca de como a sua participação nos coletivos contribui para a modificação de si e do seu crescimento pessoal denota que os sujeitos contemporâneos se deparam de um modo mais incisivo com a necessidade de construir a própria vida, a partir das relações que estabelecem, conforme nos sugere Melucci:

Habitamos um planeta que se transformou em uma sociedade global. O ritmo acelerado da mudança, a multiplicidade de papéis que desempenhamos, o excesso de possibilidades e de mensagens ampliam nossa experiência cognitiva e afetiva, numa medida sem paralelo com qualquer cultura precedente da humanidade. Faltam os pontos de referência que permitiam aos indivíduos e aos grupos, no passado, construir a continuidade de suas existências. Cada vez mais remota torna-se a possibilidade de responder com segurança à pergunta “quem sou eu?”. A busca de uma morada para o eu transforma-se numa vivência obrigatória, e o indivíduo deve construir e reconstruir a

própria casa diante das prementes mutações dos eventos e das relações. (2004, p. 15).

A afirmação do autor enfatiza o ritmo acelerado das mudanças no momento presente, bem como os diferentes papéis e possibilidades a que os indivíduos contemporâneos estão submetidos. Diante de tal complexidade, torna-se difícil responder a interrogante “Quem sou eu?”. Realça que o desafio é a construção constante de si mesmo, a partir dos acontecimentos e das relações estabelecidas. A reflexão de Melucci (2004) permite perceber que as modificações de si que os jovens apontam em seus relatos podem ser contextualizadas nesta dinâmica social mais ampla, caracterizada pelas mudanças e pelos desafios aos indivíduos na (re)construção de si mesmos.

Outro aspecto relacionado ao crescimento pessoal, muito próximo aos das modificações de si, é o da conscientização/noção de mundo. Em torno deste tema os jovens expressam que os coletivos foram significativos em suas trajetórias, pois contribuíram para a sua formação, oportunizaram possibilidades de adquirir uma consciência crítica com relação aos diferentes aspectos da vida, ou como eles mesmos expressam, dando-lhes uma “noção de mundo”.

O relato da jovem Bibiana expressa essa ideia:

Se eu não participasse do Zumbi, acho que eu seria uma pessoa muito mais limitada, em vários sentidos... porque o Zumbi me deu uma noção de mundo. Então eu acho que eu seria uma pessoa bitolada. É complicado dizer que, talvez os outros que não participam sejam bitolados (risos), mas no meu caso, é difícil comparar, pois entrei no Zumbi com 17 anos, de repente é uma questão de idade também, tu é muito novinha, não tem nada, mas é exatamente esta questão de noção de mundo, de fazer alguma coisa. (Bibiana, Cursinho Zumbi dos Palmares).

A partir de sua experiência no grupo, a jovem relata que iniciou a participar ainda muito nova, com 17 anos, e naquele momento sentia-se “bitolada” pela inexperiência, pois afirma que “não tinha nada”. Com a trajetória realizada, enfatiza que o grupo lhe deu uma noção de mundo, que ela destaca no início de sua fala e reafirma no final.

Em seu relato percebe-se o significado que o coletivo teve para o desenvolvimento de sua consciência crítica, que é expresso através da ideia de noção de mundo, própria do léxico coletivo do Cursinho.

Este processo parece ser decisivo no momento da adolescência, quando os jovens iniciam a sua participação em tais coletivos. Esta perspectiva de conscientização ganha forma no relato de outros jovens participantes dos grupos da pastoral, tal como relata o jovem Marlon:

Quando eu comecei a participar da campanha *foi meio que um abrir os olhos* para a realidade que estava em volta e que a gente acaba não percebendo as várias realidades de extermínio da juventude. Isso acaba contribuindo no nosso ser cidadão. A partir deste abrir os olhos que vai acontecendo com a gente, são pequenas atitudes que a gente vai mudando, mesmo nos posicionamentos. Eu já percebi que vários posicionamentos meus mudaram e a partir, também, desta formação que a gente vai tendo e percebendo na realidade, a gente vai se posicionando para que estas realidades que a gente vive mudem. (Marlon, Campanha contra a Violência e o Extermínio de Jovens). *[grifo do autor]*.

Marlon utiliza a metáfora do “abrir os olhos” para destacar sua experiência na pastoral, de modo especial, na Campanha, que lhe possibilitou maior consciência a respeito das várias realidades de extermínio

dos jovens. Também destaca que esta consciência possibilitou a mudança de pequenas atitudes e posicionamentos que contribuem para o seu ser cidadão.

A narrativa do jovem afirma que sua participação neste coletivo foi significativa para a experiência pessoal. Também pode-se relacionar tal relato à problematização central deste estudo a respeito da participação social dos jovens nos coletivos dos quais fazem parte, pois quando um jovem menciona que sua experiência contribui para o seu “ser cidadão”, pode-se inferir que a mesma tem um sentido demarcador para sua vida.

Ainda quanto ao tema da conscientização, a experiência da jovem Paloma apresenta-se como emblemática:

Com certeza a minha vida seria diferente se eu não participasse do InGá, porque, agora, eu tenho uma consciência muito mais ampla. Eu também poderia ter esta consciência por outros motivos, mas com certeza o InGá mudou muito minha concepção de mundo, de possibilidades, de pensar o futuro, ter outros objetivos, como é o caso de ter a minha terrinha. (Paloma, Instituto InGá).

Neste relato a jovem anuncia literalmente que a participação no InGá lhe possibilitou aquilo que ela chama de uma consciência mais ampla, que é caracterizada por mudanças em sua concepção de mundo, nas suas possibilidades, no seu modo de pensar no futuro e nos seus objetivos concretos, como a questão de ter uma terra própria. A jovem Paloma afirma que a participação no grupo ambientalista levou a uma concepção diferente em relação à consciência ambiental, ao modo de consumo, a ponto de que traçasse outros objetivos para sua vida, como é o caso de ter sua própria terra, onde poderá fazer o cultivo de alimentos sem agrotóxicos e de PANCS (Plantas Alimentícias Não-Convencionais).

O projeto da jovem de possuir uma propriedade na zona rural contrapõe-se a duas ideias correntes que apontam uma direção contrária aos fenômenos relacionados aos âmbitos rural e urbano. A primeira é a de que as propriedades rurais que estão cada vez mais próximas às cidades são mais desvalorizadas, tanto pelas referências estigmatizadoras sobre a população destes meios, quanto pela exclusão do acesso aos serviços públicos e privados básicos (CASTRO, 2007). A segunda é a do crescente número de jovens que abandonam as zonas rurais para buscarem novas oportunidades nos centros urbanos. Em relação à primeira, a jovem Paloma se contrapõe à estigmatização com a valorização do espaço rural como possibilidade de novas formas de produção; em relação à segunda, ela vai no contrafluxo da migração do campo para a cidade, visto que ela deseja sair da área urbana para habitar a área rural. Há que se considerar que os motivos migratórios são significativamente diferentes, uma vez que o fluxo da zona rural para a cidade, geralmente, está vinculado a uma realidade econômica precária, ao passo que o movimento inverso, de modo geral, refere-se a uma busca de maior qualidade de vida ou da realização de um *hobby*.

Ainda na esfera do crescimento pessoal, os aprendizados realizados nos coletivos e como seus desdobramentos conferem sentidos para a participação dos jovens nestes espaços. O relato que segue é emblemático para compreender esta dinâmica:

Acho que tudo é muito marcante na minha trajetória do grupo! Então é muito difícil dizer um momento marcante só. Quando iniciei, eu não sabia dançar nada, não tinha ritmo, não tinha nada. De repente eu me esforcei, eu tava sempre lá atrás, porque a gente sempre teve essa coisa de inclusão, não interessa se não sabe, fica lá aprendendo, nós não vamos deixar de participar, de se apresentar. Então pra não atrapalhar as outras fica

um pouquinho mais ali no cantinho, mas tá lá, tá no espetáculo, tá no palco. (Tânia, Grupo Afro Sul/Odomodê).

Sua experiência expressa a dinâmica de aprendizado que acontece no grupo Afro Sul/Odomodê. Inicia afirmando que não sabia dançar nada e não tinha ritmo quando chegou no grupo; mesmo assim não foi impedida de participar. Foi colocada numa posição de retaguarda onde poderia participar sem atrapalhar as demais integrantes. A partir da oportunidade recebida, passou a esforçar-se para aprender as coreografias e poder apresentar-se com o grupo. Destaca que este processo foi possível, pois no grupo é adotada uma postura, que ela caracteriza como inclusiva, que procura valorizar os participantes, independente do seu nível de conhecimento.

Em seu relato, a ideia de aprendizado é expressa como aquele procedimento que acontece de modo gradativo e de acordo com o ritmo dos participantes. Ressalta ainda que não há uma divisão rígida com relação às idades, visto que os participantes novatos são integrados ao grupo e aprendem de acordo com suas possibilidades, como é o caso acontecido em seu percurso.

A narrativa de outra jovem também aponta para o processo de aprendizado realizado no seu grupo:

Se eu não tivesse entrado no InGá com certeza, muitas coisas não teriam acontecido na minha vida. Pra dizer a verdade, antes de participar do InGá, eu sabia que existia, mas não tinha nem ido na Ferinha Agroecológica. Sabia que era uma feira e tal. Eu tinha um conhecimento mínimo; mínimo não, básico, super básico, com relação à essas coisas que a gente trabalha: hidrelétricas, agrotóxicos..., essas coisas todas eu tinha

uma noção um pouco melhor do que a massa da sociedade, mas não era tanto. (Paloma, Instituto InGá).

Os aprendizados referidos pelos dois jovens extrapolam a esfera de conhecimentos tradicionalmente atribuídos aos espaços escolarizados ou de currículos rígidos de grupos formativos, pois os modos de trabalhá-los, a apropriação e a significação dos mesmos são diferentes. Visto que os jovens atribuem grande sentido para estes aprendizados, cabe aprofundar as características dos mesmos.

Ao investigar como acontecem os aprendizados e a apropriação dos saberes, Bernard Charlot cunhou o conceito de “relação com o saber”. Para o autor,

A relação com o saber é a relação com o mundo, com o outro, e com ele mesmo, de um sujeito confrontado com a necessidade de aprender; (...) Ou, sob uma forma mais “intuitiva”: relação com o saber é o conjunto das relações que um sujeito mantém com um objeto, um “conteúdo de pensamento”, uma atividade, uma relação interpessoal, um lugar, uma pessoa, uma situação, uma ocasião, uma obrigação, etc., ligados de uma certa maneira com o aprender e o saber; e, por isso mesmo, é também relação com a linguagem, relação com o tempo, relação com a ação no mundo e sobre o mundo, relação com os outros e relação consigo mesmo enquanto mais ou menos capaz de aprender tal coisa, em tal situação. (CHARLOT, 2000, p. 80-81).

Tal concepção supõe a existência de um sujeito confrontado com a necessidade de aprender e com a presença de diversos saberes que há no mundo. A noção de sujeito implica a percepção de que este se constitui como um “ser singular, exemplar único da espécie humana, que tem uma história, interpreta o mundo, dá um sentido a esse mundo, à posição que

ocupa nele, às suas relações com os outros, à sua própria história, à sua singularidade” (Charlot, 2000).

Neste caso, a singularidade não supõe que o sujeito vive isolado. Charlot concorda com Bourdieu de que o sujeito ocupa efetivamente uma posição no espaço social, embora considere insuficiente a sua constatação. Mesmo que todo sujeito pertença a um grupo, ele não se reduz a esse vínculo e ao que pode ser pensado a partir da posição desse grupo em um espaço social. Ele interpreta essa posição, dá um sentido ao mundo, atua neste, depara-se nele com a necessidade de aprender e com formas variadas de saber. Consequentemente, a relação com o saber será fruto desses múltiplos processos (PERONDI, 2008).

As considerações de Charlot contribuem para pensar que os aprendizados que os jovens desenvolvem nos coletivos em que participam implicam em vários fatores e relações, que extrapolam os conteúdos e modos de transmissão abordados em espaços educativos formais, conforme foi possível perceber nos relatos dos participantes.

Considerações Finais

Os relatos dos jovens apontam que a participação nos coletivos contribui para a afirmação das identidades dos jovens a partir de diferentes dimensões: cultural, espiritual, política, condição social, afetiva, grupal e condição social. Ainda que suas afirmações sejam construções realizadas no presente, lançam o olhar para os itinerários vivenciados nos grupos, ressaltando aspectos que foram importantes na produção de suas identidades.

É possível perceber como as experiências dos jovens nos coletivos onde participam contribuem como demarcadores de seus itinerários pessoais. De maneira particular destacam que os grupos lhes ajudam a crescer pessoalmente em situações em que ocorrem mudanças de si ao longo do processo, em que há o desenvolvimento de uma maior conscientização/noção de mundo, onde constroem aprendizados significativos para suas vidas e onde podem adquirir confiança para enfrentar de modo diferenciado os desafios para a construção de projetos de futuro.

Conforme destaca Melucci (2004), o crescimento pessoal e o desenvolvimento da identidade supõe um processo de individuação e um alargamento da autonomia dos sujeitos. Em suas palavras,

No seu aspecto dinâmico, a identidade apresenta-se como um processo de individuação e de crescimento da autonomia. Vemos hoje nossa identidade como um produto de uma ação consciente e resultado da auto-reflexão, mais do que como um dado ou uma herança. Somos nós que construímos nossa consistência e reconhecemo-nos dentro dos limites impostos pelo ambiente e pelas relações sociais. (MELUCCI, 2004, p. 47).

A afirmação do autor aponta para o desafio com o qual os sujeitos contemporâneos se deparam em construir suas próprias identidades. Tal processo é realizado pelo próprio indivíduo, a partir de oportunidades e limites estabelecidos através de suas relações pessoais e sociais. Este desafio é perceptível através dos relatos dos jovens participantes da pesquisa ao enfatizarem que a sua experiência de participação nos coletivos contribuiu para o crescimento pessoal.

A partir dos vários relatos realizados pelos jovens percebe-se que não é apenas o foco de atuação do grupo que ajuda a construir e a manter o sentido da participação, mas existem outros fatores, tais como os afetos, as convivências, os aprendizados, os desafios, a superação de dificuldades, entre outros, que contribuem para tal processo. Esta constatação pode estar relacionada à necessidade de pertencimento, frisada por Melucci (2001) ou ainda ao medo de estar desconectado, referido por Novaes e Vidal (2005). Por exemplo, em relação ao *Cursinho Zumbi dos Palmares*, os jovens professores destacam que o sentido da ação no grupo extrapola o objetivo da aprovação dos alunos no vestibular e se estende à formação pessoal, ao desenvolvimento da consciência crítica, à solidariedade com outros membros do grupo, ao fortalecimento das relações, entre outros.

Em muitos dos relatos é perceptível a complementaridade entre as dimensões pessoais (identidade, dificuldades pessoais, realização pessoal, etc.) e as dimensões coletivas (amizade, convivência, dificuldades grupais, sociabilidade, etc.) que são referidas pelos jovens. Tal constatação pode ser relacionada ao conceito de participação social juvenil, que enfatiza experiências de pertencimento dos jovens em espaços coletivos de atuação, pois, caso fossem abordadas apenas participações individuais, possivelmente a construção de tais sentidos não seria possível ou seria diferente. Desse modo, percebe-se que as experiências produzidas a partir da participação nos grupos contribui tanto pessoalmente, como também para a construção da cidadania e do envolvimento com questões sociais.

Referências

ABRAMO, Helena. **Participação e organizações juvenis**. Recife: Fundação Kellogg, 2004.

ABRAMOVAY, Miriam; FEFFERMANN, Marisa. Se ficar o bicho come, se correr... **Sociologia Especial: Juventude Brasileira**. São Paulo: Editora Escala. Ano I, n. 2, p. 49-55, 2007.

CHARLOT, Bernard (Org.). **Da relação com o saber**: Elementos para uma teoria. Tradução de Bruno Magne. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED, n. 24, set/dez, 2003. p. 40-52.

ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. In: **História da Educação**. ASPHE, Pelotas, n.8, p.141-174, set. 2000.

FEIXA, Carles. **De jóvenes, bandas y tribus**. 3ª ed. Barcelona: Ariel, 2006.

KAUFMANN, J. C. **L'entretien compréhensive**. Paris: Nathan, 1996.

LAPASSADE, George. **Les microsociologies**. Paris: Desclée de Brouwer, 1996.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia da cultura**. Tradução de Roberto Gambini. São Paulo: Perspectiva, 2008. (Coleção Estudos n. 32).

MELUCCI, Alberto. **A Invenção do Presente: Movimentos Sociais nas Sociedades Complexas**. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto. **O jogo do eu: A mudança de si em uma sociedade global**. Tradução de Adriano Marinho et al. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2004.

NOVAES, Regina; VIDAL, Cristina. A juventude de hoje: (re)invenções da participação social. In: THOMPSON, Andrés A. (org.). **Associando-se à juventude para construir o futuro**. São Paulo, Peirópolis, 2005.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003.

PERONDI, Maurício. **Jovens da Pastoral da Juventude Estudantil: aprendizados na experiência**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Programa de Pós Graduação em Educação, 2008. Dissertação de Mestrado. 164 p.

SANTOS, Gevanilda; SANTOS, Maria J. P.; BORGES, Rosângela. A juventude negra. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo

Martoni (orgs). **Retratos da juventude brasileira:** análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Perseu Abramo, 2005. P. 291-302.

IMAGENS E POLÍTICAS DE JUVENTUDE NA VIRAGEM NEOLIBERAL

Vitor Sérgio Ferreira

A extensão do conhecimento sobre Juventudes à política

O conhecimento científico acumulado sobre juventudes é potencialmente dotado de um importante valor de uso por parte das instituições responsáveis pela produção de medidas e programas integrados em políticas de juventude (*policy making*), das organizações e técnicos que as operacionalizam (*policy practice*), e dos próprios jovens que as vivem e as experienciam (*policy living*). É nesta medida que acredito que o conhecimento científico sobre as realidades juvenis deve estar ao serviço dos e das próprias jovens e de quem com eles e elas lida institucional e/ou quotidianamente, através, sobretudo, da sua extensão junto de quem *para* eles e elas, e *com* eles e elas, produz políticas e programas de juventude.

Nesta perspetiva, a procura de conhecimento científico sobre os mundos juvenis deveria constituir a base de trabalho para a produção de políticas públicas verdadeiramente enraizadas nas realidades que procuram agir (*grounded policies*). Porém, o que vemos, em grande medida, são programas e medidas generalistas (*great politics*) com pouca adesão às diversidades e desigualdades que atravessam as realidades vividas e experienciadas pelos jovens, fundamentados em pressupostos ideológicos e de senso comum muitas vezes importados, impostos e reproduzidos por

estruturas de poder ou organismos internacionais longínquos aos contextos juvenis dos que se lhes sujeitam e são assujeitados.

O movimento de extensão do conhecimento às políticas públicas embate, frequentemente, em políticas e políticas que operam na base de (precárias) certezas impressionistas que se fundamentam muito mais em estereótipos e imagens construídas sobre as realidades juvenis, do que no substancial conhecimento já acumulado sobre essas mesmas realidades. Situação que torna particularmente relevante olhar criticamente para as políticas de juventude como esfera particular de análise sociológica no sentido de identificar as imagens, os processos sociais e os interesses que recaem sobre os jovens e que subjazem à construção e institucionalização das políticas públicas que lhes são dirigidas.

A institucionalização das políticas públicas de Juventude em Portugal

No Brasil, tal como na Europa, as políticas públicas especificamente dirigidas aos jovens intensificaram-se na viragem do milénio, a par de formas institucionais e interseccionais de organização estatal para as pôr em prática (como a secretaria nacional de juventude, programas nacionais de juventude, grupos interministeriais de juventude, etc.). Fortaleceram-se também formas de representação juvenil junto do Estado (conselho de juventude, consórcios sociais de juventude, ONG's, movimentos, plataformas, etc.) (SPÓSITO & CARRANO, 2003; REIS, RIBEIRO & MACEDO, 2018; FERREIRA & LOPES, 2020).

Este é um processo que, entre outros aspetos, dá conta do reconhecimento e da institucionalização política da categoria Juventude como coletivo diversificado e ativo de *sujeitos políticos* e *sujeitos de políticas* e

direitos de cidadania, em contraponto ao anterior contexto fragmentado de políticas públicas onde a juventude era olhada como um conjunto passivo de indivíduos *sujeitos a* intervenções psicologizantes e moralizantes que, paternalística e adultocentricamente, eram colocados na condição social de *vítimas* ou de *problemáticos*.

Mas será que esse processo de institucionalização política e participada das juventudes e pelas juventudes tem tido lastro social? Terá saído do papel e passado para a ação? Que ações foram sendo tomadas? Como? *Para que* juventudes? E *com que* juventudes? Com que objetivos - manifestos e latentes? E com que efeitos? Estas são algumas das questões a que vale a pena prestar atenção quando analisamos, criticamente, qualquer forma de política pública. E olhar criticamente é olhar para o contexto social e político em que são essas políticas públicas e os seus respetivos atores são desenhadas e implementadas, fundamentadas em determinadas imagens sociais do que é ser jovem, e contribuindo na sua produção e reprodução social.

Não me sentindo à vontade para analisar o caso brasileiro, conto brevemente um pouco da história da institucionalização das políticas públicas de juventude em Portugal, na medida em que, muitas vezes, é por analogia que também aprendemos a olhar de forma mais profunda.

A preocupação do Estado português com a juventude teve expressão pública logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, dia da Revolução que, em Portugal, faz cair a ditadura e instaurar um regime democrático. Nesse mesmo dia, a Junta de Salvação Nacional extingue a Mocidade Portuguesa, a Mocidade Portuguesa Feminina e o Secretariado para a Juventude, órgãos do Estado Novo que serviam a inculcação dos seus princípios e o controlo os comportamentos junto dos mais jovens; e cria no Ministério da Educação

Nacional um Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis, de alguma forma reconhecendo a importância destes nas lutas contra a ditadura, sobretudo a juventude universitária, na altura uma minoria socialmente ativa, elitizada e politizada.

Em 1975 cria o Centro de Estudos da Juventude, o qual, um ano mais tarde, é substituído pelo Centro de Estudos da Profilaxia da Droga - hoje o atual SICAD¹, ou seja, o Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, que tem por missão promover a redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos e a diminuição das dependências.

Logo aqui, começamos a vislumbrar as imagens públicas da juventude que circulavam social na época. A imagem do “jovem militante” ou “revolucionário”, agente de mudança social, e a imagem do “jovem problemático” - associada a condutas de risco, nomeadamente à toxicodependência - institucionalizavam-se enquanto imaginário coletivos sobre a Juventude e davam lugar a medidas políticas de promoção da participação política e de correção ou prevenção de comportamentos “delinquentes” ou “desviantes”.

Por outro lado, a par do desenvolvimento das políticas de democratização do acesso ao ensino público, até meados dos anos oitenta as políticas de juventude também se voltavam para os jovens na condição de estudante (através de apoios sociais, passes para estudantes, desenho do estatuto de trabalhador-estudante, etc.), fomentadas por uma Secretaria de Estado da Educação e Juventude. Temos também aqui produzida e reproduzida a imagem social da juventude como etapa de moratória e

¹Ver <https://www.sicad.pt/PT/PoliticaPortuguesa/SitePages/detalhe.aspx>

preparação para o futuro, que convinha reter na escola, e combater o insucesso e o abandono escolar.

Uma década volvida sobre a Revolução dos Cravos, a institucionalização de organismos deliberativos, técnicos e consultivos especificamente dedicados à Juventude no âmbito da ação do Estado Português e das suas políticas públicas só acontece a partir de 1985. No mesmo ano em que se comemorava o Ano Internacional da Juventude nas Nações Unidas, em Portugal o X Governo Constitucional constituía uma Secretaria de Estado de Juventude (já apartada do sector da Educação), uma Direção Geral da Juventude e um Conselho Nacional de Juventude², órgãos respetivamente deliberativo, executivo e consultivo com dedicação exclusiva a temáticas e problemáticas relativas aos jovens em geral.

A emergência destes órgãos dentro do Estado português traduz, à época, o reconhecimento oficial da necessidade de formular e implementar políticas públicas de juventude que fossem além das questões de educação, com algum grau de permanência, continuidade e sustentabilidade, “a partir de uma instância institucional com responsabilidade para tal, num sentido abrangente e integral, capaz de superar as visões parciais e setorializadas (como costumam chamar-se dentro do Estado), para propender a uma visão global, integral e intersectorial da dimensão juvenil” (LÉON, 2003: 84-85).

A constituição desta estrutura orgânica de gestão exclusiva e de coordenação intersectorial de questões juvenis era parte de uma estratégia de modernização do Estado português e de “europeização” das suas políticas (FERRÃO, 2015: 330), numa tentativa de aproximação às políticas

² A Lei n.º 1/2006, de 13 de janeiro – Assembleia da República – estabelece o estatuto jurídico do Conselho Nacional de Juventude, com o qual, pouco tempo mais tarde, o Instituto Português da Juventude, I.P., celebra um protocolo (Portaria n.º 694/2009, 29 de junho – Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e da Administração Pública).

promovidas pela União Europeia (na altura Comunidade Económica Europeia, ou CEE), onde o processo de integração de Portugal estava em curso, e onde os jovens já emergiam como público-alvo de medidas e intervenções públicas muito além das políticas educativas e tutelares que, até aí, eram as mais especificamente dirigidas a jovens em Portugal.

Neste contexto, ainda em 1985, é criado o emblemático Cartão Jovem, um documento que proporcionava vantagens e descontos em serviços ou produtos de empresas ou de outras entidades associadas a jovens até aos 29 anos, permitindo viajar com descontos pela Europa e em Portugal, facilitando o acesso às Pousadas de Juventude, ao Inter e ao Intra Rail, lendárias viagens de comboio que se faziam pela Europa. Tudo isto na égide de um organismo estatal criado para o efeito, a Movijovem, cuja missão social seria a de incrementar a mobilidade e o turismo juvenil, de forma sustentável, inclusiva e universal.

Posteriormente, emergem também as primeiras medidas de apoio à autonomização juvenil (nomeadamente medidas de apoio à compra de habitação permanente³) e à transição da escola para o trabalho (medidas de combate ao desemprego juvenil⁴). Através de um conjunto de medidas de

³ A Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/85, de 09 de maio, consagra, no âmbito das medidas de política habitacional, condições específicas que permitam minimizar as dificuldades sentidas pelas camadas jovens da população relativamente ao problema da habitação, tendo em conta o papel que os jovens desempenham e que mais ativamente deverão desempenhar na recuperação e relançamento do País. O Decreto-Lei n.º 201/85, de 25 de junho, fixa condições especiais de acesso das camadas mais jovens da população ao crédito para aquisição de habitação própria permanente

⁴ O Despacho Normativo n.º 73/85, de 10 de agosto – Ministério do Trabalho e Segurança Social - estabelece normas relativas aos programas de emprego-formação destinados aos trabalhadores jovens. O Decreto-Lei n.º 17-D/86, de 06 de fevereiro – Ministério do Trabalho e Segurança Social - estabelece um conjunto de regras que visam incentivar a criação de postos de trabalho para os jovens em situação de primeiro emprego. O Despacho Normativo n.º 12/86, de 14 de fevereiro – Ministério do Trabalho e Segurança Social - concede apoios financeiros para a criação de atividades independentes a favor dos jovens com menos de 25 anos à procura de emprego. O Decreto-Lei n.º 156/87, de 31 de março – Ministério do Trabalho e Segurança Social - institui, no âmbito do regime não contributivo da Segurança Social, uma prestação pecuniária designada «subsídio de inserção dos jovens na vida ativa» para os jovens à procura do primeiro emprego.

apoio à inclusão no mundo do consumo e no mundo adulto, a esfera política veiculava e consolidava a imagem pública de uma “juventude-consumidora”, construída como importante segmento de consumo que emergia dentro de um mercado de marcas e produtos dirigidos a estilos e gostos juvenis.

Isto simultaneamente à imagem de uma “juventude-em-dificuldades” de autonomização em termos laborais e habitacionais, a agregar à imagem de uma “juventude-problemática”, associada às medidas tutelares e de prevenção da delinquência juvenil anteriormente esboçadas no âmbito da justiça e, já nos anos 90, associadas à prevenção de comportamentos de risco associados à saúde e sexualidade, nomeadamente à gravidez.

A descentralização das políticas públicas de Juventude em Portugal

Cinco anos depois da criação do Instituto da Juventude, em 1988, é aprovada a sua estrutura de delegações regionais⁵, respetivas sedes e áreas de atuação geográficas, na tentativa de articulação entre os múltiplos níveis de decisão e intervenção, à escala europeia, nacional e regional, e de desenvolver e implantar medidas de política pública adequadas aos contextos sociais e territoriais dos jovens - enquanto expressão de realidades muito diversas em termos socio-sociodemográficos, educativos, de emprego, habitacionais, culturais, etc. Deste modo, começa a ser institucionalmente evitada uma imagem unificada e homogeneizante de Juventude, e passa a ser reconhecida por parte do Estado a relevância da existência de condições de diversidade e proximidade às realidades específicas em que os jovens vivem, na formulação e implantação de medidas que os têm como destinatários. Ao mesmo tempo, pretende-se estreitar o diálogo com estruturas juvenis e

⁵ O Despacho n.º 3630/2007, de 01 de março - Presidência do Conselho de Ministros.

promover a promoção da sua participação na própria conceção de políticas, medidas e programa dirigidas aos jovens, para além do Conselho Nacional de Juventude.

A proximidade e diversidade na interlocução com os jovens, por sua vez, é formalmente estabelecida com as Associações Juvenis, nomeadamente as que se inscrevem num Registo Nacional que é criado e regulamentado em 1989⁶. São estas as principais estruturas representativas das juventudes no diálogo do Estado central e regional. Neste mesmo sentido, várias competências dos serviços centrais do IPDJ, I.P. vieram também a ser delegadas nas suas delegações regionais, bem como criadas as condições jurídicas necessárias para a emergência de dispositivos de promoção da participação juvenil no desenho, implantação e acompanhamento de políticas públicas a nível local.

É o caso dos Conselhos Municipais de Juventude e dos Conselhos Municipais de Educação⁷. A juntar a estes dispositivos surge ainda o Orçamento Participativo Jovem⁸, programa cujo espírito se pretende que ganhe uma ampla expressão local.

A estes instrumentos é atribuída a vocação de assegurar uma interlocução, participação e interpretação mais próxima, em termos territoriais e quotidianos, das vivências e premências juvenis; bem como de potencializar uma articulação mais funcional e eficaz das energias,

⁶ A Portaria n.º 140-A/89, de 25 de fevereiro – Presidência do Conselho de Ministros - aprova o Regulamento para a Inscrição no Registo Nacional das Associações Juvenis (RNAJ).

⁷ A Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro – Assembleia da República - cria o regime jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude. A Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro – Assembleia da República – vem produzir modificações na legislação anterior, e altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, que regulamenta os Conselhos Municipais de Educação e aprova o processo de elaboração da Carta Educativa, transferindo competências para as autarquias locais.

⁸ A Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2017, de 13 de setembro – Presidência do Conselho de Ministros - aprova os princípios técnicos, a metodologia e as regras de operacionalização aplicáveis à edição de 2017 do Orçamento Participativo Jovem Portugal.

conhecimentos, aspirações, projetos e trajetos juvenis com a estrutura de oportunidades, recursos e constrangimentos que lhes pré-existe a nível local/regional, em termos de educação, formação, emprego, habitação, cidadania, lazer, etc.

Subjacente à criação e implementação municipal destes dispositivos institucionais está uma estratégia que pretende o aprofundamento da cidadania e da participação democrática e política dos jovens a partir de aparatos públicos que lhes sejam mais próximos⁹. Trata-se de um processo de adesão do Estado português à *viragem participativa* que, em âmbitos diversos (desde a prática política, educativa ou até científica), tem sido estimulada na relação e atuação institucional com os jovens, reconhecendo-os também como parceiros e não apenas meros destinatários ou beneficiários de políticas públicas, como coletivo diversificado e ativo de *sujeitos políticos* e *sujeitos de intervenção pública*, em contraponto a uma visão homogénea e passiva da juventude como um conjunto de indivíduos indiferenciados que, partilhando de uma dada faixa etária, são *sujeitos a intervenção pública* (FERREIRA, 2017a: 386).

Na base desta imagem do “jovem-cidadão-participativo” está o objetivo manifesto de promover a participação cívica e política dos jovens, que começava a ser questionada olhando para os valores elevados de abstenção eleitoral entre os grupos etários mais jovens. Quer isto dizer que se parte da (boa) premissa de que políticas públicas de juventude sem participação juvenil nas suas várias fases de formulação, implementação e até mesmo avaliação, e sem articulação com as realidades concretas e diversas em que vivem os jovens, incorrem no risco de ter um foco adultocêntrico,

⁹ Tal como recomenda ao Governo a Resolução da Assembleia da República n.º 60/2015, 11 de junho.

generalista, estereotipado e desenraizado das realidades sobre as quais procuram agir, com pouca adesão às realidades vividas e experienciadas pelos sujeitos que a elas se sujeitam e são assujeitados, podendo vir a acarretar efeitos perversos e não previstos (FERREIRA et al., 2002). Por outro lado, são também políticas de juventude com o objetivo de preparar (e eventualmente “formar”) o “jovem como eleitor” para o mercado político.

A dificuldade de concretizar a viragem participativa das políticas públicas de Juventude em Portugal

A abertura que, lentamente e por arrasto de pressões da União Europeia, o Estado Português tem mostrado no sentido de tentar aproximar o seu sistema de governança aos jovens nos seus contextos locais, seria de facto uma oportunidade de transformar a tradicional forma de fazer *great politics* em formas de *grounded policies*: ou seja, políticas sintonizadas com a realidade da diversidade juvenil e territorial, com suficiente sensibilidade às necessidades e capacidades juvenis nos contextos dos vários recursos e infraestruturas existentes em diferentes territórios, e com suficiente disponibilidade às capacidades dos jovens em propor e negociar ações e recursos na esfera pública que correspondam de facto às suas necessidades presentes. Se concretizadas de forma convicta e alargada, configurariam efetivamente políticas de juventude que não se limitariam a tentar preparar os jovens para as suas realizações no futuro (cada vez mais difícil, dado o grau de imprevisibilidade e de incerteza perante esse tempo da vida), mas que também de lhes possibilitar condições de realização pessoal e coletiva através de ações construtivas sobre o presente (LEÓN, 2003: 82).

No entanto, num estudo que o Observatório Permanente da Juventude realizou junto dos vários municípios portugueses (VIEIRA & FERREIRA, 2019), verificou-se que na maioria dos municípios não existe uma unidade orgânica exclusivamente dedicada à intervenção na área da juventude, sendo prevaletentes unidades orgânicas dedicadas à juventude em articulação com outros domínios de intervenção, nomeadamente a “educação”, o “desporto” e a “ação social”. Os orçamentos e os recursos humanos dessas unidades orgânicas também são muito limitados.

Por outro lado, são pouquíssimos os municípios que revelam praticar no exercício das suas funções públicas uma abordagem dos jovens como *parceiros* de desenvolvimento local, privilegiando funções de participação no desenho, implantação ou avaliação de políticas públicas de juventude. Pelo contrário, tende a ser sobretudo valorizada por parte da grande maioria dos municípios portugueses uma abordagem que toma os jovens como *destinatários* de políticas públicas, *sujeitos a* medidas e intervenções, favorecendo missões relacionadas com a gestão de equipamentos, serviços e órgãos de gestão, atividades estas não necessariamente direcionadas especificamente aos jovens.

Ainda que o envolvimento dos jovens na auscultação e definição de políticas e ações que para eles estão previstas, tenda a ser reconhecido pelo poder local como positivo e importante, os municípios tendem a desenvolver atividades que se destinam mais ao lazer e à ocupação dos tempos livres, do que atividades que fomentam a participação e o envolvimento dos jovens nas comunidades onde estão inseridos. Prevalece ainda a inexistência de uma política definida para a área da juventude, bem como de instrumentos como o PMJ (Plano Municipal de Juventude) e o CMJ (Conselho Municipal de

Juventude), que na grande generalidade não se encontram estabelecidos, independentemente do número de jovens que cada município possuiu. As razões invocadas pelo poder local para a não implementação destas ferramentas passam pela agenda política do município, na qual a área da juventude não surge definida como prioritária.

E porque razões isto acontece, pode-se perguntar. Em grande medida, porque numa sociedade onde a fecundidade tem vindo a decrescer e a esperança média de vida tem vindo a aumentar, os jovens são cada vez menos do ponto de vista demográfico, perdendo o seu valor enquanto coletivo no mercado eleitoral, em democracias cujas políticas de governação funcionam a curto prazo, em função de ciclos eleitorais. A desvantagem demográfica que os mais jovens têm relativamente às pessoas mais velhas nos tradicionais processos eleitorais e de consulta pública reflete-se assim na implementação séria de políticas de juventude a várias escalas – local, nacional e internacional. E este é um problema que tem vindo a ser sentido globalmente.

A vantagem demográfica que as coortes etárias mais velhas têm face às mais jovens nos tradicionais processos eleitorais e de consulta pública tem favorecido, em vários pontos do globo, a subida ao poder de políticos com posições mais conservadoras. Veja-se o caso do Brexit, quando se argumentava na praça pública e mediática que os eleitores que votaram em referendo a aprovação da saída da Grã-Bretanha da União Europeia teriam sido sobretudo os eleitores mais velhos, definindo assim um futuro que eles próprios não iriam viver, e o qual não era o futuro maioritariamente pretendido pela geração mais nova, percecionada como mais escolarizada e cosmopolita do que a sua predecessora. A redistribuição do poder eleitoral

dos segmentos populacionais mais jovens tem sido um problema bastante discutido, aventando-se várias soluções, entre as quais a mais frequente tem sido a de baixar a idade legal para o exercício eleitoral.

Por outro lado, além dos órgãos que foram criados para representar a juventude terem também pouca adesão e serem praticamente inexistentes no território português, como se viu nos casos dos conselhos municipais de juventude e de educação, estes são órgãos meramente consultivos, e não deliberativos, não tendo formalmente qualquer poder de intervenção e decisão nos processos de tomada de decisão pública sobre as vidas juvenis. É neste cenário que se fala de desigualdade e/ou injustiça geracional a propósito da distribuição desigual das posições de poder em termos geracionais. Perante ameaças globais que cada vez mais hipotecam o futuro planetário dos mais jovens, como as alterações climáticas, o acesso a habitação e a emprego digno, ou a crise das dívidas públicas, o poder para combater ou mitigar tais ameaças continua a estar hegemonicamente do lado das mais velhas gerações, representadas por políticos, governos e parlamentos cada vez mais envelhecidos, e por elites financeiras que se estão a beneficiar cada vez mais pelo incremento de uma agenda política e social de natureza neoliberal.

A Europeização das políticas de Juventude e a instalação de uma agenda neoliberal

Depois de praticamente 35 anos a desenhar políticas de juventude, o Estado português munuiu-se de algum suporte institucional e técnico a nível nacional e regional, mas nunca conseguiu munir-se de suportes programáticos. Os programas, as medidas e as ações têm sido frágeis,

inconstantes e erráticos ao longo de tempo, procurando responder aos desafios que a União Europeia foi exigindo cumprir, no sentido de estabelecer áreas de intervenção específicas ao suporte institucional e organizativo que lhe tem sido consagrado e, simultaneamente, atuar como ator de coordenação intersectorial, no sentido de promover uma perspetiva transversal das políticas públicas de juventude dentro da estrutura do Estado¹⁰.

Só em 2018, reconhecendo o seu estatuto de exceção no contexto da União Europeia, o Estado português aposta numa visão programática das políticas públicas de juventude através da formulação de um Plano Nacional para a Juventude (2018-2021)¹¹ que, em termos enunciativos, pretendia ir além da mera soma de ações e programas dirigidos as jovens. Mas, de facto, não se foi muito além disso. A atualização foi feita sobretudo em alinhamento com a Estratégia Europeia da Juventude e com as orientações do Livro Branco da Juventude, verificando-se a aposta em políticas públicas de incentivo a atividades de educação informal e não formal, de voluntariado, a medidas de incremento da empregabilidade e o empreendedorismo (apostando na implementação de estruturas de apoio ao empreendedorismo como gabinetes/balcão de apoio ao empreendedor, espaços para *start-ups*, concursos, etc.) (NOBRE, 2012).

São medidas que prefiguram uma imagem do jovem enquanto “empresário de si”, hoje tão valorizada considerando as transformações estruturais ocorridas na esfera do trabalho sob a égide de um “novo espírito do capitalismo” de natureza neoliberal (SENNETT, 1998, BOLTANSKI & CHIAPELLO, 1999), marcado pela implementação de um conjunto de

¹⁰ Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2007, de 4 de junho, é criada uma Comissão Interministerial para as Políticas da Juventude.

¹¹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 114-A/2018.

medidas orientadas para a “flexibilização” das condições laborais, e pela precarização da vida e do percurso de vida, com implicações profundas quer nas experiências presentes dos jovens, quer nas suas capacidades de planeamento e de tomada de decisão em várias esferas das suas vidas (FERREIRA, 2019).

Temos, por um lado, a) políticas de ativação de emprego, consubstanciadas em medidas de curto alcance, alicerçadas em formas efémeras de formação, estágios, bolsas ou contratos de inserção, medidas estas que acabam por promover uma mobilidade laboral pontuada por *formas circulantes de desemprego e de emprego intermitente*, marcada por situações laborais instáveis, temporárias e flexíveis, dando forma a percursos de vida com possibilidades muito difusas de projetar um futuro para além do constrangimento e da aleatoriedade do presente. E isto bem para além da dimensão profissional da vida, potenciando a possibilidade de se instaurar “um regime social de existência precária” (CARMO & BARATA, 2017: 322-323), considerando o risco de a precariedade se enraizar com durabilidade nos percursos juvenis e vir a estruturar os seus modos de vida quando adultos (FERREIRA, 2017b).

Por outro lado, ao receituário tradicional em termos de políticas públicas de emprego juvenil, o Estado português acrescentou as políticas de promoção de autoemprego e de criação de empresas, conhecidas sob a designação de “políticas de promoção de empreendedorismo”, subfinanciadas e com uma adesão residual entre a população jovem desempregada, com pouca capacidade para a sua posterior sustentabilidade.

A imagem do “jovem empreendedor” que deve preocupar-se com a sua “empregabilidade” (entendida como capacidade pessoal do trabalhador se

tornar empregável e em adaptar-se às demandas do mundo do trabalho), cultivada em larga escala pelas políticas públicas mais recentes no combate ao desemprego juvenil, é a figura prototípica do neoliberalismo económico, que coloca no indivíduo o ónus da responsabilidade (e da culpabilidade) pela condição de desempregado e pela sua saída dessa condição, desconsiderando os fatores estruturais que estão na base do acréscimo de jovens nessa situação.

Estas medidas políticas colonizam todas as práticas e experiências de lazer dos jovens por uma lógica de acumulação de competências várias e de valorização do potencial de “empregabilidade” que delas possam advir. Medidas de apoio ao voluntariado, à educação informal ou não formal, à participação social e cidadã, e até de apoio à mobilidade (*gap year*, voluntariado internacional, etc.), passam a ter por base uma lógica de acumulação de competências pessoais e sociais suscetíveis de serem identificadas e valorizadas em termos curriculares, no percurso de entrada e manutenção no mercado de trabalho.

Considerações finais

Neste cenário, marcado por um contexto de crises globais sucessivas – primeiro financeira, depois pandémica e agora securitária, com a ameaça bélica reacendida –, a população jovem tem sido progressivamente penalizada e, simultaneamente, deixada à mercê – nomeadamente pelo Estado – dos interesses económicos neoliberais e dos seus cada vez mais sofisticados e subtis mecanismos de exploração, expressando o que Coté (2013) chama de *proletarização sistémica* da população juvenil presente em muitos países.

É nesta perspetiva que o autor vem propor a substituição do clássico conceito classista de *proletariado*, pelo conceito de “*precariado*”, essa nova, ampla e heterogénea categoria social caracterizada pela vulnerabilidade social decorrente do aumento dos empregos estruturalmente precários, e pela incerteza e insegurança crónicas em termos de rendimento no futuro (STANDING, 2014), quer do ponto de vista do salário, quer da aposentadoria.

Trata-se de uma categoria social que já não está apenas associada a um conjunto de profissões material e simbolicamente menos qualificadas (o *operariado*), mas que se estende, cada vez mais, entre os recém-chegados a profissões e atividades altamente qualificadas e simbolicamente valorizadas, a quem são oferecidas hoje condições contratuais e salariais muito mais flexíveis, inseguras e desvantajosas relativamente ao passado, e evidenciando a relevância que a variabilidade/geração passou a ter recentemente no acesso e na luta por recursos, salários e direitos sociais.

Nesse contexto, atualmente, ser jovem tornou-se uma categoria social estimada e funcional ao neoliberalismo. Se na sua emergência como categoria social, a mais-valia dos jovens para o sistema capitalista era proveniente do seu estatuto de consumidores, hoje em dia a sua mais valia provém sobretudo do seu estatuto de precariado no sistema de produção, enquanto força de trabalho economicamente desvalorizada, mas enérgica e criativa. E uma condição juvenil cada vez mais duradoura passa a ser uma forma de prolongar tanto quanto possível esse estatuto de precariedade em condições de subalternidade e de exploração contínua, ao longo do curso de vida.

Longe de evitar esta situação de uma juventude que dura, as políticas públicas de juventude têm, em grande medida, contribuído para a sua reprodução e institucionalização, considerando que a adoção de políticas facilitadoras da utilização de trabalhadores temporários tem sido uma das principais formas do poder público responder a problemas estruturais que têm a sua origem em economias cada vez mais globalizadas, competitivas e neoliberais, através da desvalorização económica cada vez mais duradoura do trabalho.

Estou a falar de políticas públicas que facilitam a acumulação rotativa de posições precárias, situações diversas de desemprego e subemprego, traduzidas em vínculos contratuais temporários, inseguros e instáveis, baixos salários e difícil acesso a direitos sociais supostamente universais. Contratos temporários, situações de auto-emprego, estágios não remunerados, trabalho voluntário não remunerado, situações de formação profissional, são situações laborais que se estão a tornar cada vez mais comuns entre os sectores mais jovens da população, acompanhando-os por períodos cada vez mais longos da sua vida, e que facilitam e promovem a sua situação descartável dos jovens nas trajetórias laborais.

E falo também de políticas públicas que pretendem explorar não só a força de trabalho, mas também o capital de inovação dos indivíduos mais jovens. Pensemos na questão do empreendedorismo e, nomeadamente, nos apoios públicos à criação e promoção de novas empresas, ou de *start-ups* (CARNEIRO & FERREIRA, 2022; CARNEIRO, FERREIRA, SOUSA, no prelo). São, em grande medida, políticas públicas que alimentam uma *lógica predatória* de apropriação de ideias com potencial de comercialização à escala global provenientes de sectores criativos e muito qualificados da

população jovem, na medida em que de facto apoiam que essas ideias sejam vendidas a outras empresas com o poder de fazer escalar esses projetos de negócio, ou a empresas que simplesmente os aniquilem, para que não concorram no segmento em que já operam.

Neste cenário, deixo a questão de pensar se a própria utilização do qualificativo "jovem" até cada vez mais tarde no curso da vida não corresponde a uma forma de manutenção até mais tarde das condições de dominação, subalternidade e flexibilidade que sempre caracterizaram a condição juvenil no mercado de trabalho. Desde há muito tempo que os estudos de juventude têm vindo a analisar e a teorizar um suposto prolongamento da condição juvenil no percurso de vida, a partir da premissa do constante adiamento dos tradicionais marcadores de transição para a idade adulta (entrada no mundo do trabalho, saída de casa dos pais, entrada na conjugalidade e parentalidade) (FERREIRA & NUNES, 2014).

Com efeito, o tempo para ser jovem é cada vez mais duradouro no curso de vida. Mas será que isto significa uma mudança constante, e no mesmo sentido, da transição para a vida adulta, ou estamos perante uma vida adulta em transição? De facto, começa a sentir-se um certo desconforto pessoal e social entre algumas pessoas em serem continuamente qualificadas como jovens, considerando os impasses que essa qualificação produz nas suas transições de vida. Talvez valha a pena começar a olhar para este fenómeno a partir da análise do valor político e económico de uma condição juvenil que se prolonga no tempo de vida numa sociedade de viragem para o neoliberalismo, e dos impactos que as próprias políticas públicas de juventude mais recentes na Europa podem estar a ter nesse processo.

Referências

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO,Ève. **Le nouvel esprit du capitalismo**. Paris: Gallimard,1999.

CARMO, Renato; BARATA, André. Teoria social da austeridade: para uma crítica do processo de precarização. **Revista do Serviço Público**, n. 68 (2), p. 319-342, 2017.

CÔTÉ, James E.Towards a new political economy of youth. **Journal of Youth Studies**, n. 17 (4), p. 527-543, 2014.

FERRÃO, João. Ambiente e território: para uma nova geração de políticas públicas com futuro.*In*:SOROMENHO-MARQUES, Viriato; Pereira,P.T.(orgs.). **Afirmar o futuro. Políticas públicas para Portugal (vol.2)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015. p. 328-336.

FERREIRA, Vítor Sérgio. Um olhar sobre os jovens como sujeitos de políticas e sociologias públicas. *In*: LARANJEIRA, Denise Helena; BARONE, Rosa Elisa (orgs.). **Juventude e Trabalho: Desafios no Mundo Contemporâneo**, Salvador: Edufba, 2017a. p. 385-388.

FERREIRA, Vitor Sérgio. Os jovens perante o (des)emprego, o trabalho e o futuro nos anos de austeridade. *In*: FERREIRA,Vítor Sérgio; LOBO, Marina Costa; ROWLAND, Jussara; SANCHES, Edalina. **Geração Milénio? Um**

Retrato Social e Político, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, Coleção Observatórios ICS, n.º 5, 2017b. p.39-78.

FERREIRA, Vitor Sérgio. Jovens e gerações em tempos de crise: entre Portugal e o contexto global. *In*: COLAÇO, Valeriana; GERMANO, Idilva; MIRANDA, Luciana; BARROS, João Paulo (orgs.). **Juventudes em Movimento: Experiências, Redes e Afetos**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, Universidade Federal do Ceará, 2019. p. 34-68.

FERREIRA, Vitor Sérgio et al. Modernised Transitions and Disadvantage Policies: Netherlands, Portugal, Ireland and Migrant Youth in Germany. *In*: WALTHER, Andreas; STAUBER, Barbara (orgs.). **Misleading Trajectories. Integration Policies for Young Adults in Europe?** Opladen: Leske + Budrich, 2002. p. 94-115.

FERREIRA, Vitor Sérgio; NUNES, Cátia. Para lá da escola: transições para a idade adulta na Europa. **Educação em Foco**, n. 18 (3), p. 169-206, 2014.

LÉON, Oscar Dávila. Da agregação programática à visão construtiva de políticas de juventude. *In*: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**, São Paulo: Cortez Editora, 2003. p. 77-96.

LIMA, Eduardo Carneiro; FERREIRA, Vitor Sérgio. Ao som de Belchior: uma experiência auditiva-musical sobre o mundo das start-ups. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, n. 9 (1), p. 72-98, 2022.

LIMA, Eduardo Carneiro; FERREIRA, Vitor Sérgio; SOUZA, Ytallo Franco. Fé nos unicórnios: sacralização e discursos redentivos sobre o mundo simbólico das start-ups à luz de Weber. **Revista Alcance** (no prelo).

NOBRE, Nélia. (Des)emprego e empreendedorismo: repensar as políticas públicas. **Configurações**, n. 10, p. 95-108, 2012.

REIS, Denise Maria; FERREIRA, Vitor Sérgio; LOPES, Roseli Esquerdo. A institucionalização do ‘jovem’ como sujeito de políticas públicas no Brasil: o CONJUVE em cena. **REVEDUC Revista Eletrônica de Educação**, n. 14, p. 1-21, 2020.

RIBEIRO, Eliane; MACEDO, Severine. Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil: conquistas e desafios, **Revista de Ciências Sociais**, n. 31 (42), p. 107-126, 2018.

SENNETT, Richard. **The corrosion of character. The personal consequences of work in the new capitalism**. Nova Iorque: W.W. Norton & Company, 1998.

SPOSITO, Marília; CARRANO, Paulo. Juventude e políticas públicas no Brasil, **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 16-39, 2003.

STANDING, Guy. O precariado e a luta de classes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 103, p. 9-24, 2014.

VIEIRA, Maria Manuel; FERREIRA Vitor Sérgio (orgs.). **Juventude(s) do local ao nacional - que intervenção?** Porto: Edições Afrontamento, 2019.

SOBRE AS AULAS

CURSO DE EXTENSÃO
“JUVETUDES E EDUCAÇÃO”

Título: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES

Palestrante: Regina Novaes

Data da realização: 09 de março de 2022.

Acesso no YouTube: <https://youtu.be/W0TPDS8WGys>

Título: JUVENTUDES E TRABALHO

Palestrante: Maria Carla Corrochano

Data da realização: 23 de março de 2022.

Acesso no YouTube: https://youtu.be/WbT0RvSN6_c

Título: JUVENTUDES E RELIGIÃO

Palestrante: Flávio Sofiati

Data da realização: 06 de abril de 2022.

Acesso no YouTube: <https://youtu.be/e7UHsV2kC68>

Título: JUVENTUDES E DILEMAS DE REPRESENTATIVIDADE

Palestrante: Sebastião Everton de Oliveira

Data da realização: 20 de abril de 2022.

Acesso no YouTube: <https://youtu.be/pjZ7qBCTiX8>

Título: JUVENTUDES: CULTURA, COMUNICAÇÃO E POLÍTICA

Palestrante: Silvia Borelli

Data da realização: 04 de maio de 2022.

Acesso no YouTube: <https://youtu.be/BI13iLNpwwU>

Título: JUVENINÍCIOS

Palestrante: Giovane Scherer

Data da realização: 18 de maio de 2022.

Acesso no YouTube: https://youtu.be/OVtIDh_MPM4

Título: JOVENS AGRICULTORES FAMILIARES

Palestrante: Nilson Weisheimer

Data da realização: 01 de junho de 2022.

Acesso no YouTube: <https://youtu.be/aqowndNNpIQ>

Título: JUVENTUDES, PROCESSOS FORMATIVOS E MOVIMENTOS ESTUDANTIS

Palestrante: Luis Antônio Groppo

Data da realização: 14 de junho de 2022.

Acesso no YouTube: <https://youtu.be/jTPMv1eP3Y8>

Título: PARTICIPAÇÃO JUVENIL, CIDADANIA E EDUCAÇÃO

Palestrante: Maurício Perondi

Data da realização: 28 de junho de 2022.

Acesso no YouTube: <https://youtu.be/-on4lH6rsGg>

Título: IMAGENS E POLÍTICAS DE JUVENTUDES NA VIRAGEM NEOLIBERAL

Palestrante: Vitor Sérgio Ferreira

Data da realização: 11 de julho de 2022.

Acesso no YouTube: <https://youtu.be/Lxn7db525K8>

Canal do GEPJUVE/UFRGS no YouTube:

<https://www.youtube.com/@GEPJUVEUFRGS>

SOBRE OS AUTORES

Victor Hugo Nedel Oliveira é Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Licenciado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Realizou estudos de Pós-Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente, é Professor e Pesquisador no Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Educação - GEPJUVE/UFRGS/CNPq.

E-mail: victor.juventudes@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5624-8476>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7489113176882485>

Eliane Ribeiro Andrade é Professora da Escola de Educação, da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO nas áreas de: Políticas Públicas de Educação e Juventude/ Sociologia da Educação e da Juventude/ Educação de Jovens e Adultos. Pós-doutorado em sociologia, realizado na Universidad de La Republica, Uruguay. Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense - UFF, mestre em Educação pelo Instituto de Estudos Avançados em Educação-IESAE, da Fundação Getúlio Vargas - FGV.

E-mail: elianeribeirounirio@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0071320780387060>

Flávio Munhoz Sofiati é Professor associado da Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil; Membro do Núcleo de Estudos de Religião “Carlos Rodrigues Brandão” (NER) e do Observatório Juventudes na Contemporaneidade. Sócio fundador do CAJUEIRO – Centro de Formação Assessoria e Pesquisa em Juventude. Doutor em sociologia pela USP. Bolsista Produtividade do CNPq.

E-mail: sofiati@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6422-4471>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7078667432523349>

Geraldo Magela Pereira Leão é Pós-Doutorado em Educação (UFF), Mestre em Educação (UFMG), Graduado em Filosofia (UFMG), e Doutor em Educação (USP). Atualmente é Professor Titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG. Integra a equipe de coordenação do Observatório da Juventude da UFMG. Foi vice-coordenador (2010-2012) e coordenador (2013-2014) do Grupo de Trabalho Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED. Foi Editor-Adjunto e Editor-Chefe de Educação em Revista, periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG no período 2011 a 2016. Líder do Grupo de Estudos Observatório da Juventude da UFMG no CNPq. Atualmente desenvolve pesquisas sobre a temática juventude e processos de escolarização, jovens, ações coletivas e participação política e políticas públicas para a juventude

Email: gmp@fae.ufmg.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9894-5488>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9871036913331484>

Giovane Antonio Scherer é Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com período de estágio doutoral pela Universidade de Coimbra em Portugal, possui mestrado em Serviço Social pela PUCRS e graduação em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Atualmente, é Professor Adjunto e Pesquisador no Departamento de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador Produtividade II junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq. É líder do Grupo de Estudos em Juventudes e Política Pública - GEJUP/UFRGS/CNPq.

E-mail: giovaneantonioscherer@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3847-7202>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9562419488036506>

Karoline Rebecka Siqueira Ferreira é mestranda em Educação da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). É especialista em Filosofia para o Ensino Médio pela Universidade Federal de São João del Rey (UFSJ) e pedagoga pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Atualmente, é professora da rede pública municipal de ensino de Poços de Caldas/MG.

E-mail: karoline.ferreira@sou.unifal-mg.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7441-807X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4796723835016685>

Lívia Furtado Borges é Mestre em Educação e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Professora da Rede Pública de Ensino do Estado de Minas Gerais.

E-mail: liviafurtadob@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6691-0507>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4563097677095912>

Luís Antonio Groppo é Doutor em Ciências Sociais e Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Coordena o projeto de extensão Grupo de Estudos da Juventude. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Membro da Câmara de Ciências Humanas Sociais e Educação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (CHE-FAMPEMIG).

E-mail: luis.groppo@unifal-mg.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0143-5167>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4667459802757846>

Maria Carla Corrochano é graduada em Ciências Sociais e Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), com período de estudos junto aos Laboratórios GTM e ULISS, vinculados ao CNRS, Paris. Integra a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), tendo coordenado o GT-3 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos no biênio (2017-2019). Atualmente é Professora Associada II do Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE) e dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Estudos da Condição Humana da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar-Campus Sorocaba). Coordena o GT Sociologia da Juventude da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e o Grupo de Pesquisa Gerações, Percursos de Vida e Processos Educativos/UFSCar/ CNPq. É Bolsista Produtividade do CNPq - 2.

E-mail: mcarla@ufscar.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8030-6461>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7714353975585252>

Mariane de Castro Echer é Assistente Social, formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Especialista em Abordagens da Violência contra Crianças e Adolescentes pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e com Residência pelo Grupo Hospitalar Conceição (GHC) ênfase em Atenção Materno Infantil e Obstetrícia. Atualmente, é Mestranda em Política Social e Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), integrante e pesquisadora do Grupo de Estudos em Juventudes e Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

E-mail: as.mariane.echer@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0084-6415>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6006786406468380>

Maurício Perondi é Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com realização de Programa de Doutorado Sanduíche na Universidade de Lleida, Espanha. Licenciado em Filosofia pela Universidade La Salle. Professor na Faculdade de Educação, Departamento de Estudos Especializados, área de Educação Social. Integrante do Centro Interdisciplinar de Educação Social e Socioeducação-CIESS/UFRGS. Coordenador do Observatório da Socioeducação e do Ateliê de Jogos Pedagógicos da UFRGS. Coordenador substituto do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade-PPSC/UFRGS. Coordenador do GT 3 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos, da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Gestão 2022-2023). Membro da Frente de Enfrentamento à Mortalidade Juvenil de Porto Alegre.

E-mail: mauricioperondirs@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0551-468X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1048142658453276>

Nilson Weisheimer é Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com Mestrado em Sociologia e Bacharelado em Ciências Sociais na mesma instituição. Realizou estágio de Pós-doutorado no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) (2014-2015). Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento - PPGCS/UFRB. Líder dos Grupos de Pesquisas do CNPq: Núcleo de Estudos em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural - NEAF/UFRB e Observatório Social da Juventude - OSJ/UFRB. Editor Executivo da Revista Princípios. Recebeu o Prêmio CAPES de Teses de Sociologia, em 2010.

E-mail: nw65br@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6320-8402>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8189989792551322>

Regina Célia Reyes Novaes possui graduação em Ciências Sociais e mestrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fez doutorado em Ciências Humanas (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo. Lecionou na PUC-RJ, na Universidade Federal da Paraíba e no IFCS, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi Secretária Nacional de Juventude - Adjunta e presidente do Conselho Nacional de Juventude (2005/2007). Atualmente é professora visitante emérita junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIRIO. É também coordenadora acadêmica do Instituto de Estudos da Religião (ISER) e pesquisadora do CNPq. Seus projetos de investigação remetem às relações entre Juventude, Religião, Ativismos e Políticas Públicas de Juventude.

E-mail: novaes-regina@uol.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1777-6783>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4659182276807502>

Sebastião Everton de Oliveira é Doutor em Educação (UFMG), Mestre em Educação (UEMG), Graduado em Letras (PUC Minas) e estudante de Pedagogia (IBRA). É coordenador acadêmico da Especialização em Juventude Contemporânea da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (Rede Brasileira de Centros e Institutos de Juventude/ FAJE). Atuou em políticas públicas como Gerente de prevenção à criminalidade em territórios da PBH, Coordenação de Educação em Direitos humanos na SEE/MG, Coordenação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens de Santa Luzia. Atualmente integra a rede do Fórum de Juventudes da Grande BH, faz parte do Observatório da Juventude e trabalha na Agência de Iniciativas Cidadãs (AIC) com atividades nas áreas de educação popular, pedagogia de trabalho com jovens, educação em direitos humanos e políticas públicas.

Email: sebastianpj06@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3509-7426>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7315177304267045>

Severine Carmem Macedo é Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS. Mestre e Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - PPGEduc/UNIRIO. Compõe o Grupo de Pesquisa Juventude: Políticas Públicas, Processos Sociais e Educação. Participou do Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE (2005/2009); Secretária Nacional de Juventude da Secretaria Geral da Presidência da República SNJ/SG/PR (2011/2014); presidiu a Organização Ibero Americana de Juventude - OIJ (2012/2014). Atualmente é Subsecretária de Avaliação e Gestão da Informação de Políticas Públicas da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão - SEPLAG.

E-mail: severinemacedo@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8385-9707>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7170563672658490>

Vitor Sérgio Ferreira é Doutor em Sociologia, com especialidade em Sociologia da Cultura, Comunicação e Educação, pelo Iscte - Instituto Universitário de Lisboa (2006), onde também realizou a pós-graduação em Comunicação, Cultura e Novas Tecnologias (1998) e a graduação em Sociologia (1995). É investigador auxiliar e docente na Pós-Graduação em Sociologia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Atualmente coordena o grupo de investigação LIFE - Percursos de Vida, Desigualdades e Solidariedades: Práticas e Políticas, é vice-coordenador do Observatório Permanente da Juventude, e é membro da comissão coordenadora do Programa Interuniversitário de Doutoramento em Sociologia: conhecimento para sociedades abertas e inclusivas (OpenSoc).

E-mail: vitor.ferreira@ics.ulisboa.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8080-9288>

Ciência Vitae: <https://www.cienciavitae.pt/8716-18D1-18FB>

GEPJUVE

**Grupo de Estudos e Pesquisas
em Juventudes e Educação**



DEBATES SOBRE JUVENTUDES

Victor Hugo Nedel Oliveira (org.)

Eliane Ribeiro
Flávio Munhoz Sofiati
Giovane Antônio Scherer
Geraldo Leão
Karoline Rebecka Siqueira Ferreira
Livia Furtado Borges
Luis Antônio Groppo
Maria Carla Corrochano

Mariane de Castro Echer
Maurício Perondi
Nilson Weisheimer
Regina Celia Reyes Novaes
Sebastião Everton de Oliveira
Severine Macedo
Vitor Sérgio Ferreira

Prefácio: Susana Henriques

Debates sobre Juventudes é uma obra escrita por muitas mãos que busca promover, avançar e tensionar o campo de pesquisa das juventudes contemporâneas. O livro contempla capítulos sobre políticas públicas para as juventudes, juventudes e trabalho, juventudes e religião, juventudes e política, juvenicídio, jovens agricultores, juventudes e educação, dentre outros temas. Entre conosco nesses debates e vamos construir, juntas/os/es, novos conhecimentos sobre as juventudes e suas múltiplas formas de ser e estar no mundo contemporâneo.

